

Maria Araújo Duarte de Carvalho
Maria José Teixeira Peixoto
Marlúcia Menezes de Paiva (org.)
Safira Bezerra Ammann
Zélia Faria Corrêa

Escolas Radiofônicas de Natal

Uma história construída por muitos (1958-1966)



iber
livro

UFRN

Escolas
Radiofônicas
de Natal
uma história
construída por muitos
(1958-1966)

— | | —
Maria Araújo Duarte de Carvalho
Maria José Teixeira Peixoto
Marlúcia Menezes de Paiva (org.)
Safira Bezerra Ammann
Zélia Faria Corrêa

Escolas Radiofônicas de Natal

uma história
construída por muitos
(1958-1966)



Brasília-DF, 2009

— | | —

Copyright © 2009 Liber Livro Editora Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por quaisquer meios, sem autorização prévia, por escrito, da editora.

Conselho Editorial

Bernardete A. Gatti, Iria Brzezinski, Maria Celia de Abreu, Osmar Favero, Pedro Demo, Rogério de Andrade Córdova, Sofia Lerche Vieira.

Revisão Técnica

Osmar Favero

Editoração Eletrônica e Capa

Marcus Polo Rocha Duarte

Impressão e acabamento

LGE Editora – DF

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E74 Escolas Radiofônicas de Natal : uma história construída por muitos (1959-1966) / Maria Araújo Duarte de Carvalho ... [et al.] ; Marlúcia Menezes de Paiva (Org.) . – Brasília : Liber Livro Editora, 2009.

156 p.

ISBN 978-85-98843-87-2

1. Ensino a distância. 2. Educação rural. 3. Alfabetização.
4. Radiodifusão educativa. I. Carvalho, Maria Araújo Duarte de.

CDU 371.684(813.21)

Impresso no Brasil

Liber Livro Editora Ltda.
CLN Qd. 315, Bloco “B” Sala 15
Asa Norte/DF – 70774-520 – Brasília-DF
Fone: (61) 3965-9667/Fax: (61) 3965-9668
editora@liberlivro.com.br / www.liberlivro.com.br

In memoriam

Carmem Fernandez Pedroza
Chico Traíra
Hildebrando Cavalcante
Josenilda Caldeira Abrant
José Soares da Silva
Lécia Barreto de Araújo
Maria aurea Guedes Freire
Matliria Ferreira Melo Nóbrega
Raimunda Lira F. de Araújo

Início da década de 1960, em Natal (RN), na sala do segundo andar da Praça Pio X, nº 335, onde funcionava o Serviço de Assistência Rural (SAR) e a Emissora de Educação Rural, em uma sala ao lado, nós da Equipe Central das escolas radiofônicas desenvolvíamos nossas atividades de trabalho. Naquele dia ficamos com a tarefa de ler as cartas da semana anotando providências, situações das escolas, esclarecimentos para algumas dúvidas e confirmação da nossa presença em festividades organizadas pelos monitores.

Dentre as 100 cartas recebidas uma sobressaiu: era o relato de um aluno, já avançado em anos, como gostavam de dizer, cujo filho mais velho migrara como muitos para o Sul, fugindo do sol causticante, da falta de água e de alimento, em busca de trabalho, na esperança sempre renovada de melhores dias. As notícias dos que partiam, chegavam, de raro em raro, por meio de cartas. Era o único meio de comunicação. Alegria para o pai, mas, segundo ele dizia, constrangimento, pois era analfabeto e precisava buscar um vizinho distante a fim de decifrar os escritos do filho. Mas, o que ele emocionado e feliz nos participava, nesta ocasião, era o contentamento, a alegria que experimentara agora ao verificar que ao desdobrar a carta recebida foi vendo e entendendo a fala do filho. “Não sou mais cego, aprendi a ler na Escola Radiofônica!”

Zélia Faria Correa

Sumário

Apresentação.....	11
REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	17
COMO TUDO COMEÇOU.....	23
O TEMPO, O HOMEM, A IGREJA.....	23
O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL (SAR).....	30
Educação.....	34
a) Atuação junto às escolas.....	34
b) Formação de recursos humanos.....	35
c) Educação para a saúde.....	36
d) Educação secundária gratuita.....	38
Trabalho em perspectiva nacional.....	39
a) Setor de migrações: “Não vá se puder ficar”.....	39
b) Setor de sindicalização rural.....	40
c) Setor de politização: “Voto não se vende, consciência não se compra.”.....	43
MÍSTICA E METODOLOGIA DA EQUIPE CENTRAL DO SAR.....	45
ESCOLA EM MOVIMENTO.....	49
ESCOLAS RADIOFÔNICAS: do SAR ao MEB.....	49
Escolas Radiofônicas como Setor do SAR – (Set. 1958 a Jun. 1961).....	49
Escolas Radiofônicas como Sistema do MEB: Jul./ 1961 a Set. 1966.....	60
INSTALAÇÃO DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS.....	69
ESPAÇO PEDAGÓGICO E FUNCIONAMENTO.....	72
Conscientização: núcleo da ação pedagógica.....	72
Aulas radiofônicas.....	75
Programas radiofônicos: parte complementar do processo educativo.....	93
Outros recursos da ação educativa.....	104

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL.....	115
Equipes Locais do MEB/Natal.....	116
Equipe Central do MEB/Natal.....	122
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO MEB/NATAL.....	125
O GOLPE CIVIL-MILITAR: CONSEQUÊNCIAS SOBRE	
O MEB/NATAL	135
TESTEMUNHOS: “O QUE O MEB SIGNIFICOU PARA MIM”.....	143
REFERÊNCIAS.....	149
ANEXOS.....	153
Sobre as Autoras.....	155

Apresentação

Porque um livro sobre as escolas radiofônicas de Natal? Já foram publicados vários trabalhos abordando a radiodifusão educativa no Brasil e diversas experiências das escolas radiofônicas do MEB – Movimento de Educação de Base. O que as escolas radiofônicas de Natal apresentam de original? Em primeiro lugar, elas são citadas recorrentemente como as matrizes que deram origem ao MEB, o que é verdade. Em segundo lugar, pela sua criatividade exemplar.

No final dos anos de 1950, depois de muita discussão e após algumas experiências consideradas bem sucedidas, o Ministério de Educação e Saúde criou o Sirena – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa Nacional. Com a disponibilidade de horário das emissoras reservado emissões educativas e com a produção radiofônica centralizada na Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, consta que foram instaladas milhares de escolas em todo o território nacional. Sabe-se também que emissoras católicas mantinham convênios com o MEC para a retransmissão dos programas distribuídos nos antigos discos de acetato. Pelo menos no que dizia respeito à alfabetização, esses programas eram acompanhados de material

didático, a *Radiocartilha*, também elaborada no Rio de Janeiro e distribuída para todo o país.

Não foi esta a fonte da experiência de Natal. Buscou inspiração no modelo de base paroquial, criado em 1947 pelo Pe. José Salcedo, em Sutatenza, na Colômbia, visitado nos anos de 1950 por D. Eugênio Sales, na época administrador apostólico da Diocese de Natal. Dois princípios básicos diferenciam, de início, as escolas radiofônicas de Natal das patrocinadas pelo Sirena. Em primeiro lugar, a recepção organizada; ou seja, as escolas reuniam um grupo de alunos em um local reservado para receber as emissões radiofônicas e as aulas eram intermediadas por um monitor, uma pessoa da “comunidade” escolhida e treinada para essa função. Segundo, a produção das aulas e dos demais programas radiofônicos, transmitidos pela emissora da Diocese, era feita localmente, em Natal, por professores e funcionários do SAR – Serviço de Assistência Rural.

Dito dessa forma, à distância, tudo pode parecer ideal, mas não era. A emissora era de pouca potência, o trabalho no SAR era essencialmente voluntário, as instalações das escolas eram pobres, muito pobres na maioria das vezes; o equipamento reduzia-se a um rádio de recepção cativa – sintonizava apenas a Emissora Rural –, um quadro de giz e um lampião de querosene, mais tarde substituído por um lampião a gás; alguns monitores não tinham nem mesmo o ensino primário completo. A própria equipe responsável profissionalizou-se nas técnicas radiofônicas na prática; aprendeu fazendo.

Nada disso, no entanto, impediu a criatividade e a aceitação das escolas e seu bom desempenho, na periferia da cidade de Natal e sobretudo no meio rural, onde era muito forte a ação pastoral da Igreja Católica, naqueles tempos considerada “progressista”. Muito pelo contrário. O não se prender aos esquemas impostos pela experiência oficial possibilitou à equipe responsável encontrar seu próprio caminho, inicialmente na alfabetização, em seguida nos programas dirigidos aos monito-

res e à “comunidade” em geral. Esse processo é bastante bem descrito neste livro, cujos autores foram seus protagonistas.

Mas há outra dimensão que precisa ser ressaltada. A experiência das escolas radiofônicas veio compor um trabalho que estava sendo realizado pela Diocese local, com vários desdobramentos: os grupos de Ação Católica, particularmente a JAC – Juventude Agrária Católica; o atendimento aos problemas básicos de higiene e saúde, em colaboração com o então DENERu – Departamento Nacional de Endemias Rurais; as missões rurais, introduzidas pela CNER – Campanha Nacional de Educação Rural, a partir das experiências mexicanas, cujo forte era o treinamento de professoras e “líderes” locais para as ações entendidas como de “desenvolvimento de comunidades”; a melhoria de técnicas agrícolas, na perspectiva da extensão rural, que se desdobrava no associativismo e no cooperativismo.

Esse conjunto de ações dirigidas pela Igreja ou às quais ela se associava deu origem ao Movimento de Natal, com forte repercussão e apoio internacional.¹ Em particular, coube à Diocese de Natal, no início dos anos de 1960, assessorar a criação dos sindicatos rurais em sua área de atuação, ação exemplar para outras Dioceses do Nordeste, assim como criticar a estrutura agrária e a dominação política das oligarquias rurais, particularmente fortes no estado do Rio Grande do Norte.

O papel das escolas radiofônicas nesse Movimento foi fundamental, não só em termos da alfabetização dos que não tiveram e não tinham acesso ao ensino regular, como também de apoio à sindicalização rural e a sistematização e divulgação das críticas à dominação econômica e política.

O ano de 1963 marcou o melhor momento dessas ações, em especial pela campanha contra a “compra” do voto e contra

¹ Sobre o Movimento de Natal ver, em especial, Alceu Ferrari, *Igreja e desenvolvimento* (Natal: Fundação José Augusto, 1968) e, com o mesmo título, Cândido Procópio de Camargo (São Paulo: CEBRAP, 1971).

o voto de “cabresto”. Essa campanha deu origem à série de programas radiofônicos designados “Realidade Política/Massificação”, cujo refrão era “Voto não se vende, consciência não compra”, e serviu de motivação para programas similares de “politização” elaborados e irradiados por outros sistemas radioeducativos do MEB, no período.

Essa experiência também está bem descrita no livro, inclusive no que diz respeito ao caráter de descoberta dos caminhos assumidos e no comprometimento da equipe responsável pelos trabalhos. Não é demais lembrar que a aceitação das aulas e dos demais programas radiofônicos tinha por base o contato pessoal da equipe do SAR com os monitores e com a liderança dos sindicatos e demais grupos, iniciado nos treinamentos e mantido pelas visitas de supervisão às escolas, assim como a produção radiofônica local que permitia um diálogo com os grupos atingidos e era alimentada por fértil correspondência, sistematicamente respondida nas próprias emissões.

Também não é demais lembrar que, no período, a Igreja Católica vivia a profunda renovação gerada pelo Concílio Vaticano II e pelas corajosas encíclicas do Papa João XXIII, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*. Esse concílio e essas encíclicas não só atualizaram a Doutrina Social da Igreja, como motivaram o deslocamento de sua ação no atendimento das classes populares, designadas como “povo de Deus”. Vale lembrar ainda, o que está presente no livro, a radical mudança dos objetivos e do modo de atuação do MEB, no final de 1962, por um lado, influenciada pelas iniciativas de Natal, e por outra forte influência para o aprofundamento dessas mesmas iniciativas.

A experiência do MEB é bastante estudada. Eu mesmo a historio, no período 1961-1966, em *Uma pedagogia da participação popular, análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base* (Campinas, Autores Associados, 2006). Também em termos gerais, mas explorando bastante a experiência do MEB/Natal e do sindicalismo rural tem-se *Educar para transfor-*

mar. educação popular, Igreja católica, política no Movimento de Educação de Base, de Luiz Eduardo W. Wanderley (Petrópolis, Vozes, 1984). Outras teses e dissertações, algumas publicadas em livro, analisaram as experiências de Goiás e Maranhão e de outros sistemas radioeducativos do Nordeste. A esses estudos vem somar-se agora este original *Escolas radiofônicas de Natal (1958-1966): uma história construída por muitos*, cujos autores, repito, foram atores dessa mesma história.

Rio de Janeiro, dezembro de 2008
Osmar Fávero

Capítulo I

REALIDADE DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

Os anos que se seguiram ao pós Segunda Grande Guerra encontram o estado do Rio Grande do Norte carente de políticas públicas que atendessem as necessidades mínimas de sua população. Sua capital, Natal, pequena e pacata cidade, ainda nos anos de 1940, em virtude de sua posição geográfica, tornou-se, na Segunda Grande Guerra, palco de grandes movimentações bélicas com instalação e ampliação de bases militares em seu território, servindo de pouso para tropas que se dirigiam ao cenário da guerra na Europa. Abrigou em seu seio mais de 10 mil soldados que se divertiam em bares e boates antes de partirem para o front, de onde, talvez, nunca mais voltassem. A cidade poderia ser a última diversão para muitos deles.

Além de receber as tropas americanas em trânsito para Dakar (África), a cidade passa a hospedar avultado número de americanos, constituindo-se em campo de adaptação ao clima tropical (Ferrari, 1968, p. 51).

Antes, a posição geográfica da cidade já lhe valera, desde as primeiras décadas do século XX, a visita de jovens e intrépidos

adeptos da nascente aviação, que aqui se dirigiam para seus experimentos. Servira de pouso para as iniciativas aéreas de Saint-Exupéry, com o seu correio aéreo, ou para os vôos experimentais de italianos, na travessia do Atlântico, o que valeu à cidade a doação de uma Coluna Capitolina romana, presente do *duce* Mussolini, em comemoração a esse ato de bravura (1931); de portugueses (Gago Coutinho), franceses (Jean Mermoz), australianos (Bert Hinkler), norte-americanos (Charles Lindenberg). O título de *esquina do mundo* já estava divulgado. Talvez o conflito mundial apenas tenha consolidado esse dom da natureza.

A guerra ocasionou uma expansão frenética da cidade. Repentinamente, como diz João Maria Furtado:

Natal se encheu de tropas do Exército, Marinha e também Aeronáutica e acantonavam na base de Parnamirim¹ tropas americanas que, constantemente, se deslocavam, através do Atlântico, por via aérea para a África e dali para os campos de batalha na Europa. (1976, p. 212).

Acidade, usando expressão do mesmo autor, transformara-se em *verdadeira praça de guerra*. Cascudo euforicamente relata que o campo de Parnamirim “foi a maior mobilização técnica obtida pelos Estados Unidos fora do seu território” (1980, p. 401). Entretanto, antes mesmo da criação da Base Aérea de Parnamirim, no momento da declaração pelo Brasil de estado de beligerância às Nações do Eixo, em 22 de agosto de 1942, seguida, em 25 do mesmo mês, da instalação do Serviço de Defesa Anti-Aérea, com a vinda de contingentes militares necessários à sua operação e manutenção, a cidade já começara um processo de inchamento.

Por outro lado, o Estado, que possui 2/3 de seu território incluído no denominado Polígono das Secas, sofre a constância

¹ Município vizinho à Natal, distante apenas 18 quilômetros.

cíclica desse fenômeno, ocasionando a migração permanente do interior para a capital. Esse êxodo rural foi acentuado pela necessidade de mão de obra para a construção do campo de aviação de Parnamirim e da Base Naval construída às margens do rio Potengi, num sítio denominado de Refoles, em Natal, além das inúmeras casas de jogos, casas de tolerância, cafés, cassinos. Novamente João Maria Furtado, discutindo a indicação do novo interventor do Estado, o General. Antonio Fernandes Dantas, em 1943, nos informa:

A nova administração se caracterizou, de logo, por um clima de desregramento moral, com o licenciamento de cassinos e liberação de toda modalidade de jogos proibidos, inclusive o chamado ‘jogo do bicho’, pagando os seus exploradores uma percentagem cobrada pelo Estado, e sem que a grande renda correspondente fosse recolhida a alguma repartição arrecadadora, destinada a certas finalidades filantrópicas, a exemplo de outros Estados, mas incorporada à remuneração das funções interventoriais. E a própria residência do governo era um centro de jogatina, pois o velho militar era um inveterado jogador de cartas (1976, p.217).

O desregramento dos costumes acentuava a crise que a cidade do Natal enfrentou no pós-guerra. Na verdade, o término desse conflito encontrou uma cidade devastada pelos efeitos da seca cíclica e da retirada dos mais de 10.000 (dez mil) soldados de seu território. A guerra nada acrescentara a sua economia; não trouxera mais riqueza, nem mais educação, nem mais saúde para a população. O índice de alfabetização (56,32%) era muito baixo. O número de escolas também. Segundo Germano (1982), em 1961, portanto, quinze anos depois, havia apenas dez grupos escolares na cidade e as escolinhas, mantidas pela prefeitura, decrescera de 120, em 1958, para 86 em 1960, quando a cidade já possuía segundo o

censo do IBGE, uma população de 154.276 habitantes e mais de 30 mil analfabetos.

No país, presenciávamos as discussões em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1961, após treze anos de debates e embates. Essa lei, que pela primeira vez pensou o ensino brasileiro de forma orgânica e total, trouxe de volta ao cenário nacional os antigos combatentes dos anos de 1930: liberais, adeptos da *Escola Nova*, defensores da escola pública e gratuita, e católicos, partidários do ensino religioso, mais tradicional, defensores da escola privada e confessional. A LDB de 1961 favoreceu em parte a escola pública, mas, muito mais a escola privada, concedendo-lhe legalmente benefícios financeiros, carreando de forma mais acintosa recursos públicos para o setor privado.

Paralelo a esse movimento educacional, a sociedade brasileira vivia o alvorecer de uma democracia, nos moldes burgueses, que propiciou um eclodir de lutas e de organização da sociedade civil, favorecendo o surgimento de sindicatos e associações de classes e outras formas de defesa dos direitos dos trabalhadores. Essas lutas foram particularmente fortes no solo nordestino, região tradicionalmente explorada pelas elites agrárias, conservadoras, que dominavam o país desde a chegada dos portugueses ao Brasil.

No campo educacional, particularmente no âmbito da educação de adultos, o país apresentava um alto índice de analfabetismo: 49,31% em 1950, alcançando 1960 com 39,48%.² O período da economia desenvolvimentista estimulou a necessidade de modificações desse índice, pois a industrialização requeria mão de obra mais qualificada. Por outro lado, as eleições se sucediam. Novos eleitores surgiam: de 7,9 milhões em 1950 esse contingente subira para 11,7 milhões em 1960. Entretanto, para uma população de 51.944.397, em 1950, e

² Fonte: PAIVA, Vanilda, 1973, p. 194.

70.070.457³ habitantes, em 1960, novos eleitores poderiam ser acrescentados a esse contingente. O próprio voto do analfabeto já estava posto em discussão. Surgiram algumas iniciativas de parte do governo federal voltadas para a educação popular, a exemplo da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952.

No Rio Grande do Norte, o clima de mudanças também se fazia presente. Em 1956, foi nomeado prefeito de Natal Djalma Maranhão, político saído das hostes comunistas, com um passado de lutas em prol das causas populares. Segundo o Censo Demográfico de 1950, o Estado contava com uma população de 800.538 habitantes, onde apenas 222.923 sabiam ler e escrever, ou seja, 27,84 % do total⁴. A cidade do Natal, capital do Estado, de acordo com o mesmo Censo, possuía uma população de 87.600, sendo que apenas 49.337 sabiam ler e escrever, portanto, um percentual de 56,32%. Na realidade, eram bastante elevados os percentuais de habitantes sem o domínio da leitura e da escrita.

Nomeado na primeira legislatura, em 1956, e eleito na segunda, em 1961, pelo voto direto, constituindo-se no primeiro prefeito eleito de Natal, Djalma Maranhão desenvolveu, desde a primeira administração, iniciativas no âmbito da educação popular, embora a mais conhecida tenha sido a *Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler*, criada em 1961. Apesar das iniciativas anteriores, o Rio Grande do Norte, em 1960, de uma população de 951.726, apenas 364.976 sabendo ler e escrever, representando o percentual de 38,34%. Natal, cuja população atingira 135.073 habitantes, somente 79.789 sabiam ler e escrever, portanto, 59,07% do total de habitantes.

3 Fonte. IBGE. Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1956; FIBGE. Censo Demográfico de 1960. VII Recenseamento Geral do Brasil

4 Fonte. IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro, 1956.

A Arquidiocese de Natal, que vinha atuando na área social, como veremos a seguir, diante desse quadro de altos índices de analfabetismo, que era ainda mais grave no meio rural, decidiu também atuar na educação. A partir de 1958, com as Escolas Radiofônicas, inicia um processo de educação pelo rádio, destinado ao meio rural, obra inovadora e de ampla abrangência, atingindo rincões antes impensáveis. Essa experiência, que marcou uma época, será relatada a seguir, pela reconstituição de seus diversos momentos, em que o emocional e o racional se imbricam numa tessitura única.

Capítulo II

COMO TUDO COMEÇOU

O TEMPO, O HOMEM, A IGREJA

Vivia-se o início da década de 1940. O camponês nordestino atravessa mais uma vez as agruras de uma seca que já dura três anos. Toda a água dos açudes e dos rios foi tragada pelas nuvens. Do céu não cai uma gota sequer. A terra esturricada. Nenhuma plantação vingou. Tudo é desolação. As pequenas reservas alimentares de anos melhores há muito foram consumidas. O feijão. O milho. A batata. A farinha.

Ao final de cada tarde, todos os olhares sondam o horizonte longínquo, na busca de algum anúncio de chuva, lá pras bandas do Maranhão, onde ela chega primeiro, nessa região nordestina. Anoitece; nem o anúncio, nem a chuva aparece... Dia após dia, noite após noite, a mesma esperança. A mesma desilusão.

A terra não é do camponês, é do coronel. Aquela enorme extensão de terra que se perde de vista. Em uma nesga qualquer à beira do rio, aquele que realmente nela trabalha tem seu pequeno roçado. Dali ele tira o milho, o feijão, a macaxeira, o maxixe, o quiabo, talvez alguma fruta. Tudo o que colhe, deve ser dividido pela metade com o patrão. É o injusto sistema

de *meia*. Os demais gêneros são obrigatoriamente comprados no barracão do coronel, por preços exorbitantes. Nesses anos seguidos de estiagem, as dívidas do camponês aumentaram dia após dia. Esperança de pagá-las, nenhuma. Se possuía algumas cabras ou ovelhas, elas não existem mais. Agora é a família trabalhadora que definha, abatida pela fome e pelos males que golpeiam o sertão: doença de chagas, esquistossomose, parasitas os mais diversos, desnutrição, falta de assistência, desamparo, solidão.

Para além da seca, causas estruturais são responsáveis por tal situação: concentração da terra, exploração econômica, dominação social, sem que os trabalhadores tenham assegurados seus direitos por lei. Adicionalmente, a omissão dos poderes públicos na oferta de crédito, educação, saúde, assistência técnica. Trata-se, de um problema cujos alicerces encontram-se, pois, no campo econômico, social e político, e não simplesmente nas condições climáticas do Nordeste.

Desde o início do século XX, a questão social passara a interessar a Igreja católica do Rio Grande do Norte. A Doutrina Social da Igreja, que tem como marco inicial a *Encíclica Rerum Novarum* (1891), do Papa Leão XIII, convoca os cristãos à inserção na luta por melhores condições de trabalho do operariado. É um posicionamento inovador da Igreja. Parcela da Igreja do Rio Grande do Norte atende a esse apelo e se insere nessa luta.

Na cidade de Natal, destacam-se num primeiro momento, as iniciativas na área educacional, com a criação de várias escolas de alfabetização, escolarização e, em nível profissionalizante a Escola de Comércio de Natal (1919), todas funcionando em período noturno, para deixar livres os horários de trabalho àqueles que pretendessem acumular estudo e profissão.

A constatação de que fatores econômicos encontram-se na raiz dos problemas sociais, leva a Igreja a apelar para o cooperativismo como recurso que poderia minimizar as

dificuldades da classe trabalhadora. É assim que surge a Caixa Rural e Operária de Natal, autorizada em 1926 pelo Ministério da Agricultura, seguida pela organização de várias outras cooperativas no interior.

Em 1930 surge o jornal *Diário de Natal*, que recebe em 1935 o nome de *A Ordem*. Veículo de comunicação de longo alcance para a época, o jornal torna-se instrumento de divulgação dos problemas sociais do Estado e do posicionamento da Igreja face aos mesmos. Em resposta a novas necessidades da capital do Estado, que timidamente esboçava o surgimento do operariado, é fundado em 1937 o Centro Educativo Operário, transformado em Círculo Operário de Natal no ano de 1938.

O início da década seguinte traz as implicações da II Guerra Mundial. Em Natal, é instalado o Serviço de Defesa Anti-Aérea, com a vinda de contingentes militares necessários àquela operação. A Base Aérea de Parnamirim (a 18 km da capital) serve como escala na rota entre os Estados Unidos e Dakar e a cidade, além de receber as tropas em trânsito, hospeda avultado número de americanos, pois Natal passara a constituir-se campo de adaptação ao clima tropical. Amplia-se o campo do trabalho com a demanda de pessoal para a construção civil, hotelaria, bares, restaurantes, boates, cabarés etc. A intensificação das atividades da construção civil para fins militares, recebe impulso adicional com a demanda no setor habitacional. Em suma, Natal passa a constituir-se pólo de atração para toda a região, em termos de mercado de trabalho.

Tais notícias chegam ao meio rural, onde os camponeses encontram-se batidos pela fome e sem enxergar viabilidades concretas e imediatas de solução para seus graves problemas. Grandes levas de famílias rurais fustigados pela seca passam, pois, a migrar para a capital, em busca de alimento, de trabalho, de assistência social. Muitos carregando o sonho de uma vida mais digna, na ilusão de escaparem aos sistemas de exploração do trabalho.

Em Natal, os que não conseguem ser contratados ou subempregados pela construção civil ou pelos novos serviços do setor de turismo, engrossam as fileiras dos que praticam o comércio ambulante, os biscates, a mendicância. A cidade começava “a expor nas ruas a chaga aberta do desemprego rural em massa. Famílias inteiras percorriam os bairros residenciais e as ruas do comércio pedindo o que comer” (UFRN, s/d. p. 4)

A Igreja sente-se tocada pela gravidade da situação. Jovens idealistas engajados, seja na Ação Católica Feminina, sob a orientação do então Padre Nivaldo Monte, seja na Masculina, dirigida por Padre Eugênio Sales⁵, passam a atuar nos bairros periféricos da cidade, criando e orientando escolas, ambulatórios, abrigos, centros sociais, grupos de jovens e de adultos. Era uma ação de caráter emergencial, sem respaldo técnico, que apenas minorava as conseqüências dos problemas, sem atingir suas causas. Surge de tal constatação a necessidade de formar trabalhadores sociais com embasamento teórico e o conhecimento de métodos e técnicas capazes de colaborar para a transformação da realidade. De uma parceria entre a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Juventude Feminina Católica, cria-se em 1945 a Escola de Serviço Social, cuja implantação e administração cabe ao Pe. Nivaldo Monte.

Nesse contexto, a parcela do clero que se mostrava mais combativa se dá conta da íntima relação existente entre a problemática urbana e a rural, pois em muitos casos a primeira é o desdobramento da segunda. Tal constatação direcionou Pe. Eugênio Sales e a Juventude Masculina Católica a atuarem, desde 1948, para os problemas do campo. Inicialmente, realizam um levantamento das condições de vida da população de quatro municípios representativos das quatro zonas do Estado. Dentre os problemas identificados destacam-se o analfabetismo, a mortalidade infantil e inexistência de assistência médico-

⁵ Pe. Nivaldo Monte e Pe. Eugenio Sales atingiram o arcebispado. O primeiro faleceu em 2007, o último é arcebispo emérito do Rio de Janeiro.

hospitalar, a concentração da terra e ausência de direitos do trabalhador rural.

A concentração da terra no Estado, das mais aberrantes, surgia como uma das principais expressões da injustiça social: os latifúndios com mais de 10 mil hectares ocupavam quase 20% de toda a área cultivada, enquanto ínfimas propriedades de menos de 10 hectares se comprimiam em 2% da área total (FERRARI, 1968, p.170-71).

A questão fundiária era desde logo uma preocupação para aqueles que militavam nos movimentos sociais da Igreja, embora ainda não claramente percebida no quadro mais abrangente do antagonismo das classes sociais. O depoimento de Dom Eugênio Sales mostra como a dominação social apóia-se na concentração da terra.

O povo rico tem uma forte consciência de sua própria dignidade e de sua dominação. Estas idéias estão muito enraizadas e difíceis de serem mudadas, pois para o proprietário o símbolo de sua dominação é a extensão de suas terras: quanto mais ele possui, mais poder ele sente. Disso vem sua enorme resistência para dividir a terra de uma maneira mais eqüitativa. Novamente a dominação dos ricos pode ser vista em sua forma de lidar com as pessoas das classes inferiores. Eles tratam essas pessoas bem, polidamente, mesmo caridosamente, mas com certeza não como duas pessoas iguais perante Deus. Teoricamente eles podem aceitar essa idéia, mas na prática eles não permitem que o homem pobre lute para defender os seus direitos, da mesma maneira que eles mantêm os seus. Tal atitude torna os ricos cegos em muitos aspectos e tem causado reações estupidamente violentas de sua parte. Na raiz de muitas das atitudes da classe rica está o Capitalismo Liberal. Este, do velho tipo “laissez-faire”, onde cada homem trabalha de uma forma altamente individualista a fim de conseguir o maior lucro que possa (SALES, in: MURPHY, 1964, p. 23-24).

Ao mencionado problema, soma-se a gravidade da situação de saúde, com elevados índices de mortalidade entre crianças, atribuíveis tanto a causas perinatais, como a doenças infecciosas e parasitárias. As estatísticas demonstram que 80% da mortalidade infantil poderiam ser evitadas por meio de uma alimentação saudável, de higiene, vacinações e saneamento básico. Mais de 60% das crianças até 17 anos registram estados de desnutrição e déficits diários de mais de 400 calorias. (Moran, 1981, p. 44). Menos de 88 % das habitações rurais não eram, à época, servidas por água e esgotos.

Tal quadro sinalizava para a necessidade de um trabalho educativo amplo e continuado junto às populações rurais, sendo para esse fim criado oficialmente, em 1949, o Serviço de Assistência Rural (SAR), que ficou sob a coordenação geral de Pe. Eugênio Sales. Define-se como primeiro passo a discussão dos resultados do levantamento previamente levado a efeito. Visando tal objetivo é realizada a I Semana Rural, em Jundiá, Município de Macaíba, em janeiro de 1951, financiada pelo Serviço de Informação Agrícola (SIA), do Ministério da Agricultura, e assessorada pela Ação Católica Nacional, na pessoa do então Mons. Helder Câmara. Do evento participam representantes das três dioceses do estado, reunindo atores sociais heterogêneos, em alguns casos antagônicos, tais como os proprietários e os trabalhadores rurais. Além deles, fazem-se presentes bispos, vigários, dirigentes de serviços públicos, professores e assistentes sociais.

Maria de Lourdes Santos, uma das organizadoras da I Semana Rural, observa que os patrões defendiam soluções numa perspectiva paternalista. Objetando essa postura ela informa: “Nós nos propúnhamos consciente e claramente, já nessa época, à libertação do homem do campo” (SANTOS, *In*: FERRARI, 1968, p. 73).

Nesse mesmo sentido, outro depoimento pode ser ouvido, o do Pe. Eugênio Sales, nas palavras que pronunciou na abertura da I Semana Rural: “Confrange o coração ver o estado

de tantas habitações no interior, a alimentação deficiente, os métodos agrícolas aplicados, a escola vazia de alunos, o roubo da compra na folha”. (SALES. *In*: FERRARI, 1968, p.73)

A compra na folha constitui um dos perversos expedientes de exploração da força de trabalho na agricultura. Face à falta de condições financeiras do trabalhador para a efetivação do processo produtivo, os coronéis compram o futuro produto do trabalho (o algodão, o feijão, o milho etc.), calculando arbitrariamente seu provável valor, com enormes perdas para o camponês. Ao caracterizar publicamente tal prática como um “roubo”, o Pe. Eugênio Sales marca posição contra essa forma de exploração. O referido posicionamento reflete-se igualmente na Carta Pastoral dos Bispos das três Dioceses do Rio Grande do Norte (Natal, Mossoró e Caicó) ao denunciar outras facetas da exploração, quais sejam o jogo e o *voto de cabresto*. Acima do partido e de chefes insaciáveis de posição e poder, *paira a dignidade do eleitor humilde*, declara a Carta Pastoral.

A consciência da problemática rural, embora de forma incipiente, toca de perto alguns vigários do interior, pelo contato diário com os paroquianos que vivem do trabalho com a terra. Padre Antônio Barros, então vigário de São José de Mipibu, afirma que o salário do trabalhador

Representa uma miséria, tendo em consideração os elevados preços alcançados pelos produtos agrícolas, que ano a ano contribuem para o enriquecimento dos senhores, agricultores e criadores. O nosso trabalhador é um vencido na vida, geralmente mal alimentado, maltrapilho e doente, possuindo apenas a noite e o dia que Deus lhe dá. No dia em que não trabalha, a família passa fome. Nosso município é um verdadeiro celeiro de cereais. A riqueza, porém, é canalizada para os felizes proprietários das terras, sendo que o principal propulsor do progresso, o trabalhador, vive como um miserável. (BARROS, *In*: FERRARI, 1968, p. 82)

Na verdade, o contexto histórico daquele momento estava desvelando o problema da exploração do trabalhador rural, tornando visível a exploração antes desconhecida, fazendo despertar os sentimentos de indignação de muitos que dela tomavam conhecimento. Assim também ocorreu com alguns padres e leigos militantes da Igreja do Rio Grande do Norte.

O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA RURAL (SAR)

Em vistas à melhoria das adversas condições sócio-econômicas constatadas, uma das recomendações da Primeira Semana Rural aponta para a necessidade de criação de uma missão rural, nos moldes de outras que já funcionavam em diferentes regiões do país, com o respaldo do Ministério de Agricultura. *A educação do homem do campo e o bem-estar das comunidades rurais* figuram como objetivos centrais do programa.

As missões rurais surgem como um dos instrumentos da Guerra Fria para difundir nos países do ocidente o modelo de extensão e desenvolvimento rural proposto pelo governo americano, através da Inter-american Educational Foundation Inc. A referida fundação celebra em 1945 um acordo com o Ministério de Agricultura, objetivando uma “maior aproximação interamericana, mediante intercâmbio intensivo de educação, idéias e métodos pedagógicos entre os dois países” (Brasil. Ministério de Relações Exteriores. 1946, p.230).

Em 1949 realizou-se o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, no Rio de Janeiro sob o patrocínio do Governo brasileiro, da Unesco e da União Pan-americana, visando a “elaborar uma doutrina em moldes condizentes com os ideais internacionais em relação à América Latina” (Ammann, 2003, p. 34). Esse objetivo deixa claro que não são os povos latino-americanos que irão escolher seu papel no jogo entre as nações, mas, ao contrário, eles devem pautar-se nos

ideais das nações hegemônicas. O aludido seminário resulta em um manual de educação de adultos que sugere, entre outros, a criação de missões rurais.⁶

Em 1950 inicia-se no Brasil a experiência da Missão Rural de Itaperuna (RJ) e em 1952 surge a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) que visava, entre outros objetivos, criar e apoiar as aludidas organizações. Seu modelo é pautado numa visão harmônica, acrítica e aclassista que dissimula a divisão social do trabalho e cobre a realidade com o manto da identidade de valores, interesses e objetivos. Concebe a comunidade como um todo regido pelo consenso, tendo problemas e interesses comuns. Em tal postura não sobra lugar para o problema das contradições e antagonismos, não se cogitando, pois, de transformações estruturais (Ammann, 2003)

No Rio Grande do Norte organizou-se, em março de 1951, a Missão Rural Ambulante, constituída de agrônomo, médico, dentista e assistente social, que trabalham em tempo integral. Visitam as sedes dos municípios, reúnem trabalhadores rurais, professores, donas de casa e jovens, levantam problemas, necessidades e interesses, dão palestras educativas em torno das temáticas sugeridas, procuram organizar grupos que continuem a ação por eles iniciada.

Ao voltarem, contudo, à mesma comunidade, a constatação era de que tudo retornara ao ponto zero: os grupos não estavam organizados ou não tinham dado continuidade ao trabalho. O depoimento da assistente social Célia Vale Xavier, participante do movimento, informa:

Por onde passava a Missão Rural, era uma semente que se plantava. Uma semente que exigia cuidados mais freqüentes, cuidados estes que a Missão não podia dispensar, em vista do seu trabalho volante. Cedo, portanto, sentiu

⁶ Para maiores informações ver AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*, 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

a equipe a necessidade de capacitar pessoal do próprio meio a levar avante as iniciativas tomadas. Surgiu a idéia de se promover um curso de líderes (Xavier, 1958, p. 34)

De outra parte, conclui-se que o caráter de mobilidade da missão rural, bem como a amplitude e dispersão da área, inviabilizam a continuidade e aprofundamento do trabalho iniciado a cada visita, com duração de um a três dias. Decide-se, então, que a equipe deve trabalhar em uma área fixa, delimitada e restrita. O SAR firma convênio em 1952 com a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), objetivando a implantação de uma missão rural de cunho permanente. Ela é precedida de estudo de área que aponta o município de Nísia Floresta como base de apoio para a atuação no agreste. Em preparação, a equipe técnica ligada ao SAR, constituída de agrônomo, médico, assistente social e educadora familiar, participa de curso de especialização sobre a teoria e as técnicas de organização de grupos e de comunidades rurais realizado pela CNER em Cruz das Almas, na Bahia.

Com o retorno da equipe, em 30 de agosto de 1954, instala-se a Missão Rural de Educação do Agreste, por meio da qual é desenvolvido um trabalho educativo junto aos diversos segmentos sociais: a) para os camponeses, aulas práticas de horticultura, avicultura, arborização, técnicas racionais de plantio, adubo e cuidados com a agricultura; b) junto às escolas, debates sobre temas ligados ao ensino, reunindo professores, pais e alunos; c) organização de clubes de mães e donas de casa, em torno de economia doméstica, trabalhos manuais, artesanato e indústrias caseiras, objetivando o aproveitamento da matéria prima local. Como se vê, a estrutura agrária, que obviamente não era questionada pelo modelo americano, encontrava-se igualmente ausente da agenda oficial das missões rurais.

No Rio Grande do Norte, entretanto, o trabalho rural vinha sendo realizado há vários anos, e as equipes do SAR

estavam conscientes de que só as mudanças estruturais poderiam solucionar os grandes problemas que afetavam a população campesina.

O depoimento de uma ex-participante das missões rurais revela sua postura crítica:

[...] Hoje eu considero as missões rurais como um movimento romântico... Você querer mudar uma estrutura agrária só através da educação, é uma utopia. Não quero dizer que foi uma coisa inválida. Não. Foi um trabalho muito bonito e ainda hoje se colhem os frutos. Mas são frutos isolados e para querer expandir isso para o país inteiro, é romantismo. A novidade da Missão Rural era a multidisciplinaridade da equipe (...) éramos um grupo idealista que acreditava no que fazia. Houve trabalhos concretos que deixaram resultados. Por exemplo, o cooperativismo e o trabalho com as parteiras “curiosas”. (Nascimento, 2003)

Em 1962 a CNER é extinta e com ela a Missão Rural de Educação do Agreste. Um de seus resultados mais positivos prolonga-se, contudo, até o presente: o aproveitamento de recursos naturais e humanos da própria região. No primeiro caso, verificou-se que o agave (outra denominação do sisal), já amplamente cultivado na região, poderia ser utilizado como matéria prima para a produção artesanal, vindo a transformar-se numa fonte de renda complementar das famílias rurais. No tocante aos recursos humanos, duas figuras locais se sobressaíram e se motivaram desde os primeiros momentos: as jovens irmãs Maria da Glória e Margarida Paiva. Formadas e assessoradas pelo SAR, elas dedicaram toda sua vida ao artesanato em agave. Organizaram e assessoraram núcleos de produção artesanal que se difundiram por toda a região. Formaram agentes multiplicadores e com eles criaram a estrutura organizacional, o provimento de recursos financeiros

e materiais indispensáveis para a fundação da Cooperativa de Produtores Artesanais do Litoral Agreste, que por quase 50 anos ainda gera trabalho e renda para a população rural.

Educação

a) Atuação junto às escolas

Um dos sustentáculos do SAR durante o período de sua fundação foi o vigário. Era em torno dele que as ações se organizavam, até que outros participantes da comunidade fossem formados no Centro de Treinamento e assumissem a liderança dos trabalhos comunitários. Outra ainda foi a razão dos mencionados espaços e atores sociais: tanto o vigário como a professora rural, além de serem elementos estratégicos para qualquer trabalho fundado na cooperação voluntária, eram considerados os menos envolvidos pelas discórdias políticas locais, que bem cedo se demonstraram real obstáculo para o trabalho do SAR. Surgiam eles, portanto, como principais articuladores do processo de mobilização dos recursos humanos e institucionais, com vistas à organização da comunidade para solução dos problemas locais.

A educação foi eleita como temática nuclear das primeiras ações do SAR, que firmou convênio com o Departamento de Educação do Estado e iniciou uma ação junto às escolas isoladas (no meio rural, até 3º ano primário) e às escolas reunidas (até 4º ano, nas sedes dos municípios). Os técnicos do SAR promoviam reuniões com professores, alunos e pais, discutindo a qualidade do ensino, a frequência e a evasão escolar, a correspondência entre demanda e oferta. Um dos resultados dessas reuniões foi a verificação do baixo nível escolar dos professores, muitos dos quais não possuíam sequer o curso primário completo, carecendo assim de urgente formação, sem a qual seria impossível a melhoria da escola. Daí surgiu o projeto de realização de cursos e a criação do Centro de Treinamento,

que pôde ser concretizado, graças ao convênio do SAR com a CNER, no ano de 1952.

b) Formação de recursos humanos

Desde os desacertos cometidos em 1951 pela Missão Rural Ambulante e a constatação do baixo nível escolar dos professores das escolas, que sinalizava a necessidade de formar pessoal local, decide o SAR criar um sistema permanente de formação de recursos humanos.

O primeiro curso, praticamente em caráter experimental, teve curta duração e girou em torno dos temas: família, escola, paróquia e comunidade. Na avaliação do curso, os participantes registraram os seguintes ganhos: a) descoberta de si, enquanto pessoa humana; b) consciência de sua responsabilidade no seio da comunidade; c) entendimento de que a mudança social é fruto de uma ação de grupo. Entre os pontos negativos os participantes destacaram a brevidade do curso, recomendando que os subseqüentes tivessem maior duração e fornecesse maiores informações sobre as técnicas de organização de grupos e de comunidades. A recomendação foi prontamente incorporada ao delineamento dos novos cursos, como veremos a seguir.

Criado o Centro de Treinamento de Líderes do SAR na praia de Ponta Negra, o segundo curso foi aí realizado (1953-54), com uma duração de seis meses em regime de internato, objetivando a formação de Auxiliares Sociais Rurais. Nele concedeu-se ênfase à prática e à teoria em torno de: educação, saúde, enfermagem, economia doméstica, organização de grupos e de centros sociais, cooperativismo, técnicas agrícolas, avicultura, horticultura. Eis o depoimento de uma ex-aluna:

Aquele curso foi um marco em minha vida, valeu mais do que a universidade, que fiz depois. O conteúdo era de alto nível, pois a gente tinha os melhores professores que existiam em Natal naquela época.

Foram 6 meses em tempo integral e de convívio contínuo com os colegas e a equipe dirigente. Ele me abriu as portas para o mundo. (ARAÚJO, 2005).

Entre 1952 e 1964, período de maior atividade, o Centro de Treinamento realizou 34 cursos, com um total de 757 participantes, que sempre em regime de internato dedicavam tempo integral ao programa. Com duração, conteúdos e públicos variados (professores, líderes sindicais, jovens de ambos os sexos etc.) o lema inspirava-se na filosofia pragmatista do filósofo e educador norte-americano John Dewey: “aprender a fazer, fazendo”. Com ele assegurava-se que os ensinamentos fossem eminentemente práticos, sem maiores questionamentos da realidade social e econômica em que viviam os participantes. No início, os cursos eram pautados na visão harmônica de sociedade, condizente com os princípios da Doutrina Social da Igreja vigentes àquela época. Ao final da década de 1950, na esteira das grandes transformações políticas nacionais, o SAR vai adquirindo uma posição mais crítica, e os cursos passam a questionar as estruturas de exploração e a defender a reforma agrária.

O trabalho do pessoal formado pelos cursos fazia-se sentir no meio rural, pela multiplicação de grupos e de ações voltadas para a melhoria da comunidade (novas escolas, salas de aula, clubes de jovens, de mães, de crianças, centros sociais, campanhas de saúde, demonstrações de combate às pragas agrícolas, criação de aves domésticas, de hortas caseiras, cursos sobre diversificadas temáticas), bem como pela prática política por meio dos sindicatos rurais, das escolas radiofônicas e dos vários grupos citados.

c) Educação para a saúde

O estudo de área realizado no alvorecer do SAR registrara os graves problemas de saúde existentes no meio rural:

desnutrição, mortalidade infantil, epidemias, verminoses, entre outros. Na raiz desses males, encontravam-se, além da pobreza, a falta de informações e de formação para a prática da higiene e a inexistência ou precariedade da saúde pública. O consumo de água contaminada, por exemplo, surgiu como uma questão de calamidade, visto que a população rural bebia água de rios, açudes, barreiros e poças, nos quais também bebiam, tomavam banho e satisfaziam suas necessidades biológicas os animais que por ali passavam.

Inicia-se em 1951 o trabalho de educação sanitária na tentativa de reverter, pelo menos em parte aquela situação, além de oferecer informações sobre nutrição e preparo saudável de alimentos. São realizadas em toda a área de atuação, palestras e campanhas que incentivam a filtragem ou fervura da água, cultivo de hortas, criação de aves domésticas, consumo de verduras e frutas, higiene do lar, construção de fossas e privadas higiênicas, tratamento do lixo etc.

O trabalho é desenvolvido nas escolas, nos centros sociais, nos clubes agrícolas, junto aos grupos de donas de casa, de camponeses, de jovens e de crianças, sendo sua aplicação assessorada pela Equipe Central do SAR. Menos de 10 anos depois já se constatava a prática desses ensinamentos em mais de mil lares espalhados pelo interior do Estado. Técnicos da Associação do Nordeste para o Crédito e Assistência Rural (ANCAR) testemunharam que, ao visitar as áreas trabalhadas pelo SAR, observavam que a população se encontrava em um patamar de educação e saúde mais elevado que as demais.

Dentre os problemas de saúde, muitos decorriam da falta de hospitais, maternidades, leitos hospitalares, agentes de saúde minimamente preparados. Com cerca de 1/3 da população nacional, o Nordeste possuía pouco mais de 1/10 dos estabelecimentos hospitalares do país e apenas 1,5 leitos por mil habitantes, enquanto no Sul chegava a 4,4 leitos para a mesma população, e um médico para cada 10 mil habitantes.

(IBGE, ano?). Deve-se esclarecer que, se focalizadas as áreas rurais, a precariedade de serviços de saúde era muito mais gritante, pois eles se concentravam, sobretudo, nas capitais dos estados.

Os partos eram praticados em domicílio e assistidos por parteiras, ou *curiosas* como eram denominadas, que freqüentemente ignoravam os mais básicos preceitos de higiene, e contribuía para os altos índices de mortalidade da parturiente e dos neonatos. Pautado nessa constatação o SAR decide estimular a criação de maternidades, principalmente nas sedes de municípios interioranos.

Não eram instalações físicas o que importava, mas os serviços que pudessem ser prestados à população carente. Dentro de tal espírito, equipes locais de saúde devidamente qualificadas pelo SAR passaram a oferecer educação e assistência a parturientes e recém-nascidos, em locais que oferecessem condições adequadas.

Após sofrerem as adaptações exigidas pelos requisitos da higiene, casas residenciais ou prédios públicos ociosos passaram a abrigar a assistência materno-infantil. No final da década de 1950 funcionavam oito maternidades em municípios do interior do estado, assessoradas pelo SAR e administradas graças ao trabalho voluntário da comunidade.

d) Educação secundária gratuita

O Censo de 1950 apresentara os Estados do Nordeste com os mais altos índices de analfabetismo entre a população com 10 e mais anos: entre 66% e 78%, enquanto na Região Sul o índice era de 33%.

Manifesta era a carência de instituições de ensino nas áreas rurais, tanto ao nível fundamental, como secundário. Ao invés de seguir as tendências da Igreja tradicional, que fundava e mantinha escolas particulares pagas, o SAR, que sempre se posicionou ao lado das classes desfavorecidas, adotou uma postura inovadora, passando em 1957 a desenvolver um programa de criação e

orientação de escolas não pagas, em parceria com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), hoje Campanha Nacional de Escolas Comunitárias (CNEC).

Para o SAR, a participação comunitária, em regime de voluntariado (o que hoje parece uma estratégia discutível) sempre teve posição central na implantação e sustentação de qualquer programa. Em cada localidade uma equipe de voluntários garantiu o funcionamento dos educandários, assumindo sua coordenação, direção e a captação de fundos complementares (contribuições de sócios, festivais, donativos, etc.) Em contrapartida, o SAR oferecia assistência técnica nas áreas pedagógica, administrativa, contábil e de organização social.

O objetivo estratégico de autonomia desses educandários foi alcançado a contento em médio prazo, e o ensino secundário gratuito passou a ser oferecido em várias cidades do interior.

Trabalho em perspectiva nacional

a) Setor de migrações: *“Não vá se puder ficar”*.

A preocupação do SAR com as migrações data dos anos de 1950, quando se exacerba a saída de nordestinos, principalmente para Brasília, que à época começava a ser construída. A título de apoio, em 1954 o SAR fornece aos vigários um modelo de carta de recomendação do emigrante, que será enviada pelo vigário do ponto de partida ao do ponto de destinação.

O intuito do SAR era ordenar e humanizar as migrações originárias do Nordeste. Bastante ambicioso, isso foi alcançado apenas em nível estadual em 1960. Como primeiro passo, um levantamento sobre as correntes migratórias em 12 municípios do estado foi realizado: número de migrantes – permanentes e temporários – procedência e destino.

A etapa subsequente foi a formação de pessoal – mais uma vez voluntário – que passou a assumir no meio rural o

encargo de orientar os migrantes potenciais, informando-os sobre os riscos do comércio humano do *pau-arara*, das viagens sem documentação completa e atualizada, sem passagens devidamente quitadas, emprego seguro e garantido.

A Emissora de Educação Rural, o jornal Vida Rural, organismos pertencentes à Igreja, e os boletins difundidos pelos setores do SAR constituíram-se, a partir de então, veículos principais de divulgação das orientações ao migrante: “Não vá, se puder ficar”, era a mensagem repetida por todos.

No dia do migrante (2 de dezembro), foi distribuído um Boletim do Dia do Migrante em forma de versos, com a seguinte mensagem:

Migrante nacional: e é este pioneiro de um Brasil que surge / é este semeador de desenvolvimento / pioneiro e semeador que nada colhe / que grita por você que é autoridade / por você que é estudante / por você que é operário / por você que compreendeu a mensagem de Cristo. Compreendeu e vê nestes retirantes de nossas estradas / Cristos vivos a clamar / por viagens que lhes ofereçam bem estar digno de homens / por serviços que os orientem na saída e localização de trabalho / serviços que deles afastem o fantasma do desemprego / da desvalorização pessoal / serviços que os façam sentir-se elementos vivos, úteis, amados / serviços enfim que lhes tragam justiça. (SAR, 1960).

b) Setor de sindicalização rural

Os anos 1960-1963 representam um período de maior consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais. O entusiasmo engendrado pela abertura político-ideológica e pelo crescimento econômico

registrado nos últimos anos do Governo Kubitschek dá origem a um clima de euforia, aliado à sensação generalizada de que seria possível empreender mudanças estruturais a curto ou médio prazo. Daí surge o movimento por reformas de base.

Dentre as reformas de base, emergem com força no referido período, a questão fundiária e a organização dos trabalhadores rurais. Dessa classe existia somente um sindicato em Campos, no estado do Rio de Janeiro, criado na década de 1940, e as ligas camponesas, de inspiração socialista, organizadas a partir de 1955 pelo Deputado Francisco Julião.

A respeito das ligas camponesas, em entrevista a Michael Murphy, Dom Eugenio Sales assim se pronuncia:

O maior mérito das Ligas Camponesas de orientação comunista foi provocar pelo medo, uma mudança de mentalidade de muitos que não poderiam ser atingidos de outra forma. Havia uma grande resistência a qualquer forma de sindicalismo da parte dos proprietários (...) Também dentro da igreja, muita gente abriu os olhos para sua obrigação de oferecer respostas às justas aspirações dos camponeses. A igreja tornou-se mais envolvida no sindicalismo de orientação cristã. (Sales *It*: Murphy, 1964, p.98)

Em 1960, “em defesa dos princípios cristãos”, o SAR cria o Setor de Sindicalização Rural e passa a divulgar a idéia junto a todos os grupos por ele orientados. Mensagem da monitora Maria Bezerra, da Escola Radiofônica de Cerro Corá, revela traços de uma ampla convocação.

Avante homem do campo, para a luta! Alerta! Alerta!
Queremos reforma agrária e a escola porque desperta.
// trabalhadores rurais, precisamos de sindicatos, de escola radiofônica, lutar, ser unidos e libertos.// com sindicato rural, camponês tem liberdade: fica livre da

escravidão, marcha para a libertação.// o sindicato é arma de luta, a escola é luz que avulta / por justiça, paz e amor, alerta gente alerta!// camponês o sindicato é esperança do país. A escola radiofônica traz luz, bom senso diz.// nesta minha poesia digo ao povo em geral: viva a escola radiofônica, viva o sindicato rural (*Educar para construir*, SAR, 1960.)

Vale informar que esses versos receberam música e passaram a constituir o hino oficial das escolas radiofônicas.

José Rodrigues, um dos pioneiros do sindicalismo rural no Brasil e primeiro presidente da Federação de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, conta-nos, em entrevista, como se engajou no movimento, desde seus primórdios, em 1960.

A primeira vez que eu ouvi falar de sindicalismo rural foi num seminário de JAC em São José de Mipibu, do qual participei. Muitas pessoas dentro da JAC, achavam que ela não podia existir somente com reza, e eu era uma dessas pessoas. Ninguém pode conquistar a juventude agrária somente rezando. Quando falaram em sindicalismo eu pensei: é nessa que eu embarco. (Rodrigues, 1992)

E de fato embarca, pois José Rodrigues volta para Pendências – seu município de origem – e imediatamente inicia a organização do sindicato de trabalhadores rurais, o primeiro reconhecido oficialmente. Seguem-se os sindicatos de Canguaretama, Ceará Mirim, São José de Mipibu, São Paulo do Potengi e Serra Caiada.

A expansão do sindicalismo rural no estado se dá com tanta força e rapidez, que em abril de 1961 reúnem-se em Natal 96 líderes sindicais, representando 52 municípios para o I Congresso de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte. Após a criação do mínimo de sindicatos exigidos por lei para a

organização de uma Federação estadual, ela é criada em 1962 e José Rodrigues eleito seu presidente.

O SAR mantinha convênios para financiamento do sindicalismo rural e controlava a liberação e aplicação de todos os gastos da Federação. Tal dependência financeira criava freqüentes conflitos entre José Rodrigues e D. Eugênio. Em 1963 dá-se a ruptura final: a Federação desliga-se do SAR, e passa a funcionar em prédio próprio. “Eu sabia que os sindicatos eram mais importantes para o SAR, do que o SAR para os sindicatos”, afirma José Rodrigues repensando a decisão por ele tomada. (Rodrigues, 1992.)

c) Setor de politização: “Voto não se vende, consciência não se compra.”

Lembramos que não se pode vender voto. Amizade se paga com amizade; dinheiro com dinheiro; favor com favor. Mas nada disso se retribui com voto. Este deve ser dado com consciência e por ele responderemos diante de Deus. Insistimos que votem nos melhores entre os bons. Assim não podemos sufragar nas urnas: a) os candidatos comunistas ou outros sobre os quais pesam prudentes suspeitas de serem comunistas ou de tendências marxistas... b) os que defendem princípios errados de capitalismo liberal, e por atos, tenham-se rebelado contra a adoção dos princípios da Doutrina Social da Igreja. (Carta Pastoral, 1962).

Essas eram as orientações da Igreja do Rio Grande do Norte, em Carta Pastoral de seus bispos, antes das eleições para o poder legislativo, em 1962. Vale chamar a atenção para o fato de que se a Igreja assumia uma posição considerada avançada. Mesmo assim, não admitia que cristãos votassem em candidatos comunistas ou de tendências marxistas.

Pautado em tais orientações, o SAR cria o Setor de Politização, sem, contudo, colocar obstáculos à ação dos componentes de sua equipe que tinham “tendências marxistas”, mesmo que fossem agnósticos. O fundamental era o idealismo, o engajamento na luta pela justiça social.

Em tal momento histórico, a numerosa equipe que formava o SAR (mais de 100 pessoas) constituía-se das mais diversas correntes, com primazia das esquerdas católicas. Era a convivência pacífica permitida por D. Eugênio Sales, que a essa altura também lutava, pelas reformas de estrutura.

Durante o ano de 1962, o Setor de Politização desencadeia vasta campanha no estado. Vários boletins são elaborados e distribuídos aos milhares nas comunidades rurais, além de amplamente divulgados pela Emissora de Educação Rural e pelo jornal *Vida Rural*. Eis uma das mensagens da campanha:

Juntos nós pensamos: nos salários que assassina-
m crianças / nos barracões que furtam o suor / nas
fábricas que pedem matérias primas / na economia
que precisa se equilibrar / nas propriedades imensas
sem aproveitamento / nas pequenas demais, que não
dão para a gente viver / nas áreas enormes, sem dono,
/ nos preços injustos / nos trustes que engolem tudo
/ na terra de quem muito pedimos e nada damos...
Pensamos, enfim / na nossa agricultura / agricultura
de um país rico e imenso / agricultura do meu e seu
Brasil / agricultura que exige reforma / reforma que
exige homens / homens sérios e honestos escolhidos
por você / por seu voto / reforma que sobretudo:
necessita de um povo que a queira / povo que a exija
/ povo que é feito de cada um de nós / povo que é
você” (Caderno de Politização n. 1, SAR, 1962, p. 4.)

Diante dessa mensagem, fica-nos uma interrogação:
Como a parte conservadora da Igreja convivia com tal realidade?

A linguagem expressa um teor considerado de esquerda; à época poder-se-ia mesmo dizer marxista ou comunista. É uma contradição que demonstra as diversas faces que a Igreja apresenta. Ela não é um bloco monolítico de idéias, mas um conjunto plural, composto de homens e mulheres que pensam e agem às vezes em direções opostas.

Mística e metodologia da Equipe Central do SAR

A Equipe Central do SAR era composta por várias dezenas de jovens idealistas, que não mediam sacrifícios na tarefa de construir um mundo regido pela igualdade, fraternidade e justiça social. Trabalhavam sábados, domingos e feriados, adentravam pelas noites, em busca de soluções para os problemas das populações carentes, particularmente do meio rural. Viajavam por vezes em carroceria de caminhões de feira, compartilhando espaços e solavancos com cavalos e galinhas. Como ainda havia poucas pontes, durante o inverno, período de chuvas no Nordeste, acontecia de terem que atravessar rios a nado, dormir ao relento e passar fome, impossibilitados de continuar viagem e atingir o destino final.

Entretanto, de volta a Natal, iniciava-se outra etapa de trabalho: conhecimento da vivência de cada um junto aos grupos rurais; troca de experiências entre as diversas equipes; reflexão conjunta sobre as questões levantadas, as demandas da população, o delineamento dos próximos passos para novas ações. Era, pois, um processo de avaliação contínua, alimentado em encontros periódicos às vezes iluminados pelo estudo e discussão de textos teóricos que oferecessem subsídios para o trabalho de campo. Com esse objetivo, permaneciam durante alguns fins de semana no Centro de Treinamento de Ponta Negra, quase sempre assessorados por conceituados intelectuais ou técnicos externos ao SAR, que tinham mais condições de guardar um distanciamento e isenção de julgamento sobre suas práticas e indagações.

Em dezembro ou janeiro tinha lugar, também em regime de internato e com a participação de representantes das populações rurais, uma avaliação mais abrangente e mais aprofundada, bem como o planejamento das atividades a serem desenvolvidas durante o ano seguinte. Eram momentos de alta concentração, seriedade e partilha das práticas cotidianas, de ideais e compromissos, e de uma mística que fluía em todas as ações e relações entre os profissionais e deles com os representantes das bases. Um clima de grande fraternidade e descontração regava as refeições e os momentos de lazer.

Uma das características da Equipe Central era a imbricação entre as esferas de caráter pessoal e profissional de suas vidas, o que causava estranheza aos europeus que colaboravam com o SAR. Se um de seus membros enfrentava um sério impasse na vida privada, poderia pedir aos colegas que o ajudassem a melhor resolvê-lo, discutindo em grupo, fora do ambiente de trabalho. Muitas vezes isso aconteceu: em casa de um deles, sentados no chão, examinavam a questão e o debate resultava em sugestões e na mobilização para uma ajuda solidária.

Quanto ao método de trabalho junto às bases, como se pode inferir das informações sobre a implantação, funcionamento e expansão dos trabalhos anteriormente mencionados, sua determinação pautava-se no nível de consciência das necessidades, nas demandas, na motivação e na mobilização da comunidade. Daí porque a decisão de abrir novas frentes de ação resultava sempre de debates com a população sobre a realidade local, análise dos elementos problemáticos por ela identificados, estudo das alternativas de solução, definição dos recursos, bem como garantia de viabilidades concretas.

Na Ação Católica, de onde quase todos eram egressos, haviam aprendido e utilizado o método do Ver-Julgar-Agir, também aplicado no SAR. Em adição, como grande parte da Equipe Central constituía-se de formados ou estudantes da

Escola de Serviço Social, utilizava a metodologia do trabalho com grupos e comunidades, baseada na participação das bases.

No final da década de 1950 vivia-se um período de gestação da consciência nacional-popular (Gramsci, 1966) e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura. O II Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958), realizado com o “patrocínio de muitas entidades públicas e privadas e com o apoio do Ministério da Educação e Cultura” (Paiva, 1973, p. 206), refletiu o posicionamento de intelectuais e de movimentos brasileiros inspirados no humanismo europeu, principalmente dos franceses Maritain, Chardin, Lebreton e Mounier. Em nível estadual, o terreno estava preparado para receber a semente das escolas radiofônicas. A população rural encontrava-se altamente motivada e organizada em torno de movimentos coletivos como: Juventude Agrária Católica (JAC), centros sociais, grupos de mães, de jovens, de trabalhadores rurais, clubes agrícolas, cooperativas de crédito e de artesanato, educandários de ensino médio. Em algumas comunidades trabalhadas pelo SAR o índice de associativismo alcançava 50% dos habitantes, sem contar com seu engajamento temporário em campanhas educativas e outras atividades não permanentes. Finalmente, foi inaugurada em 10 de agosto de 1958 a Emissora de Educação Rural, veículo imprescindível para o funcionamento das escolas radiofônicas, sonho de D. Eugênio Sales desde 1952.

Capítulo III

ESCOLA EM MOVIMENTO

ESCOLAS RADIOFÔNICAS: DO SAR AO MEB

Escolas radiofônicas como setor do SAR (Set. 1958 a Jun. 1961)

Todo o trabalho desenvolvido pela Arquidiocese de Natal que, posteriormente, recebeu o nome de Movimento de Natal, foi amadurecendo ao longo dos anos e foi diversificando suas atividades, caminhando na direção de um crescente compromisso com as lutas dos trabalhadores. Necessidades foram surgindo ao longo dessa caminhada e uma delas foi a alfabetização. Os índices de analfabetismo eram altos, particularmente no meio rural, dificultando, muitas vezes, o avanço dessas lutas.

Partindo dessa constatação, a Arquidiocese de Natal, que conhecera por intermédio de seu arcebispo auxiliar, D. Eugênio de Araújo Sales, a experiência com o rádio da paróquia de Sutanteza (Colômbia)⁷, resolve implementar por

⁷ Em viagem realizada em 1957, D. Eugênio de Araújo Sales esteve em Sutanteza (Colômbia) onde conheceu a experiência realizada por Mons. Salcedo, cuja paróquia abrangia a região andina, de difícil acesso, atendendo, seus paroquianos, inclusive alfabetizando-os com o auxílio do rádio.

meio do SAR, um programa de alfabetização pelo rádio, como forma de melhor desenvolver as atividades junto às populações rurais. Portanto, em setembro de 1958, na cidade do Natal, surge a experiência de alfabetização de adultos por meio do rádio, destinada ao meio rural, que recebeu o nome de escolas radiofônicas.

A escassez de comunicação e de recursos mantinha grande parcela da população que habitava o meio rural em condições de vida incompatíveis com a dignidade humana. Sem o amparo da lei, sem direitos, e ainda castigado pelas secas, o homem do campo vivia isolado, sofrendo as mais variadas formas de injustiças: faltava-lhe água, alimentação, estradas, escolas, assistência médica e outros serviços essenciais, como vimos no capítulo anterior. Realidade dura de uma gente esquecida pelos poderes públicos e mesmo pela sociedade em geral.

À época, década de 1950 e início dos anos de 1960, o contexto social-político e econômico, de relativa normalidade democrática, possibilitou a organização e ampliação das lutas e reivindicações das camadas trabalhadoras. Algumas dessas atividades, aliadas às diretrizes da Doutrina Social da Igreja, ensejou movimentos do porte desse experimento educacional ocorrido em Natal.

O ideal de construção de um novo amanhã, de uma sociedade mais justa, que permeava esses movimentos, também atingiu parcela da Igreja Católica. Em Natal, à luz das linhas da Doutrina Social da Igreja, sob a liderança de D. Eugênio Sales, então bispo auxiliar da Arquidiocese de Natal, surgiu um amplo movimento social, cujos membros participantes, em sua maioria, eram estudantes, universitários e secundaristas, que colocaram sua energia, conhecimento e juventude a serviço das populações mais pobres do campo.

No seio desse movimento, dentre as diversas atividades já existentes, surgiu mais uma: alfabetizar a população rural e a forma encontrada foi a alfabetização pelo rádio. A implantação

de um sistema educativo com base em emissões radiofônicas encurtava distâncias, facilitando o acesso dos camponeses à educação, dando-lhes possibilidades de se desenvolverem enquanto membros de uma comunidade maior. O rádio significava, de forma concreta, a tecnologia a serviço da educação do homem camponês. Rádio que, continuamente presente, levava a cada instante uma mensagem nova, abrindo enormes perspectivas. Era um rádio de ondas cativas, mas, ondas que levavam o camponês a se sentir importante, a tomar conhecimento do que acontecia no seu Estado, na sua região, no seu país e no mundo, pois, além das aulas, a Emissora de Educação Rural levava aos alunos das escolas radiofônicas, diariamente, noticiários e variados programas educativos. No dizer de Jardelino Lucena⁸, ex-participante desse movimento:

O rádio era uma coisa revolucionária. A gente que andava no interior, para alcançar as estradas de areia, atolando, ponte quebrada, que você tinha que passar. Caminhos, verdadeiros caminhos para você chegar a Natal. Vinha em cima de um caminhão, ou então tinha que ir para Fernando Pedroza pegar um trem... Angicos, para pegar um trem... Lages, para pegar um trem. Quer dizer, era uma loucura! Vivia-se completamente isolado [...] (Lucena, 2004).

Para a existência e funcionamento das escolas radiofônicas, além de pessoas interessadas em aprender, um tripé fundamental se fazia necessário: rádio-professora-monitor. No início foram apenas 69 escolas radiofônicas. A primeira aula foi emitida em 20 de setembro de 1958, pela professora Carmem Fernandes Pedroza, renomada mestra do

⁸ Jardelino Lucena foi integrante da primeira equipe da Emissora de Educação Rural, em 1958.

município de Natal⁹, que aceitou o desafio de desenvolver um programa de alfabetização pelo rádio. Para atingir tal intento, essa professora recebeu treinamento em técnicas radiofônicas.

Os primeiros rádios, vindos da Holanda, doados por organismos da Igreja católica que mantinham convênios com o SAR, funcionavam com enormes baterias, pois naquele tempo não existia energia elétrica no meio rural. Em torno dele reuniam-se alunos e monitores. As aulas funcionavam no turno noturno, pois durante o dia os camponeses estavam trabalhando.

Os rádios vieram todos da Holanda. Muito bonitinhos prá época... e cativos. Tinha um dispositivo que botava... quando você ligava o rádio tinha uma setinha que dizia que só pegava a Rádio Rural. Eles vieram para a implantação das escolas... Então, o rádio teve que vir acoplado a uma pilha. Se não tivesse a pilha... as pilhas eram dois tijolos... pilha não, uma bateria. Uma trifásica ligava. Vinha a bateria e um mapa de controle de audiência, para o rádio não ficar ligado o tempo todo (Lucena, 2004)

As condições físicas das escolas radiofônicas estavam longe de atingir os preceitos mínimos essenciais para o funcionamento de uma escola: o local era iluminado por lamparina, poderia ser a sala da casa do monitor, um alpendre, um terreiro, uma latada. Mas, apesar dessa precariedade, os monitores desenvolviam seu trabalho com dedicação. Ouçamos a voz de algumas monitoras, expressas nas cartas que enviavam à Equipe Central, que ficava situada em Natal, nas dependências do SAR.

[...] só existe a dificuldade de luz que é de lamparina. Se existisse luz boa, eu ficaria mais feliz do que sou, pois

⁹ Essa mestra era também professora dos três principais colégios públicos da cidade do Natal: Escola Normal de Natal, Escola Industrial de Natal e Atheneu Norte-Rio-Grandense.

tenho a maior vontade que eles aprendam, pois quase todos são analfabetos. Têm alunos que vêm toda noite, morando com distância de légua e meia. (Francisca Brito, 1962);

Eu, monitora, com muita satisfação, ocupo o primeiro salão do meu lar a dispor dos meus alunos e irmãos para, unidos aprendermos a viver mais felizes e num mundo melhor... (Maximina Ramos, 1962);

Fiz com a turma duas reuniões para escolher o local para fazerem um ambiente para o funcionamento da escola. Dividi a turma em grupo e distribuí tarefas. Os homens foram divididos em duas equipes: uma para providenciar madeira e outra as palhas. Logo após este arranjo, uniram-se as equipes e construíram o ambiente a que chamamos latada (barracão) (Eunice Vasconcelos, s/d).

Os alunos que moravam próximo levavam seus tamboretos, seus assentos. As aulas significavam a possibilidade de um encontro. Encontro na espontaneidade e simplicidade dos sítios, onde o sentimento de repartir se fazia presente. Cada um ajudava da forma que podia. E os obstáculos iam sendo transpostos, a caminhada se fazendo, crescendo, abrindo clareiras.

O fascínio pela novidade e a vontade de aprender a ler e escrever fazia com que após um dia inteiro de trabalho braçal, os trabalhadores e trabalhadoras tivessem ânimo para acompanhar 45 minutos de aula com uma professora à distância. A primeira professora-locutora, Carmem Pedroza, não demorou a colher os frutos do seu trabalho pioneiro. Com poucos meses de aulas, dezenas de cartas eram a ela enviadas por alunos que expressavam alegria e satisfação por terem aprendido a ler e escrever mesmo que fosse com uma “professora invisível” como diz uma dessas cartas. Observemos alguns depoimentos desses alunos:

Estou satisfeita com a Escola Radiofônica Julgo-me feliz em ter uma *professora invisível* que nos ensina com o maior interesse de tirarmos da escravidão da ignorância (Maria Góis, 1962, (grifo nosso).

Sinto-me satisfeítíssimo em já saber escrever. E fico com pena de quem não sabe. Quem não sabe ler enxerga, mas é cego para muitas coisas do mundo. (Francisco Canindé, s/d).

Ouçamos, também, o depoimento de algumas monitoras:

Os alunos estão bem alfabetizados. Mostram-se com grande entusiasmo. Comparam-se como quem estava no escuro e está no claro através da Escola Radiofônica. (Maria Nina, 1962).

A vida antes da Escola Radiofônica era: o pessoal se envergonhava de estudar com crianças. Não havia tempo de estudar ao dia. E hoje, trabalham e estudam. E assim, já saíram da escuridão dezenas de pessoas. Em nossa comunidade existe centro social, onde funciona o time de futebol, Clube de Jovens, Agrícola, Cooperativa de Consumo, JAC., Grêmio Misto, Catecismo e Escola Radiofônica. (Maria da Conceição Ribeiro, s/d).

O monitor era uma pessoa da comunidade escolhida para dinamizar as aulas transmitidas pela Emissora de Educação Rural de Natal. Em geral possuía poucos anos de escolarização. Não recebia remuneração pelo seu trabalho, atendia às solicitações da professora-locutora e orientava os alunos no decorrer da aula. Tinha também a preocupação de informar, por cartas, as dificuldades dos seus alunos, apresentando sugestões para aperfeiçoamento das aulas. A escola radiofônica era, em essência, uma escola aberta que ia aos poucos sendo construída por cada um que dela fazia parte.

O rádio, recurso tecnológico moderno, rápido, econômico, veículo de grande alcance, tornou-se, logo nos primeiros meses do experimento, um instrumento pedagógico de extraordinária utilidade e de fundamental importância como auxiliar para o desenvolvimento da alfabetização. Maria Inácia Morais, monitora da cidade de Angicos, relata em carta enviada à Equipe Central, em Natal:

Em minha Escola o que há de mais grandioso é o Rádio. Na sala onde se instala a aula, foi-lhe reservado um lugar com todo zelo e carinho. Este rádio é uma música, um professor e uma Igreja, ensinando e instruindo o povo em nosso meio rural. (s/d.)

Multiplicavam-se as escolas radiofônicas e nos mais longínquos rincões do meio rural avistava-se uma antena de rádio. O interior do estado se transformava e no silêncio das noites, até então só quebrado pelo trilar dos grilos e piar das corujas, surgia um ruído novo que de longe se ouvia: o som de um rádio. Rádio que ensinava, que aglutinava, que divertia, que informava e também alfabetizava, ajudando o camponês a desvendar os mistérios da escrita e a se descobrir participante de uma história que escrevia dia a dia nas suas caminhadas, da madrugada ao sol poente, lavrando, lançando sementes e colhendo o fruto do seu trabalho, sem descanso.

Católicos de diferentes partes do Brasil, e até de outros países, queriam conhecer a nova e promissora experiência educacional. Em 1959, portanto, um ano depois de sua criação no Rio Grande do Norte, D. José Vicente Távora iniciava o trabalho de escolas radiofônicas na Arquidiocese de Aracaju, com base na experiência de Natal, que continuava a se expandir. Visitas de área e reuniões eram feitas com a finalidade de escolher e orientar novas escolas e novos monitores. Muitas escolas, inclusive, passaram a funcionar por solicitação das

próprias pessoas interessadas que tomavam conhecimento das Escolas Radiofônicas implantadas no meio rural, sob os auspícios da Igreja.

A implantação dessas escolas demandava um grande esforço por parte de todos que nela atuavam. Como todo trabalho pioneiro, era penoso, exaustivo por vezes, mas, profundamente gratificante nas trocas estabelecidas com aquele povo que acolhia com calor humano os integrantes das equipes do SAR e do MEB que lá chegavam. Esse sentimento de acolhimento ficou registrado na memória de vários dos integrantes desse movimento educacional:

Eu já trabalhei no interior, pra mim... eu gostava muito. Esse povo do interior é um povo muito bom. Um povo muito bom, viu! (...) A gente era muito bem recebida e não faltava hospedagem pra gente... e da melhor. (Farias, 2003)

Era uma festa quando a gente chegava... (Ammann, 2003)

O povo é muito disponível e de um idealismo que nos deixa envergonhados. (Faria, 1961)

As escolas radiofônicas iniciaram suas atividades oferecendo apenas aulas de alfabetização, o que à época poderíamos chamar de primeiro ano primário. À medida que essas escolas iam se multiplicando, novas necessidades surgiam. Os alunos já iniciados na alfabetização passaram a reivindicar uma *aula mais adiantada*, como diziam. Os pedidos chegavam por cartas enviadas à primeira professora-locutora Carmem Pedroza e, também, ao idealizador do movimento, D. Eugênio Sales. No final de 1960, providências foram tomadas para atendimento à essas solicitações e, em fevereiro de 1961, a Emissora de Educação Rural, expandindo o trabalho, levava ao ar a primeira aula

para jovens e adultos já alfabetizados. Essa nova turma ficou sob a responsabilidade da professora-locutora Maria Rodrigues de Araújo¹⁰.

A criação de mais uma turma, provocou modificações na programação. Foram introduzidas inovações, como por exemplo, o planejamento das aulas a partir de uma unidade temática mensal, relacionada com a vida no meio rural, motivando monitores e alunos a debaterem questões sobre situações concretas por eles vivenciadas. Eram diferentes das aulas de alfabetização, que tinham como preocupação principal, levar o aluno ao domínio da leitura e da escrita, nem sempre havendo correlação das palavras trabalhadas com as situações concretas. Nesse início, a alfabetização era feita através da *palavração*, método de aprender a ler palavras, decompondo-as em sons ou sílabas. Nas aulas para adultos alfabetizados, outra inovação foi a utilização do método global, sobre o qual falaremos no item **Aulas radiofônicas**.

O fluxo de informações entre a Equipe Central e os alunos e monitores era constante, embora não ocorresse diariamente. As informações chegavam, ora pelas visitas de monitores e alunos, dos vigários e das cartas, que se iam avolumando com o passar do tempo. Em conseqüência, surgiu o programa radiofônico *Conversa com monitores e alunos*, com a finalidade específica de atender às solicitações e dificuldades apresentadas por esses dois segmentos, estabelecendo, assim, um diálogo à distância com os integrantes das Escolas. Maria do Socorro Santos¹¹, integrante da Juventude Universitária Católica (JUC), era responsável pela redação desse programa semanal. Registrava e encaminhava as dificuldades da área pedagógica às professoras-locutoras para as orientações e esclarecimentos durante a emissão das aulas. Posteriormente, também integrou a Equipe de Politização do SAR.

¹⁰ Hoje, Maria Araújo Duarte de Carvalho.

¹¹ Hoje, Maria do Socorro Santos Germano, médica, professora aposentada da UFRN.

O trabalho das escolas radiofônicas, que desde a implantação vingou, brotou, agora se ampliava de maneira significativa, como cotidianamente se expressava Mons. Expedito Sobral, então vigário de São Paulo do Potengi: “o negócio é bom. Como diz o meu povo: pega que só breido”, referindo-se à facilidade de reprodução dessa leguminosa.

O crescimento das escolas radiofônicas suscitava a necessidade de uma sistematização e de um número maior de pessoas, para o melhor desenvolvimento das atividades educacionais. O trabalho se expandia, era preciso planejar e realizar novas visitas de área, executar treinamentos com os novos monitores, levando-se em conta suas necessidades pessoais, os conteúdos a serem desenvolvidos nas aulas e as dúvidas que surgiam através das cartas. Esses treinamentos eram muito importantes para a formação e qualificação pedagógica dos monitores e para um bom andamento das atividades das escolas. Zélia de Araújo Faria e Maria Lúcia Santos¹², que desde fevereiro de 1961 atuavam no SAR, participando de diferentes atividades sócio-educativas, foram designadas, respectivamente, para a coordenação e vice-coordenação das escolas radiofônicas e passaram a assumir essas tarefas.

Antes de fevereiro de 1961, nossa pesquisa não identificou muito precisamente como ocorria a preparação de monitores para início de uma escola. Pela fala de pessoas que vivenciaram esse período no SAR, podemos afirmar que os padres escolhiam, entre seus paroquianos, as pessoas que deveriam ser monitores e a elas eram dadas informações sobre a estrutura e o funcionamento dessas Escolas, por exemplo: o que era uma escola radiofônica, qual o desempenho do monitor, instruções para o manuseio do rádio, entre outras. Enfim, sabe-se que, de

12 Hoje, Zélia Faria Correia e Maria Lúcia Santos Ferreira da Silva, Assistente Social, professora aposentada da UFRN.

alguma forma, houve treinamento. O depoimento de Jardelino Lucena comprova esta possibilidade:

Eu acredito que houve treinamento de monitores antes das instalações das Escolas. Foi um trabalho todo preparado (...). A gente não fazia nada sem treinamento. (...) e como vocês sabem mais do que eu, a coisa não se fazia sem monitor, não. Você tinha que ter controle de turma, tinha que ter liderança, não era fácil não. (Lucena, 2004)

Esse foi, portanto, o fio iniciático, a ação alavancadora de todo um processo de treinamento de monitores, elaboração de programas, supervisão e outras atividades.

Quanto à escolha dos primeiros monitores, nessa mesma entrevista, o entrevistado afirmou que a indicação era geralmente feita pelos padres, o que pode ser comprovado no depoimento de Anália Pereira de Araújo, ex-aluna de uma escola:

Quando o rádio chegou lá em casa, que era assim numa fazenda isolada (...) a gente não sabia é de nada, de noticiário, de coisa nenhuma. Quando é um belo dia chega esse rádio, lá em casa, articulado pela paróquia de Monsenhor Expedito (Araújo, 2003).

Dessa entrevista, além de podermos confirmar que a indicação era realizada pelos padres, também podemos inferir a importância do seu papel como ativo partícipe desse movimento. Com eles, ocorria, nas paróquias, o início do processo educacional das escolas radiofônicas.

Nesse momento começa também a existir a preocupação em registrar o trabalho realizado: visitas de área, treinamentos, dias de estudo, entre outros, a exemplo do que já era feito pelos demais setores do SAR. Essa documentação serviu de subsídio para um aperfeiçoamento crescente do trabalho.

Até meados de 1961, o Setor de Escolas Radiofônicas não contava com recursos específicos para desenvolver suas atividades. As dificuldades eram inúmeras. Uma delas era a realização das viagens de supervisão ou acompanhamento, pois as equipes de trabalho não contavam com transporte próprio. Para a realização desse trabalho articulava-se com os demais setores do SAR, ou com outras instituições que desenvolviam atividades afins, como o setor da Missão Rural, a ANCAR. Eram viagens coletivas realizadas num jipe velho, sem nenhum conforto, porém, como os integrantes das equipes eram todos jovens, estudantes, impregnados de idealismo, de espírito desbravador, essas viagens não se constituíam obstáculo, como se pode observar na carta de Zélia de Araújo Faria, integrante do Movimento, que registrou a época os acontecimentos:

O curso de Nova Cruz começou dia 15. Saímos às 20 horas. Pau de Arara? Ou Sardinha em lata? Oito pessoas e malas num jipe, imagine!... Brincamos o tempo todo, o que suavizou a viagem. E o peso anulou um bocado os buracos. Não podíamos pular, estávamos encaixotados (Faria, 1961).

Era uma realidade diversa dos dias atuais. Nova Cruz dista cerca de 100 km da cidade do Natal, à época era ligada por estrada sem pavimentação, de difícil acesso. Essa situação demonstra o cotidiano do trabalho enfrentado pelos jovens que assumiam essas atividades educacionais.

Escolas Radiofônicas como Sistema do MEB (Jul. 1961 a Set. 1966)

Os resultados positivos e animadores das Escolas Radiofônicas de Natal(RN) e Aracajú (SE) impulsionaram a Igreja à realização do primeiro Seminário de Educação de

Base, que ocorreu em Aracajú, em 1960, sob o patrocínio da Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC), de onde surgiu a proposta de um movimento nacional de educação de base pelo rádio. Nesse seminário, a partir das discussões realizadas, resultou uma proposta para criação do Movimento de Educação de Base (MEB).

A proposta inicial foi enviada pela CNBB ao recém eleito presidente da República, Jânio Quadros, que anunciou através de carta datada de 28 de novembro de 1960 o seu apoio à proposta formulada. Em 21 de março de 1961, mediante o Decreto n. 50.370 foi estabelecido que o Governo Federal forneceria recursos para concretização do MEB, delegando a responsabilidade da sua execução à CNBB. Portanto, o MEB estava vinculado à CNBB através do Conselho Diretor Nacional (CDN), que era constituído por bispos das áreas de abrangência do Movimento e por mais dois leigos, sendo um deles representante do Presidente da República.

A orientação e a coordenação do Movimento, em nível nacional, eram de responsabilidade da Equipe Nacional (EN) formada por leigos e sediada no Rio de Janeiro. Ligadas à EN estavam as Equipes Estaduais (EE), também formadas por leigos, que tinham a tarefa de coordenar os Sistemas¹³ de cada Estado, elaborando com eles um projeto de ação no âmbito estadual. Em cada Sistema existia uma Equipe Local (EL), responsável pelo funcionamento do MEB nessa área de abrangência.

O MEB foi criado com o objetivo maior de cooperar na formação integral de adultos e adolescentes, nas áreas subdesenvolvidas do país, e propiciar elementos para que essas camadas da população tomassem consciência de sua dignidade de criatura humana, transformando-se em agente do processo de mudança da realidade em que vivia. Esse Movimento tinha seus

13 Unidade de educação de base que atingia a área de uma diocese ou arquidiocese.

objetivos embasados em planos fundamentais, denominados de *Conscientização, Motivação de Atitudes e Instrumentalização*. Conforme o documento intitulado de “Projeto de Objetivos e Programas” (MEB – 1962, p. 3), esses três princípios aparecem detalhados em vários subitens, para melhor orientar a atuação das equipes:

1. Conscientização:
 - 1.1. o que é o homem?
 - 1.2. o que são os homens?
 - 1.3. os homens e o mundo.
 - 1.4. os homens, o mundo e Deus.
2. Motivação de atitudes
 - 2.1. atitudes críticas
 - 2.2. avaliação: negativa /positiva
 - 2.3. atitude de mudança
 - 2.4. atitude de cooperação
3. Instrumentalização
 - 3.1. instrumento de análise
 - ler, escrever, interpretar/textos
 - distinguir, identificar as principais relações que compõem as instituições e estruturas sociais, econômicas políticas e religiosas mais importantes.
 - distinguir as principais tendências da realidade política, econômica, social e religiosa.
 - 3.2. instrumentos de produção
 - saber utilizar a legislação e os costumes referentes às relações de produção e consumo.
 - conhecer e saber utilizar as potencialidades econômicas da comunidade em que vive.
 - saber utilizar os procedimentos básicos da higiene e saúde.

3.3. instrumentos de organização

- conhecer e utilizar as técnicas de trabalho em grupo
- conhecer e utilizar a legislação básica sobre associações: Clubes, Cooperativas, Sindicatos, Organizações Políticas
- saber organizar e fundar: Clubes, Sindicatos, Cooperativas
- conhecer e saber utilizar a Legislação Eleitoral
- conhecer e saber utilizar as diversas modalidades de atuação política.

Podemos observar através desses planos que, para o MEB, a educação somente atingiria o seu significado mais genuíno à medida que deixasse de ser meramente integradora para ser criadora. Para uma educação assim concebida, o meio de ação considerado adequado pelo Movimento era a *educação de base*, entendida como uma educação que visava formar o educando naquilo que era “essencial e mínimo indispensável para sua realização como homem” (Projeto de objetivos e programas. MEB, 1962, p.2).

As escolas radiofônicas de Natal, que no seu início integravam as atividades sócio-educativas do SAR, passaram a integrar o MEB, como uma de suas unidades somente no início do segundo semestre de 1961, recebendo o nome de MEB/Natal.

Os recursos inicialmente liberados possibilitaram, aos poucos, a ampliação das equipes. Mas, as verbas para aquisição de transportes próprios, que ensejariam um acompanhamento mais direto às Escolas, tendo em vista as distâncias de localidades e sítios, que dificultavam o acesso e comunicação, só se concretizou em 1962. Dessa forma, o trabalho das escolas radiofônicas em 1961, prosseguiu com estreita vinculação ao SAR nos planejamentos de viagens e encontros de avaliação. O importante era não perder o contato, com o meio rural. Esta

idéia era fundamental e envolvia a coordenação e todos os componentes da equipe.

A primeira atuação direta do MEB no Rio Grande do Norte se fez através da visita, em julho de 1961, de dois componentes da Equipe Nacional, que vieram ver *in loco* o trabalho se desenvolvendo. Ouviram aulas e programas para o meio rural e visitaram também escolas radiofônicas que funcionavam na sede, em Natal. Depois, foram assistir aos treinamentos para Monitores que estavam sendo realizados no interior do Estado. Segundo Zélia Faria *os grandes*, que eram Osmar Fávero e Vera Jaccoud,¹⁴ vieram ver as Escolas funcionando, pois apesar de fazerem parte da Equipe Nacional, eles não conheciam muito bem as práticas das escolas radiofônicas em Natal, que estavam bastante desenvolvidas, o que não acontecia com as escolas que estavam sendo criadas em outros Estados:

Este mês é de trabalho mais intenso. Viajarei domingo à tarde com a Lúcia para São Paulo do Potengi, ficarei até o dia 13. Dia 14 a São Tomé, de 15 à 18 estaremos em Nova Cruz para o 3º curso de monitores e 19 a 22 em Goianinha. Este treinamento e o de Nova Cruz serão assistidos por dois “grandes” lá do Rio que desejam ver o negócio funcionando. Para marinheiro de primeira viagem este mar está muito bravio (Faria, jul. 1961)

É importante ressaltar que o MEB não anulou o que vinha sendo feito e tampouco trouxe algo pronto para ser implantado. Partindo da sua finalidade e do que já existia nas Escolas Radiofônicas em Natal (RN) e Aracajú (SE), o MEB foi sendo construído num caminhar coletivo.

Nesse mesmo período, quem trabalhava no setor de escolas radiofônicas do SAR passou a integrar a primeira equipe do MEB/Natal, que foi chamada de Equipe Central

¹⁴ Osmar Fávero e Vera Jaccoud foram membros da Equipe Nacional do MEB.

e não Equipe Local, denominação usada nos demais sistemas MEB. Essa denominação ocorreu porque no Movimento de Natal já eram conhecidas como Equipes Locais as lideranças que atuavam nas comunidades rurais.

No período de julho a dezembro de 1961, que poderia ser chamado período de transição, (do SAR para o MEB) a Equipe Central do MEB/Natal, além de continuar o trabalho que vinha sendo realizado, a exemplo das viagens às comunidades no interior, cursos, aulas, programas radiofônicos, deu início a um processo de organização e sistematização da ação educativa: dividiu tarefas, definiu número de escolas a serem criadas naquele semestre, iniciou levantamento para verificar a situação das escolas existentes e realizou discussões e reflexão de textos que enfocavam temas da atualidade. A equipe contou para isso com a presença de intelectuais católicos ligados ao trabalho do SAR, como Dr. Otto de Brito Guerra e Dr. João Wilson Mendes de Melo.¹⁵ Essa equipe acreditava no trabalho educativo através do rádio e, com a garantia de recursos a serem enviados pelo MEB, vislumbrava a possibilidade de se ampliar ainda mais o número de escolas radiofônicas, e de se atingir um maior número de municípios.

Em dezembro de 1961 integrou-se a essa primeira Equipe uma nova professora: Maria José Teixeira Peixoto, que em 1962 assumiria uma outra turma e, conseqüentemente, mais um horário de aula pelo rádio. Ainda nessa transição, a professora Maria Araújo Duarte de Carvalho foi convocada pela Equipe Nacional para integrar o grupo responsável pelo treinamento de pessoal para início do MEB em Teresina (PI) e em São Luis do Maranhão, cabendo-lhe o desenvolvimento de dois temas já vivenciados em Natal: **visitas de áreas e emissão de aulas radiofônicas**. O depoimento que nos foi dado pela referida professora retrata a importância do trabalho

15 Dr. Otto de Brito Guerra e João Wilson Mendes de Melo, intelectuais católicos que ocuparam funções variadas e importantes na Arquidiocese de Natal, foram basilares no movimento leigo da Igreja no RN.

que estava sendo realizado pelo MEB e a dimensão libertadora dos seus ensinamentos

[...] esse treinamento foi muito importante para mim... como pessoa... porque foi nesse treinamento que eu percebi a real dimensão do MEB, porque até então a dimensão que tinha na minha cabeça era de Escolas Radiofônicas em cada Estado. Mesmo sabendo que tinha sido criado o MEB... mas na minha cabeça, eu acho que nossa ...toda equipe... era que... em cada Estado ia ter as escolas radiofônicas e as equipes iam fazer um trabalho em cada Estado. Mas, essa noção de Movimento Nacional... de Unidade Nacional... de uma linha de trabalho... essa coisa toda... eu só vim perceber nesse treinamento. Eu tava dando assim os meus primeiros passos... Eu confesso que isso me alegrou e ao mesmo tempo me apavorou, porque era uma responsabilidade muito grande. (Carvalho, 2004).

Valiosos também nessa fase foram contatos realizados com grupos de estudantes de variados Estados, que procuravam conhecer os trabalhos do MEB, questionando, perguntando sobre as atividades que vinham sendo desenvolvidas, contribuindo, assim, para uma reflexão sobre o trabalho que estava sendo realizado. Zélia Faria relata um desses momentos que a fizeram refletir e sistematizar seu trabalho junto ao MEB:

Socorro acaba de telefonar avisando que um grupo de estudantes que integram o Teatro de Arena de São Paulo vai visitar o nosso Setor. Deseja conhecer o MEB. Vou ter que explicar para os mesmos, preciso assim preparar um esquema (Faria, out. 1961)

Nesse momento, queremos ressaltar, quase todas as pessoas da Equipe do MEB/Natal e de Setores do SAR ainda

eram estudantes (secundaristas e universitários), participantes da Ação Católica e de movimentos estudantis. Portanto, o contato com estudantes de outros Estados possibilitava uma troca bastante enriquecedora.

Com o crescimento e organização do trabalho, nos primeiros meses do ano seguinte, 1962, foram contratadas várias pessoas para a Equipe Central. E, embora contasse essa equipe com uma certa estrutura que lhe permitia a partir daí, caminhar independentemente do SAR, continuou existindo estreita vinculação com o referido órgão. Além da realização de ações conjuntas com seus diversos setores e de funcionarem nas mesmas dependências da Arquidiocese, a Equipe Central participava de encontros de avaliação e planejamento promovido anualmente pelo SAR.

O processo de organização e sistematização iniciado no segundo semestre de 1961, continuou. Agora, com o MEB, as escolas radiofônicas contavam com uma equipe de professoras, equipe de elaboração e emissão de programas, equipe de supervisão. Todas essas equipes eram parte integrante da Equipe Central o que facilitava esse processo de organização e sistematização.

As Atividades básicas do MEB/Natal consistiam em aulas, programas radiofônicos e formação de pessoal (treinamentos de monitores, cursos). Essas atividades objetivavam a mobilização e organização comunitária, que nos outros estados foi chamada de Animação Popular, nomenclatura pouco utilizada pelo MEB-Natal, uma vez que no Estado do Rio Grande do Norte já existia, no meio rural, um trabalho de comunidade assessorado pelo SAR. A Animação Popular era definida pelo MEB como:

Um processo de estruturação de comunidades e organização de grupos, progressivamente assumidos por seus próprios membros, a partir de seus elementos de liderança. A comunidade organizava-se como

conseqüência da descoberta de seus valores, recursos e necessidades, em busca da superação de seus problemas sociais, econômicos, culturais, políticos e religiosos, no sentido de afirmação de seus membros como sujeitos. (Revista *Educação Hoje*, Abril/Março 1969, p.119).

As atividades educativas do MEB possibilitavam, em geral, ao camponês tornar-se o centro e o sujeito de sua educação. Era uma educação popular entendida como um processo criador, no qual os envolvidos estariam conscientes da importância do estar juntos, lutando pela superação das diferentes formas de dominação e opressão. Essa era a concepção pedagógica fundamental do Sistema Natal e do MEB como um todo.

No seu artigo sobre educação à distância, publicado na revista *Contexto & Educação*, Nazira Vargas¹⁶ afirma que o MEB

Entendia a educação popular enquanto a dimensão educativa da prática política, na dialética de processos de construção coletiva do conhecimento, decorrente da teorização realizada a partir de práticas sócio-políticas-culturais-religiosas desenvolvidas em formas múltiplas e diversificadas de organização objetivando sempre transformar a realidade vivida. (1996, p.77)

Os métodos utilizados pelo MEB/Natal, expressavam uma busca de adequação, de descoberta de novos caminhos que estivessem ao alcance das pessoas simples do meio rural, respeitando sua maneira de pensar e agir, seus costumes, tradições, crenças.

Para essa ação educativa o MEB/Natal utilizou além do rádio, outros veículos como: literatura de cordel, jornais,

¹⁶ Nazira Abib Oliveira Vargas, professora aposentada da UERJ, foi membro da Equipe Central do MEB/Natal e da Equipe Estadual do RN.

cantorias de viola, dramatizações, cadernos de politização, poemas, atividades que serão detalhadas no item 3.3.4.

INSTALAÇÃO DAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS

Delimitada uma área para instalação e funcionamento de Escolas Radiofônicas, um processo denominado de Radicação era então iniciado, com as seguintes etapas:

a) *Estudo de Área* – etapa inicial desse processo, já acontecia desde os primeiros anos de criação das Escolas Radiofônicas, com a denominação de **Visitas de Áreas**. Era de responsabilidade da Equipe Central do MEB e consistia no conhecimento (VER) e interpretação (JULGAR) da realidade daquela área geográfica a ser trabalhada. A Equipe procurava identificar, entre outras, as condições de vida das pessoas ali residentes e suas necessidades mais urgentes. O Estudo de Área era bastante minucioso. Abrangia desde a localização, extensão (área em km²), número de habitantes, recursos naturais, até transporte, comunicação, educação, atividades econômicas e aspectos sócio-culturais.

Os dados eram obtidos *in loco* através de contatos e conversas informais com o vigário da Paróquia, líderes locais por ele indicados e outras pessoas dos diversos sítios, povoados, vilas e sede de municípios. Essas visitas e conversas tinham por objetivo tornar conhecido o trabalho das escolas radiofônicas, realizando sondagem quanto ao interesse por esse tipo de escolas e nomes de moradores que poderiam ser monitores. Os indicados eram consultados e no término da sondagem a Equipe tinha em mãos os nomes das pessoas interessadas em assumir o papel de Monitor.

De volta a Natal, a Equipe organizava os dados que haviam sido colhidos na área e a eles juntava dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos atuantes naquela área. Todo esse material subsidiava a elaboração do *Relatório de Estudo de Área*, a partir

do qual a Equipe definia o número de escolas a serem radicadas e sua localização no âmbito da área estudada. Esses relatórios eram de fundamental importância para o planejamento e desenvolvimento da ação educativa do MEB.

b) O *treinamento de Monitores* era a segunda etapa do processo de *Radicação*. Realizado na sede do município onde a ER seria instalada. O treinamento era instrumento educativo de grande importância, pois visava à preparação dos Monitores para a tarefa específica de uma escola radiofônica – unidade de recepção organizada do sistema radioeducativo. Nesse treinamento o monitor aprendia a lidar com o rádio no processo de recepcionar as aulas, que eram transmitidas pela Emissora de Educação Rural, em Natal (ver item Equipes Locais do MEB/Natal).

c) No final do treinamento, era feita a *entrega do material didático* a cada Monitor, entendida como a terceira etapa do processo de *radicação*. O material consistia em um rádio, mapas de matrículas e frequência, quadro-negro, giz e apagador. Mais tarde, foi acrescentada a esse material, uma lâmpada a querosene (lâmpião Aladim), que posteriormente foi substituída por uma lâmpada a gás. De volta à sua comunidade, cada Monitor realizava as três últimas etapas do processo de *radicação*, que eram: efetivação da matrícula dos alunos, organização de grupos de audiência e início das atividades educativas. Essas atividades iam além dos horários de aulas e programas radiofônicos, como evidenciam os depoimentos de monitores através das cartas que enviavam à Equipe Central, em Natal. A seguir, relacionamos algumas cartas que exemplificam a variedade de atividades educativas que eram realizadas pelas escolas radiofônicas e que demonstram o aspecto inovador e às vezes libertador desse processo educacional.

Todos os domingos fazemos reuniões e assim passamos o dia bem animados. (EDITE SILVA, 1962)

Fizemos uma horta para o clube de jovens e alunos da Escola Radiofônica. Está linda, tem 117 pés de tomate, 90 de pimentão, 270 de alface, 12 de quiabos. Tem cebola e hortelã. Está um encanto. (MARIA DO Ó, Carnaúba, 1962)

Sobre a água, falei com as mães de família que água devia ser filtrada ou fervida. Então, já estão fervendo a água para as crianças. (EDILEUZA LIMA, Lagoa de Lima, 1962)

Estou organizando um passeio escolar para o dia 7 de setembro. Continuo reunindo o pessoal da localidade para ouvir os programas educativos. (FRANCISCA LIMA, Fazenda Ubáia, 1962)

Aos domingos ensino Catecismo: muitos não sabiam fazer o Pelo Sinal [preparação das crianças para a primeira eucaristia]. (DALVA BARBOSA, Fazenda Paraibona, 1962)

Segunda-feira botei mais três no Sindicato e vou estimular o povo. Falta lei, o pobre sofre muito. (NONATO, Serrote, 1962)

Eles estão satisfeitos com a E.R. a equipe de futebol, muito jogo, forte domínio de bola. Fizemos duas partidas em Fazenda Boa Vista. Time rural venceu 2 x 1 e 5 x 0. o time de Boa Vista não pode ter vitória. (PEDRO ANTONIO DA CRUZ, 1962).

O dia das mães foi bastante animado, houve dramatização, recreação, declamações. Todas as famílias da minha localidade compareceram. (MARINETE CABRAL, s/d).

[...] por fim houve arrasta-pé, pois temos um sanfoneiro e a senhora sabe o povo da roça gosta de arrasta-pé;

dançamos até a uma hora, mas tudo em ordem e em paz, graças a Deus. (MARIA SILVA, Porto Carão, 1962).

Podemos observar, ainda, nos depoimentos transcritos, que as escolas radiofônicas funcionavam de forma diferenciada do sistema convencional de ensino e mesmo de outras experiências em educação popular. A escola radiofônica extrapolava a sala de aula. A comunidade participava ativamente desde a instalação como durante o seu funcionamento, procurando suprir com a participação, com o trabalho coletivo, as dificuldades surgidas, desde a compra de pilhas para o rádio até a aquisição de jornais, informativos e folhetos de cordel.

ESPAÇO PEDAGÓGICO E FUNCIONAMENTO

Conscientização: núcleo da ação pedagógica

O trabalho educativo através das escolas radiofônicas ensejou na consciência daqueles que desenvolviam a ação pedagógica com jovens e adultos, a necessidade de textos mais inseridos na realidade do homem do campo, numa nova concepção de Educação de Base.

A Educação de Base definida apenas como ensinar a ler, escrever, dar noções de saúde, trabalhar a terra, proporcionando os conhecimentos mínimos ao homem – concepção mais difundida na época – não bastava. O MEB considerava básica a educação que forma o homem na sua dignidade de pessoa, decorrendo daí o direito de viver humanamente.

O MEB encampou a ação educativa das escolas radiofônicas, no início dos anos de 1960. O período de 1961 a 1963 é considerado hoje o mais rico da realização da experiência de educação através do rádio. A partir daí, evidencia-se nesse Movimento a conscientização como um componente intrínseco da educação. A educação passa a ser desenvolvida como

processo de conscientização, porque visa o homem como ser essencialmente dinâmico, participativo.

Na sua ação educativa conscientizadora estimulava o Homem a desenvolver um processo de reflexão da realidade a partir da consciência do que ele é (consciência de si) sujeito histórico, da sua relação com os outros (comunicação da pessoa como sujeito) e da relação com o mundo, numa perspectiva transformadora cristã.” Todo processo de conscientização traz em si uma concepção do homem, uma visão do mundo; logo, se insere numa consciência histórica.” (Landim Filho, *apud* Fávero, 1983, p.179)

A idéia de *consciência histórica* eclode na década de 1960, através da Juventude Universitária Católica (JUC), cuja fundamentação teórico-filosófica tinha em Padre Henrique de Lima Vaz uma expressão maior.

No prefácio do livro “Cristianismo Hoje”, Luís Alberto Gómez de Souza (1962) apresentando o artigo de Padre Vaz, “Jovens Cristãos”, assim se expressou:

Em 59 e 60, os jovens cristãos, à procura de instrumental filosófico que fosse eixo diretivo em seu engajamento concreto, fixaram-se na idéia de “Ideal Histórico”. Evoluíram logo para a perspectiva mais dinâmica e mais fundada no real de consciência histórica (...) Diante de um idealismo abstrato e de uma consciência-reflexo submersa num determinismo puramente imanentista, afirma a possibilidade da consciência do homem – que é ação – pela mediação da natureza, construir o mundo e portanto ser histórica. (Souza, 1962, p.11).

Num esforço de explicitar o que era entendido como fundamento dessa idéia de *consciência histórica*, Padre Henrique Vaz partia da compreensão de que o campo real da ação humana é a História. “A iniciativa humana que transforma o mundo

natural em um mundo humanizado, é uma ação criadora na História. Na medida em que o Homem é criador dessa ação cultural, é ele quem faz sua História”. (MEB, 1965, p. 4).

A partir dessa compreensão de que o homem ao transformar o mundo também se transforma, suscitava a idéia de que na sua ação está implícito o componente ideológico. O processo de conscientização requer uma ideologia, ideologia essa que é construída pelos homens, num determinado espaço e momento histórico. “A validade desta ideologia não pode ser dada pela consciência histórica, que é variável também, mas por aquilo que é o fundamento da história: a própria pessoa humana nas suas exigências de humanizar-se.” (Landim Filho, *apud* Fávero, 1983, p. 180).

Embasados nessa concepção o trabalho de educação do MEB desenvolvia-se através de uma atitude não diretivista reconhecendo no homem a sua capacidade de pensar, de fazer elaborações próprias, de agir por si, consciente e deliberadamente. Essa atitude conduzia a uma postura de não impor idéias, nem induzir saídas de situações-problema possibilitando, assim, aos jovens e adultos estudantes, oportunidade de ação e de engajamento nas diferentes atividades (sindicalismo, cooperativismo, clubes agrícolas.).

Na condução do processo educativo, o MEB tornava imprescindível essa postura de trocar idéias, de pensar juntos, de refletir a realidade a partir dos problemas sentidos e vivenciados, obtendo o desvendamento dessa realidade através de questionamentos baseados no método *Ver-Julgar-Agir*, utilizado pela Ação Católica.

Aspecto importante a destacar na ação educativa do MEB/Natal e demais Sistemas, é que não apenas alunos e monitores aprendiam. Professoras e demais integrantes da equipe eram também aprendizes, nessa relação com o povo campestre que, apesar das necessidades de toda ordem a que era submetido, acreditava ser possível transformar a

realidade vivida através de práticas sócio-políticas. E, era a partir da reflexão sobre essas práticas que a Equipe Nacional elaborava e enviava aos Sistemas estaduais, textos, apostilas e outros documentos que buscavam fundamentar as referidas práticas.

Após estudo e reflexão sobre a documentação recebida, as equipes dos diversos sistemas encaminhavam à Equipe Nacional os seus questionamentos e sugestões. Portanto, nada vinha pronto, nem era imposto de cima para baixo. Havia uma constante troca. Essa afirmação pode ser comprovada na apresentação do documento de título “Justificação” enviado pela Equipe Nacional às professoras-locutoras e produtores de programas educativos de todos os Sistemas:

Infelizmente, não foi possível obter críticas de cada equipe antes desta primeira edição. É possível que não satisfaça ao que cada um esperava dela. A única solução é o envio de sugestões, críticas, apreciações, idéias para acréscimos, cortes etc., de maneira que possa ser aperfeiçoada nas próximas edições.” (Justificação, MEB/Nacional, 1964, p.2)

Essa postura por parte da Equipe Nacional, possibilitava um contínuo crescimento das equipes dos Sistemas e um conhecimento cada vez maior dos fundamentos teóricos subjacentes às práticas educativas desenvolvidas pelo MEB. Por outro lado, motivava as atitudes de aprendizagem e questionamento que se faziam presentes nos seus integrantes, em qualquer dos seus níveis de atuação.

Aulas radiofônicas

As aulas eram planejadas pelas professoras, procurando atender a realidade do homem do campo, dentro de procedimentos pedagógicos e exigências técnicas para o rádio.

Nessas aulas era aplicado o *método global*,¹⁷ que naquela época era oficialmente utilizado pelo Sistema de Ensino Estadual do Rio Grande do Norte. Nesse método, os conteúdos giravam em torno de um único tema, por exemplo: O *dia do índio*, a partir desse tema, todos os conteúdos deveriam ser desenvolvidos, fossem de língua portuguesa, matemática, história.

Para o MEB, a aplicação desse método significava uma aula, com todos os seus conteúdos, em torno de um tema determinado na *Unidade Mensal de Trabalho ou Unidade Temática*, elaborada a partir de um enfoque pré-definido pela equipe. A Politização foi um desses temas.

O método utilizado nas aulas radiofônicas, em si, não se constituía uma inovação. O novo foi a sua aplicação através do rádio, direcionada a jovens e adultos, utilizando uma temática relacionada à realidade do campo, possibilitando o questionamento dessa realidade. O novo foi aplicar o mencionado método a uma educação diferente que não negava o saber do homem do campo, mas a partir dele procurar contribuir para a construção de novos conhecimentos que pudessem ajudá-lo na melhoria de suas condições de vida, permitindo-lhe crescer, não apenas individualmente, mas junto com as demais pessoas de sua comunidade. Educação que, dessa forma, poderia motivar os camponeses a lutarem unidos pela modificação das condições injustas em que viviam, a se sentirem participantes da vida da sua comunidade, do Estado e até mesmo do País e do Mundo.

A *Unidade Mensal de Trabalho* (Anexo A) definia o assunto a ser trabalhado em cada semana, assunto esse que era discutido e aprofundado em reunião semanal das professoras. A partir

17 O método global respalda-se no método analítico-sintético, apoiado em princípios científicos de ordem psicológica e metodológica, sendo empregado processos que partem do todo, decomposto em partes, “para posteriormente recompô-los no todo”(…) “A ordem psicológica se faz representar pelo sincretismo, que é a globalização do ensino”. (CARDOSO, Aurenice. *Concientização e alfabetização In: FAVERO, Osmar. Cultura popular e educação: memória dos anos 60.* (org.) Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983, p.169).

dessa reunião, cada uma elaborava o seu plano de aula que, na linguagem do rádio era chamado de *script*, com duração que variava de 30 a 45 minutos. A seguir apresentamos, como exemplo, um modelo de plano de aula com a devida adaptação para a linguagem do rádio, daí ser chamado de *script*:

SCRIPT DE AULA

SÉRIE: 2º ANO
MÉTODO: GLOBAL
HORA: 18:00 AS 18:30
DATA: 06/12/1963

LOCUTOR: A Emissora de Educação Rural neste horário apresenta...
LOCUTOR: A aula Radiofônica para o 2º ano, na palavra da professora Luiza Gonçalves

PROFESSORA: Boa noite, caros alunos. Iniciemos nossa aula rezando o Pai – Nosso.

TÉCNICA:

PROFESSORA: Reza.

TÉCNICA:

PROFESSORA: Caros alunos, estamos felizes hoje com a inauguração da exposição de arte popular e artesanato. O RN se destaca muito em arte popular e artesanato. É muito diferente uma coisa ser feita pela máquina: basta apertar em um determinado ponto e sai o objeto pronto. Enquanto os objetos feitos em madeira bruta, com barro e pó de pedra, agáve, etc pelos artistas, são feitos com muita calma e neles há um pouco da alma de quem o fez. Tudo isto encontramos na Exposição que foi inaugurada hoje. Caros alunos vamos fazer nossa revisão semanal. Preparem os cadernos.

TÉCNICA:

PROFESSORA: EXERCÍCIO

DITADO

O povo tem artesanato.

O povo que marcha para a libertação caminha com a sua cultura.

Raimunda, José e Chico são artistas.

Retire das frases os substantivos próprios e os Verbos:

Problema:

D. Cícera comprou um Jarro por C\$ 300,00, uma colher de pau por C\$ 150,00 e ainda tem C\$ 150,00. Quanto ela possuía? Qual o dobro de 8 alunos.

TÉCNICA:

PROFESSORA: Correção e final da aula.

As aulas eram transmitidas pela Emissora de Educação Rural, em Natal. O plano de aula ou *script* era datilografado em três cópias, distribuídas entre a professora locutora, o membro da equipe que fazia o papel de aluna e o controlista, técnico da Emissora Rural. Este selecionava previamente os discos a serem tocados nos intervalos musicais das aulas. As músicas colocadas nesses intervalos eram instrumentais e suaves para não atrapalhar a concentração dos alunos. No entanto, em determinados momentos, quando se pretendia reforçar a mensagem transmitida, colocava-se, em geral, uma música sertaneja nordestina, cuja letra tivesse relação com o tema abordado.

Dentro da cabine da rádio havia uma dinâmica. O microfone podia ser desligado durante os intervalos musicais, tempo destinado à execução de tarefas pelos alunos, nas diversas salas de aula, no interior do Estado, sob orientação do monitor. Na cabine a professora-locutora aproveitava esses intervalos para discutir com a integrante da equipe que desempenhava o papel de aluna, os passos que deveriam ser dados no prosseguimento da aula. Essa aluna-atriz, além de responder às perguntas da professora, colocava as possíveis dúvidas dos alunos distantes e pedia explicações. O depoimento a seguir comprova essa afirmação:

A aluna (...) que ficava na sede da rádio... (...) com a professora... fazia as perguntas, perguntas que muitas vezes era a gente que queria fazer o que não conseguia, por conta da distância. (...) Perguntava assim de uma maneira muito clara e lá, as professoras esclareciam. (ANÁLIA ARAÚJO, Natal, 2003).

A aula emitida dessa maneira recebeu o nome de *aula dialogada* e surgiu no período em que as escolas radiofônicas ainda se constituíam em um setor do SAR. A professora que viveu essa experiência assim relata o acontecimento:

Iniciado o ano letivo de 1961, comecei a observar as aulas radiofônicas, lado a lado com Dona Carmem, na cabine de transmissão da Emissora de Educação Rural. Tinha que dominar especialmente a técnica de transmissão: como utilizar o microfone, altura da voz, dicção, etc. [...] tudo para mim era novidade. Mesmo assim, comecei a achar monótono. No terceiro dia de observação, sem combinar previamente com Dona Carmem, de repente, me deu vontade de fazer o papel de aluna. Comecei a questionar, a responder as perguntas que ela dirigia aos alunos, a pedir que repetisse determinadas explicações. Ela não se mostrou surpresa e agiu como se eu fosse, de fato, uma aluna. Ao sair da cabine comentou que tinha achado excelente, e que seria muito interessante continuar emitindo as aulas dessa forma. Dentro de poucos dias começaram a chegar cartas de monitores elogiando a nova forma de transmissão das aulas. (MARIA CARVALHO, 1985, p.9).

Como já foi mencionado, no início da experiência existia apenas um horário de aula radiofônica destinado à alfabetização. Depois, a pedido dos alunos alfabetizados foi criada uma nova turma, correspondente ao segundo ano do ensino primário daquela época.

A partir daí instituiu-se um sistema seriado similar ao oficial. Os próprios alunos quando solicitaram uma terceira turma, sugeriram que se colocasse a nomenclatura usada nas escolas do sistema estadual de ensino, para facilitar a vida daqueles que estudavam pelo rádio, principalmente quando interrogados sobre o seu grau de instrução. Dessa forma, quando foi criada a terceira turma, foi usada a nomenclatura de 1º, 2º e 3º ano, atendendo às solicitações dos monitores. No primeiro semestre de 1963, período de maior expansão das escolas radiofônicas, existiam 5 turmas perfazendo um total de 26.863 alunos, distribuídos entre as 1.414 Escolas.

As turmas do 1º e 2º ano continuaram no mesmo horário, isto é, 18h00 às 18h30 e 18h30 às 19h00. A do 3º ano funcionava no final da tarde, de 17h30 às 18h00 e as de 4º e 5º ano tinham aulas com duração de 45 minutos entre 16h00 e 17h30.

Com a criação das turmas mais adiantadas muitos monitores, passaram, também a ser alunos, como comprovam os depoimentos a seguir:

[...] Eu não sabia muito bem me expressar, mas, pelo rádio aí eu fui ... escutava e ia passando e aprendendo também. Foi quando me desenvolvi mais. Além de monitora eu era também aluna. Fui as duas coisas. E eu aprendi muito com a Escola Radiofônica. Além de aprender, eu passei para os outros que não sabiam. Foi uma coisa maravilhosa! (LINDALVA FLOR, Natal, 2003).

[...] Os alunos de 1º e 2º ano vão bem [...] só não melhor porque uns mais adiantados e outros atrasados mas, contudo vamos vencendo para acabar o analfabetismo no Nordeste. Mamãe estuda na aula. Conta com 42 anos e estuda com nove filhos. Eu sou aluna e monitora. (MARIA JOSÉ DE LIMA, Cajazeiras, 1962).

Nessas turmas também se matriculavam pessoas que tinham estudado em escolas particulares ou públicas e não havia concluído o curso primário, como podem comprovar os trechos de carta e entrevistas a seguir:

[...] eu já tinha feito o 3º ano primário mas já havia me esquecido de tantas coisas; hoje graças a Escola Radiofônica, eu estou bastante entusiasmada e tenho fé em Deus como hei de terminar meu curso como idealismo. (RITA ZÉLIA DE OLIVEIRA, Porto Carão, 1962).

[...] aí a gente ia trabalhar na roça quando chegava aquela hora... E eu não comecei do início, do zero, porque minha mãe era professora particular, aí com ela a gente estudava, eu já tinha um pouquinho de conhecimento. Quando eu comecei já foi no 3º ano com Maria. Aí passei e fui pra 4ª série, que foi com Maria José. (ROSA URBANO, Natal, 2003).

Tendo em vista que as aulas do 4º e 5º anos ocorriam durante à tarde, o número de alunos nessas turmas apresentava-se reduzido e nelas predominavam as mulheres, já que os homens voltavam do trabalho somente no final da tarde. Naquela época, de um modo geral, devido os afazeres domésticos, a jornada de trabalho das mulheres no campo era menor que a dos homens.

Outro aspecto importante é que, mesmo sendo as aulas radiofônicas destinadas a adolescentes e adultos, muitas crianças foram nelas alfabetizadas. Em muitos lugares era a única escola existente e, além disso, a escola funcionava quase sempre na casa do monitor onde normalmente residiam crianças. O depoimento de Amaro Pereira, irmão da ex-monitora Ana Araújo, em entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2003, comprova esta afirmação:

[...] Eu me lembro exatamente a data: 11 de abril de 1960, quando chegou lá em casa, nesse mesmo dia um rádio e uma lâmpada Aladim... Eu ainda tava iniciando a estudar porque tinha 8 anos. È ... não tinha sido alfabetizado. E com a chegada da Escola Radiofônica ... eu comecei... com Ana... que era minha irmã. (AMARO PEREIRA, Natal, 2003)

Os adolescentes que já sabiam ler e escrever também se interessavam em ser monitores, como exemplificou Padre Collard: “Francisquinha Basílio fará 15 anos. Ela é daquelas que ainda

jovem assumiu uma responsabilidade. Há dois anos que é monitora da Escola Radiofônica de Tanque do Boi... 15 alunos, inclusive seu pai.” (Collard, 1964, p. 66).

Em 1963, nas turmas do 4º e 5º anos foram utilizados livros de leitura adotados no ensino público. Um deles foi: *Vamos Estudar* – 4º série, da autoria de Theobaldo Miranda Santos, o qual tinha textos sobre música indígena, folclore do Brasil, feira de gado e outros, que tratavam de aspectos relacionados ao meio rural. Também em 1963 foi modificado o calendário escolar, devido às necessidades do trabalho agrícola dos alunos, programando-se as aulas para a entressafra e as férias para os períodos do plantio e da colheita.

O MEB terminou o ano de 1963 oferecendo as cinco primeiras séries do antigo curso primário, entretanto, alguns fatos ocorreram que impediram a continuidade desse processo, fazendo a instituição retornar a oferta anterior de apenas três níveis de ensino. Para a extinção dos dois últimos níveis foram considerados principalmente o reduzido número de alunos matriculados nas turmas do 4º e 5º ano e a interferência provocada pelas ondas sonoras da rádio Tupinambá do Ceará na recepção das aulas do MEB – com maior intensidade no horário dessas turmas – o que inviabilizava sua audição.

O ensino radiofônico em cinco níveis, equivalentes ao ensino primário oficial, foi uma experiência própria do Sistema Natal, em atendimento a solicitações de alunos e monitores, como já foi mencionado. Em nível nacional, o MEB possibilitava apenas dois anos de escolarização, tempo máximo considerado necessário para que o adulto ou jovem analfabeto aprendesse a ler, escrever e interpretar textos, instrumentos de análise facilitadores no seu caminhar na luta para vencer a dura realidade de sua vida.¹⁸

18 Muitos alunos das escolas radiofônicas que estudaram até o 5º ano, prestaram o exame de admissão ao ginásio, exigido à época, continuando, assim, seus estudos, comprovando a boa qualidade do ensino radiofônico.

Com a redução das turmas foi previsto para 1964 a utilização, nos 1º e 2º anos, dos livros *Saber para Viver*, bem como *Viver é Lutar*, do conjunto didático¹⁹ do MEB, elaborado pela Equipe Nacional com a participação dos sistemas dos diversos Estados e, para o 3º ano, a utilização do livro *Educar para Construir*, organizado pela equipe do Sistema/Natal. O texto Hora Decisiva, deste último livro, exemplifica o ânimo que perpassava entre todos que faziam esse movimento sócio-educacional:

Hora Decisiva

Estamos chegando ao fim do nosso livro. Nele procuramos estudar alguns dos nossos problemas. Procuramos conhecer um pouco do Brasil e da gente brasileira. Procuramos descobrir qual a missão do homem no mundo.

Estamos chegando ao fim. E chegamos a ele com a certeza de que temos diante de nós uma pátria por construir. Não só uma pátria, temos um mundo a transformar.

Estamos numa hora decisiva. O mundo, os homens precisam de nossa luta. Deus quer o esforço permanente do homem no trabalho de construção do mundo.

Deus está conosco. Nós lutamos para que os homens tenham uma vida mais plena. Deus é Vida. Lutamos para que os homens busquem a verdade. Deus é Verdade. Lutamos pelo encontro da beleza na criação e na arte. Deus é Beleza. Lutamos pelo entendimento entre os homens e povos. Deus a todos entende. Lutamos para que os homens se amem. Deus é Amor.

19 O Conjunto didático do MEB era um instrumento didático para educação de adultos e dele fazia parte os livros de leitura e alguns manuais para uso do professor-locutor, dentre eles: Fundamentação – que explicitava os temas básicos, o conteúdo das lições. Justificação – que continha dados estatísticos da realidade social, econômica e política, enfatizada nas lições

E a tal ponto amou Deus aos homens que lhes deu a própria Vida.

Nós também somos chamados a entregar a nossa vida por nossos irmãos.

DEUS QUER NOSSA VIDA A SERVIÇO DA RECONSTRUÇÃO DO MUNDO (1963, p.59)

Devido à apreensão do livro *Viver é Lutar* pela polícia federal do Rio de Janeiro, (em fevereiro de 1964) alegando tratar-se de material subversivo, o conjunto didático do MEB não chegou a Natal; a Equipe Local tinha em mãos apenas alguns exemplares enviados pela Equipe Nacional antes da apreensão. Assim sendo, nesse ano foi utilizado somente o livro *Educar para Construir*, destinado ao 3º ano. Como nos anos anteriores não tinham sido utilizados livros nos primeiros níveis de ensino, a falta dos livros não impediu que os professores do 1º e 2º ano desenvolvessem o seu trabalho. Frases e pequenos textos desses livros eram ditados pelo rádio e copiados pelo monitor no quadro-negro. Frases que falavam da existência humana, dimensão social e política do homem, dignidade do trabalho, necessidade da educação, bem comum, ação humana, democracia e cultura, como as que são transcritas a seguir:

Pedro vive
Pedro vive e luta
A família vive com a comunidade?
O camponês é o homem da terra
É justo o povo passar fome?
Todos precisam viver como homens
Por que a gente sofre tanta injustiça?
Por que não tem escolas para todos?
O povo deve escolher seus representantes.
Voto é consciência, voto é liberdade.
O povo tem o dever de lutar por justiça
A arte popular revela a alma do povo.

Foi também utilizado em 1964, o caderno de matemática – *Nossos problemas* – elaborado pelas professoras do Sistema/ Natal. Nos exercícios de matemática as professoras procuravam, na medida do possível, elaborá-los com problemas vivenciados pelos camponeses. A seguir alguns desses problemas retirados das páginas 6 e 7 do referido caderno.

- Na capital do Rio Grande do Norte, de cada 1.000 crianças que nascem, somente 700 conseguem viver. As outras morrem por falta de alimentos e assistência médica. De cada 1000 crianças que nascem, quantas morrem?

- A família de seu Joaquim não se alimenta bem, porque seu salário é injusto. Ele ganha diariamente Cr\$ 350.00²⁰. Qual o seu salário mensal?

A avaliação das aulas emitidas era feita por monitores e alunos, quer através de cartas enviadas às professoras, quer através de contatos com a Equipe de Supervisão, como comprova o seguinte Relatório:

Em relação às aulas: Linguagem – as opiniões variavam muito. Os alunos do 1º ano que estavam representados por monitores divididos em 3 grupos, um grupo achou que a leitura era depressa, os outros acharam – na boa. 2º ano, dois grupos acharam o ritmo do ditado ligeiro. 3º, 4º e 5º ano – ritmo bom. (Três grupos). Aritmética – 1º ano, dois grupos acham a aritmética boa e outro acha fraca. 2º ano nenhum achou boa. 3º ano as explicações são boas mas os exercícios são muito difíceis, opinião de três grupos. 4º ano leitura dos exercícios muito ligeiro. 5º ano aritmética ao alcance de todos, bons exercícios. Somente um grupo tinha alunos do 5º ano. Voz da

²⁰ O salário mínimo em dezembro de 1962, no RN, variava em torno de Cr\$11.700,00 a Cr\$13.500,00, portanto, uma diária equivalia a Cr\$390,00 ou Cr\$463,00, conforme o caso.

professora – D. Carmem voz muito compreensível, 3º e 4º M.^a Rodrigues, e M.^a José, voz muito boa. 5º ano Lécia: voz boa”. (Relatório da Supervisão – Encontro de Monitores do município de Sto. Antônio, 1963, p. 3-4)

Ao concluir uma unidade de trabalho, cada professor fazia revisão de conteúdos por meio de provas e ditados, corrigidos pelo rádio. O professor locutor emitia a resposta correta, o monitor escrevia no quadro negro e cada aluno fazia a correção da sua prova. Dessa maneira, cada um podia avaliar a sua aprendizagem. As dificuldades encontradas eram encaminhadas às professoras pelos monitores.

Para promoção de uma turma para outra os alunos eram submetidos a testes impressos, distribuídos pelos Comitês Radiofônicos municipais. Esses testes eram devolvidos à sede do MEB em Natal e corrigidos com a colaboração de alunas do Colégio Imaculada Conceição, instituição católica, mediante gabarito feito por cada professora. Em anexo alguns testes do 1º ao 5º ano – 2º semestre de 1963 e um teste da fase inicial das Escolas Radiofônicas, elaborado pela professora Carmem Fernandes Pedroza (Anexo B).

O acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem no Sistema/Natal eram assim efetivados através das cartas de alunos e monitores, provas de revisão, testes avaliativos, fichas de frequências com quadro de saída e entrada de alunos (Anexo C) e mediante um organizado sistema de supervisão do qual trataremos no item 4.

A seguir, trechos de cartas recebidas pelos professores, falando sobre a aprendizagem, onde demonstram a satisfação com as Escolas Radiofônicas:

[...] já sei ler, posso entender qualquer palavra escrita. Todos os segredos da vida estão escritos. Agora

poderei conhecê-los. Poderei ler para aprender como conservar a saúde, como se ajuda à pátria, como se pode ser feliz com a família. Todos os dias lerei o que está escrito sobre coisas verdadeiras e boas. A verdade é poderosa. Conhecendo a verdade serei melhor e mais livre. Vou ensinar alguém a ler como me ensinaram a mim. Esse alguém terá o mesmo contentamento que tenho agora. (Anita Alves da Silva, Cuité, 1962).

[...] estou fazendo prova com grande entusiasmo. Quem não aprende a ler na Escola Radiofônica não aprende mais em nenhuma. (Almira de Oliveira, Jacuzinho, 1962).

[...] esta aula em plena noite de lua. No terreiro da casa, em forma de círculo, com umas trinta pessoas entre homens e mulheres. Assim, ensinamos o povo a debater em círculo o assunto. Nesse dia a aula foi sobre latifúndio. Achamos que o latifúndio prejudica muito a situação. O camponês vive abandonado, o homem sem terra para trabalhar. Assim todos acham ótima essa aula em que os pobres puderam desabafar, nos depoimentos, as injustiças que há nos campos para o lado dos trabalhadores rurais. O homem do campo vive como escravo a todo momento na mão do patrão que não usa da justiça social da Igreja. (Maria Pereira Bezerra, Serrote, 1962)

É importante lembrar que a programação educativa da Emissora de Educação Rural, de um modo geral, se baseava na mesma temática das aulas das escolas radiofônicas formando um conjunto didático-pedagógico. A programação da Emissora era permeada por slogans como os que são apresentados a seguir, retirados dos conteúdos das escolas radiofônicas, do período em que o enfoque era a *politização*:

- POVO POLITIZADO PODE MUDAR DE VIDA.
- UM POVO POLITIZADO É UM POVO LIVRE.
- O VOTO É A ARMA DO POVO.

Os slogans chegavam também ao campo em panfletos que eram distribuídos nos grupos organizados e nas feiras livres.



MEB: Panfleto da Campanha de Politização

A politização irrompeu na ação educativa da Arquidiocese de Natal e se fortaleceu com o surgimento do Setor de Politização do SAR, cuja equipe tinha estreita vinculação com a equipe do MEB. As mencionadas equipes entendiam a politização como

um processo de percepção da realidade, no qual o homem, como sujeito de sua história, compreendendo a situação em que vivia, poderia agir para modificá-la.

Luiz Eduardo Wanderley, à época integrante da Equipe Nacional, em seu livro *Educar para Transformar*, assim escreve:

O uso do termo politização ganhou notoriedade inicial a partir das atividades implementadas pelo Setor de Politização do SAR, em Natal, que desenvolveu uma atuação organizada na linha politizadora, durante o ano de 1962, e foi apresentado num texto discutido no I Encontro de Coordenadores como parte da programação geral, elaborado por um representante daquele setor e que trabalhava próximo do MEB. (Wanderley, 1984, p.158)

Mais adiante, o mesmo autor continua:

Mas, sem dúvida, foi com base nesta politização – como consciência madura da realidade e necessidade de transformá-la – que a política foi se insinuando no Movimento e se reforçaria com as atividades de animação popular e de sindicalismo rural (simultâneas em alguns sistemas). (*idem*, p.160)

Na proposta educacional do MEB a consciência de si, dos outros e do mundo objetivo, era condição primordial para que o processo de politização se desencadeasse, canalizando engajamentos que conduzissem à formação de grupos de pressão e ações coletivas capazes de modificar a realidade. Portanto, para ser politizado, o homem precisava, em primeiro lugar, ser consciente do seu papel de sujeito capaz de ver criticamente a realidade e coletivamente agir para modificá-la.

A politização abordava de um modo geral a situação de miséria que assolava o país, destacando dentre os muitos problemas: a fome, a mortalidade infantil, a falta de assistência

médica, o analfabetismo, a concentração de terras nas mãos de poucos, a falta de crédito, baixos salários do trabalhador e negligência dos políticos face a toda essa problemática. E, sendo 1962 ano de eleição, foi dada uma ênfase especial ao *voto*, como evidenciam os trechos de cartas de monitores e alunos a seguir transcritos:

[...] Nesta localidade o pessoal ouviu o curso de Politização e os eleitores daqui não vendem o voto. Todos já sabem que voto não se vende e consciência não se compra. (Terezinha Gomes, Xique – Xique, 1962).

[...] Esta gente quando quer arrumar o voto promete céu com as estrelas, mas eu estou acordado com estes Deputados. Eu sei que o cidadão brasileiro tem que dar o seu voto à Pátria. Precisamos de um Brasil livre, sem ser cativo e explorado conforme vem sendo. (Cícero Batista Lopes, 1962)

[...] Oh! Se todo povo fosse politizado ninguém sofria o que estamos sofrendo, mas, eu quando converso com os alunos e com o pessoal da minha comunidade sempre digo aquela frase: “Voto não se vende, consciência não se compra”. (Ana Maria Araújo, Serra Azul, 1962)

Na produção dessa campanha de politização, as equipes do Setor de Politização do SAR e do MEB desenvolveram conjuntamente atividades variadas que tinham por objetivo esclarecer a importância da independência do voto e alertar para seu significado político. Das inúmeras atividades desenvolvidas, destacaram-se: elaboração do Caderno de Politização; artigos para o jornal *Vida Rural*; panfletos; realização de Cursos de Politização pelo rádio e diretamente na sede dos municípios, elaboração e emissão de programas radiofônicos e escolha dos slogans utilizados na chamada Campanha de Politização deflagrada em 1962.

A Cultura Popular foi outro grande enfoque norteador da ação educativa do MEB. O poema do artista popular Chico Traíra, de 1963, a seguir transcrito, evidencia o entendimento que tinha a equipe sobre *cultura popular*.

A ARTE QUE SAI DE NOSSAS MÃOS

Meu bravo irmão camponês
Quero com idéia pura
Falar na nossa cultura
Porque não sabes talvez
Pois a cultura aliás
É tudo que o homem faz
Versos, histórias, canções
Costumes e sofrimentos
Valores e sentimentos
Pelas nossas tradições
Sem os centros culturais
Há cultura em toda parte
Porque é fruto da arte
Tudo o que o homem faz
Pois do trabalho é que vem
Tudo quanto o mundo tem
Para o bem da humanidade
Pois a cultura em geral
Tem da cultura formal
A mesma dignidade

Panelas e pilõezinhos
Alguidar, prato e tigela
O chapéu de couro, a sela
Bonecas e cavalinhos
A gaita, o caracaxá
A tarrafa, o landuá
A bolsa, o cesto, o uru
Um cavalinho arriado

Nele um vaqueiro montado
Com roupa de couro cru.

A canção de boiadeiro
O ferreiro em sua tenda
A mulher fazendo renda
O cantador violeiro
O trabalho de louceiro
A peça que fiandeira
Não se cansa de fiar
As imagens do Santeiro
Os balões do fogueteiro
É cultura popular

Esse poema, publicado no jornal *Vida Rural*, fazia parte da programação educativa: aulas, cantorias, programas complementares, entre outros (ver item 3.3.4). Existia uma busca de aproximar o trabalho do MEB com o cotidiano das pessoas que moravam no campo. Nas aulas e programas radiofônicos ganharam destaque especial as lendas brasileiras, as fábulas, as trovas populares, as cantigas de roda, as cantorias de viola e as festas populares.

Ainda na perspectiva de valorização da arte popular, o Sistema Natal organizou a 1ª *Exposição de Artesanato e Arte Popular do Rio Grande do Norte*, trazendo do interior para Natal artesãos e artistas populares que, além de exporem seus trabalhos, demonstraram na prática, para o público, o modo como eram feitos.

Em toda a Ação Educativa desse momento, também foram utilizados slogans, pois serviam para melhor fixar os conteúdos que o MEB queria dar realce. Seleccionamos alguns, para exemplificar, por terem se sobressaído naquele momento histórico:

- POVO QUE MARCHA PARA A LIBERTAÇÃO
CAMINHA COM A SUA CULTURA.

- O FOLCLORE FAZ PARTE DA CULTURA DE UM POVO.
- OS COSTUMES DO POVO SÃO CULTURA.
- TUDO QUE O HOMEM INVENTA E FAZ É CULTURA.
(MEB/Natal, Livro de Leitura *Educar para Construir*)

Foi também desse momento a série de programas radiofônicos intitulados Retalhos do Meu Brasil, cuja elaboração e emissão foram atividades conjuntas do Setor de Politização do SAR e MEB. Como o próprio nome diz, essa série de programas enfatizava a cultura popular das diferentes regiões do nosso país.

Programas Radiofônicos: parte complementar do processo educativo

Os Programas Radiofônicos tiveram papel importante na ação educativa do MEB. Era impossível pensar em educação de base simplesmente através de um horário de aula radiofônica. Era preciso pensar numa programação educativa intensa, diversificada, motivadora, que fosse transmitida em horários diferenciados, atingindo as várias faixas etárias da população campestre e com uma audiência organizada. Os diversos setores do SAR se preocupavam com isso e já emitiam programas educativos desde a criação da Emissora de Educação Rural em 1958. Os grupos de audiência se reuniam na E.R., funcionasse ela na casa do monitor ou em outro local. Ao pé do rádio ouviam os programas emitidos, não apenas aqueles sob a responsabilidade direta do MEB, mas também os que eram de responsabilidade dos setores diversos do SAR: migração, colonização, saúde, centros sociais, ensino médio, sindicato rural, cooperativismo, clubes de mães e de jovens etc. Era grande a responsabilidade dos que produziam e emitiam a programação radiofônica, que tinha início de manhã e se estendia até a noite. Os papéis desempenhados por cada um

eram variados: produtor, apresentador, ator, locutor, contra-regra. A tarefa de produzir e emitir era árdua. Nada era copiado porque não existia experiência similar, nem modelo a ser seguido. Era preciso criar, e criar com rapidez. Nada podia esperar, ficar para depois. A produção portanto, era acelerada.

Sob a responsabilidade direta da Equipe Central do MEB/Natal, ia ao ar dezenas de programas: Manhã das Escolas Radiofônicas, O Mundo é Nosso, Correio Rural, Conversa com Monitores e Alunos, Em Marcha com os Grupos de Audiência, Um Povo Politizado é um Povo Livre, Retalhos do Meu Brasil, Canta Brasil, Encontro com a História do Brasil, Conversando com as Mães, Mesa redonda com os Líderes de Bairro (setor urbano). Produziam-se e emitiam-se, ainda, programas especiais de Páscoa, Natal, Dia do Professor, Dia do Monitor, e outras datas significativas. As vezes produzia-se, em ação conjunta com setores do SAR, programas como: Semeia a Boa Semente, Conversa em Família, Em Marcha com o Campo e outros. É importante ressaltar que alguns desses programas eram apresentados diariamente, o que exigia ainda mais rapidez na produção. Os programas complementares do MEB seguiam a mesma unidade temática das Aulas Radiofônicas.

A Equipe do MEB/Natal em todos os contatos diretos: visitas às escolas, reuniões, cursos, treinamentos, procurava analisar os programas com os grupos, a fim de aperfeiçoá-los para atingir melhor seus objetivos. Os resultados dessas análises eram registrados em relatórios como comprova a citação a seguir:

Analisou-se então, em cada programa, a sua função. Ouvia-se para tal, programa com eles. Isto nos levou a sérias conclusões: Frases longas, várias idéias ao mesmo tempo, não são apreendidas. Infelizmente constatamos que várias vezes a linguagem não era acessível. Era desabitual às próprias conversações. A forma dialogada é preferida. (Relatório de avaliação de treinamentos de monitores, 1962, p. 2).

Os programas apresentados a seguir, dão uma idéia do significado da Programação Radiofônica produzida e emitida pelo MEB através da Emissora de Educação Rural.

O programa semanal “Correio Rural” destinava-se a responder as cartas de alunos e monitores. Utilizando a técnica de dramatização, o programa ia destacando o conteúdo das cartas e se dirigindo nominalmente a cada pessoa. Ouvir o seu nome no rádio era motivo de orgulho para quem era mencionado. Vale ressaltar que não apenas alunos e monitores, mas também o povo da comunidade escutava os programas educativos da Emissora de Educação Rural. O trecho de um programa “Correio Rural” confirma isso. No destaque à carta de uma monitora.

[...] **Professora:** Josefa Rodrigues de Farias... que maravilha vocês estão dedicados mesmo conte alguma coisa pra nós sobre sua escola.

Josefa: Professora nossa escola não para a senhora sabe, sempre trabalhamos em prol do homem do campo... e fazemos tudo por nossa localidade.. para nós foi uma beleza essa escola pelo rádio foi uma maravilha para todos... se a senhora visse como são satisfeitos os alunos de nossa comunidade... todos lutam para aprenderem bem... e procuram também ensinar aos outros.

Professora: Pelo que vejo está uma beleza mesmo Josefa Rodrigues...

Josefa: Pra senhora ver todos os programas da emissora são escutados pelo povo da comunidade principalmente os programas educativos... se alguns não estão estudando pelo menos já aprenderam muita coisa pelos programas da Emissora Rural... não é isso mesmo?

Professora: São palavras que você mesmo confirma Josefa por isso não queremos acrescentar nada mais

porque você já disse muito bem todos entenderam claramente o que você disse.... e que nos deixa felicíssima com os resultados obtidos, por sua localidade através das escolas radiofônicas... Sua conversa foi maravilhosa parabéns pra você e seus alunos e todos de lá... doutra vez conversaremos muito mais

Josefa: obrigada professora até outra vista (MEB/Natal – Programa Correio Rural, 07. nov. 1962).

O programa radiofônico *Conversa com Monitores e Alunos* visava estabelecer um diálogo, divulgar notícias, esclarecer dúvidas, oferecer sugestões e orientações, conforme as demandas encaminhadas à Equipe do MEB/Natal e, através dele, criar um intercâmbio semanal entre as escolas. Com frequência os problemas expressos por uma escola correspondiam aos de outras, e nesses casos as sugestões oferecidas passavam a beneficiar a todos. Vejamos a seguir trechos de um desses programas.

Técnica: LP ORQUESTRA DE ALL GIFFER – IDEM

Speaker: ESCOLA TRABALHA PELA SINDICALIZAÇÃO DO HOMEM RURAL

Locutor: Segundo notícias que nos foram enviadas pela monitora Maria Liô de França, a Escola Radiofônica localizada em Lagoa Nova tudo tem feito pela sindicalização do homem do campo. Até o momento já foram alistados no sindicato de trabalhadores rurais do município cerca de 250 trabalhadores da localidade de Lagoa Nova. Como é de se verificar, tem sido intenso o trabalho da monitora e dos alunos pela sindicalização do homem rural.

Técnica: LP ORQUESTRA DE ALL GIFFER – IDEM

Speaker: COMITÊ RADIOFÔNICO DA PARÓQUIA DE NOVA CRUZ VISITA ESCOLAS

Locutor: O comitê radiofônico da paróquia de Nova Cruz vem realizando uma série de visitas às escolas radiofônicas. Notícias enviadas por Maria Pereira Bezerra nos informam que cerca de 50 escolas já receberam visitas do comitê. A finalidade das referidas visitas é orientar os monitores e ajudá-los a fazer da escola o centro de educação da comunidade.

[...] **José:** Em cada semana, cinco alunos dão o querosene para a luz. Variando as semanas, varia as turmas que cai com o dinheiro para a compra do querosene. E assim a gente vai dividindo todo o pessoal com as despesas da escola e com o que a gente quer fazer.

Maria: Que maravilha, José!

Antônia: Como é bom não é Maria, a gente ver o trabalho bom de um monitor como nós... Você ajudou muito a gente José.

José: E se vocês quiserem assistir uma reunião de minha escola poderão ir sábado a Campo Limpo. Nesta reunião agora a gente vai ler a Vida Rural nova e combinar como vamos arranjar os bancos para a escola.

[...] **Locutor:** Estamos em período de preparação para o Plebiscito. Nos últimos programas falamos sobre este assunto. Mas, para que vocês entendam ainda mais, o que seja plebiscito, vamos contar uma história sobre José monitor da Escola Radiofônica da localidade de Campo Alegre.

Técnica: HINO DA INDEPENDÊNCIA

Narrador: José ouviu falar que no dia 6 de janeiro próximo, vai acontecer no Brasil uma coisa muito importante chamada Plebiscito. Curioso procurou saber que coisa é essa. Depois de muito perguntar, ficou sabendo que Plebiscito é uma consulta feita ao povo. Nessa consulta o povo por meio do voto diz o que pensa.

Speaker: José porém, não ficou satisfeito e quis saber o que deverá escolher neste plebiscito de janeiro. Foi

estudando programas, discutindo com a comunidade e procurando ler, que ele ficou sabendo que neste plebiscito de janeiro que o povo vai dizer se quer para o Brasil o regime Parlamentarista ou Presidencialista.

Narrador: Como o problema é escolher, José procurou saber qual é a diferença entre os dois regimes. Ficou sabendo que:

Técnica: HINO DA INDEPENDÊNCIA

Locutor: No Presidencialismo o presidente é escolhido pelo voto direto do povo e no Parlamentarismo, quem escolhe o presidente são os deputados e senadores.

Narrador: No Presidencialismo, o presidente escolhe seus ministros. Esses ministros são apenas auxiliares do presidente. No Parlamentarismo é diferente: presidente eleito pelos deputados e senadores escolhe o primeiro ministro. O primeiro ministro escolhe os outros ministros e todos os ministros reunidos formam o que se chama gabinete. O gabinete tem muita responsabilidade no governo do país. No parlamentarismo, portanto, os ministros têm muita autoridade e muito poder. Não são apenas auxiliares como no presidencialismo.

Técnica: HINO DA INDEPENDÊNCIA

Speaker: Depois de saber tudo isto, José ainda procurou saber qual dos dois regimes será melhor para o Brasil atual.

Narrador: José é mesmo um homem politizado e de tudo que ouviu chegou a uma conclusão importante: depois de janeiro, seja escolhido Parlamentarismo ou Presidencialismo, o mais necessário é que o povo exija que o governo pense realmente nos problemas do povo. (MEB/Natal programa Conversa com Monitores e Aluno, 1962)

Com a denominação “Um Povo Politizado é Um Povo Livre” ia diariamente ao ar um programa elaborado pela Equipe

de Politização do SAR/MEB, sob a coordenação de Luiz Sávio de Almeida²¹. A seguir trechos de um programa irradiado em 1962, que se desdobrava em três momentos: o primeiro simula uma assembléia de deputados estaduais; o segundo, no Congresso Nacional, em Brasília, mostra a votação do Projeto de Reforma Agrária, quando um deputado comprometido com a causa camponesa denuncia as manobras eleitorais e posiciona-se a favor do Projeto. A última parte do programa é dedicada ao debate das situações apresentadas e a convocação para que os trabalhadores unidos lutem para mudar o Brasil.

[...] 4º Deputado: (lento) Senhor Presidente, sinto-me como um homem de bem, eleito pelo povo para representar este mesmo povo, triste, porque vejo, aqui nesta assembléia, enquanto projetos e mais projetos que vem beneficiar a população do Estado estão enterrados na gaveta, colegas meus esqueceram-se que foram eleitos pelo povo, para trabalhar por eles e não para vir arengar ou xingar num recinto sagrado, como é a Assembléia. Assim enquanto o povo passa fome e não tem escolas, ocupam-se meus colegas desta assembléia simplesmente a acusarem uns aos outros!...

Esquecem-se que o voto do povo é algo sagrado e que deve ser respeitado. Esquecem-se que todos os deputados tem a única finalidade: trabalhar pelo bem comum.

Técnica: Forte e triste.

Narrador: Parecia uma voz perdida no deserto: uma andorinha só não faz verão. Aquele moço que se esforçava para levar uma mensagem nova ao povo não era entendido por aqueles outros que o povo escolhera sem pensar.

Técnica: transição (triste)

21 Luis Sávio de Almeida, advogado, foi assessor do MEC e reitor da UFAL.

Narrador: Isto se passou numa assembléia de deputados estaduais. Vamos agora tomar um avião. Vamos fazer uma viagem até Brasília.

Em Brasília temos Senadores e Deputados Federais. Brasília, cidade nova, inaugurada em dias melhores; esperança em que mudando a capital mudasse também os governos. É até interessante notar o nome que deram ao palácio do governo em Brasília: Palácio da Alvorada. Alvorada quer dizer dia novo, vida nova. É isto que nós queremos em Brasília: dia novo, vida nova, Brasil diferente.

Em Brasília se reúnem deputados federais e senadores. Lá decidem os destinos do país. Lá eles votam leis. Leis que vão ter influência na nossa vida, na vida de nossos filhos.

Brasília é como inverno no sertão. Do inverno dependem boas colheitas. De Brasília, dos seus deputados e senadores, dependem em grande parte o Brasil.

Vamos fazer uma visita à câmara dos deputados:

[...] **Uma voz:** (uma voz longe gritando) Peço aos nobres deputados que não durmam.

Presidente: (balbúrdia) peço aos colegas que não durmam! Hoje será votado o projeto de Reforma Agrária. Peço ao senhor secretário que veja se existe número de deputados suficiente para se votar o projeto.

Secretário: Excelência, não há número suficiente. A votação não pode ser feita hoje.

Técnica: Risada e balbúrdia

Deputado: Senhor presidente, peço a palavra.

Não podia calar-me neste momento. É como se dentro deste plenário a miséria de milhões gritasse. É como se eu ouvisse agora milhões de mães chorando. É como se eu sentisse o desespero de crianças que moram no campo, quase sem futuro. É triste senhor presidente, é triste senhores deputados.

E é mais triste Senhor Presidente e mais desumano quando se afirma que vivemos num país cristão. O cristianismo, não Senhor Presidente, colegas deputados, não poderia unir-se nunca contra uma criança desesperada de fome. O cristianismo não poderia unir-se a injustiça que corre desenfreada pelo campo. Se Cristo pudesse ser visto neste momento, neste recinto, estaria dizendo a nós: Eu tive fome e não me deste comer. Tive sede e não me destes de beber. Estava nu e não me vestistes. Malditos... Todos vocês que não sentiram como irmãos, fome e sede de justiça.

Senhor presidente, é como se um sereno de lágrimas caísse em nossa cabeça. E, talvez, senhor presidente, se alguém pudesse rir da miséria, esta hora seria a hora de rir. Porque senhor presidente há poucos dias uma imoralidade surgiu neste recinto e por todos foi apoiada. Esta casa do povo estava cheia quando da votação do projeto que aumentava o ordenado dos deputados.

É como senhor presidente, se o povo votasse não para ser livre, mas ser escravo!

Porque realmente, foi escravizando que os senhores chegaram até aqui. Foi comprando votos, dando presentes, sapatos, migalhas em troca de votos. Migalhas que para eles foi o preço da própria escravidão.

Mas senhor presidente, senhores deputados, o campo agiganta-se. Agiganta-se e cresce. Agigante-se e acorda. Sim, os que moram no campo já estão tomando consciência da força, da arma que é seu voto e tenho certeza senhor presidente, senhores deputados, de que nas próximas eleições o campo dará uma resposta a este insulto que lhe foi feito hoje. Insulto por não termos nesta casa número suficiente para se votar o projeto de Reforma Agrária. Sim donos de escravos serão varridos. Compradores de votos que hoje não atenderam a uma necessidade do povo, não serão atendidos quando quiseram comprar o voto deste mesmo povo. Tenho

a certeza, senhor presidente, que a Reforma Agrária virá porque além do campo ter consciência da sua força, Deus não desampara os que têm fome e sede de justiça.

[...] **Locutor:** Assistimos cenas passadas na assembléia estadual e na câmara federal. São duas amostras de como agem os chamados representantes do povo. Em grande maioria são eleitos e passam a agir unicamente em benefício próprio, deixando de mão os interesses do povo que deveriam estar em primeiro lugar. Verdadeiramente meus amigos, a situação das câmaras é desta maneira. Quando se trata de votar em benefício dos mais humildes, os deputados e senadores desaparecem. A Reforma Agrária que tanto esperamos, não pode passar enquanto permanecer tal situação. Tenho a certeza de que com os chamados representantes que nós temos atualmente ela não virá. Então é preciso que o trabalhador tome consciência de que se vender o voto está vendendo a Reforma Agrária no Brasil. Não podemos continuar desta maneira, disto sabemos. Devemos, no entanto, começar a lutar para esclarecer nossos amigos, nossos vizinhos, nossos irmãos. Somente esclarecidos e compreendendo o valor do voto, poderemos matar esta situação que vive nos matando, esmagando nossa felicidade, nos dando tristeza e muitas vezes agonia e morte. É bem verdade que ainda existem no Brasil deputados que trabalham em benefício do povo. No entanto, são minorias, são andorinhas que não podem de maneira alguma, fazer verão. A estes é preciso juntar a voz de muitos. Só assim, repetimos, modificaremos a situação do Brasil. Unidos seremos fortes. Fortes mudaremos e faremos um melhor destino para esta jovem nação brasileira. (SAR/MEB – Programa. Um Povo Politizado é Um Povo Livre – Setor de Politização, 1962)

Além dos programas rotineiros existiam os programas especiais para a comemoração de datas significativas. Por exemplo: o dia 20 de Janeiro foi escolhido como o Dia do Monitor. A seguir, transcrevemos um trecho de programa radiofônico comemorativo àquela data, em 1963, onde podemos observar a importância e os diversos papéis desempenhados pelo monitor, que não se limitava a ensinar a ler, escrever e contar. O monitor era peça chave para o bom desenvolvimento das escolas radiofônicas.

[...] **Speaker:** Quando viajando pelo interior, passando pelos sítios, você vir uma casa cortada por uma antena, pare e desça. Aquela casa deve ser uma escola radiofônica. Entre nela. Sabendo que está entrando na casa de um herói. Herói que depois de um dia de trabalho na enxada, ou na própria casa, reúne os camponeses para aulas, para programas educativos. Reúne-se pela força do amor. Pelo ideal de mudança. A casa é sempre bem simples. Lá dentro; o rádio, o quadro-negro, a mesa, os tamboretas e os candeeiros. Muitas vezes há cartazes nas paredes. Cartazes feitos por eles – monitor e pelos alunos.

Speaker: Amigos: Agora é fácil aprender a ler. Venha para a Escola Radiofônica.

Locutor: Trabalhador: sindicalizados seremos uma força.

Speaker: Sempre unidos venceremos...

Técnica:

Locutor: Monitor, herói desconhecido para muitos.

Speaker: Monitor que decidiu dar testemunho. Testemunho de verdade e de amor, testemunho que é vida. Monitor que sabe ser também ele, construtor do mundo.

Técnica:

Locutor: Monitor – alma da escola radiofônica. Monitor consciente de seu papel na construção de um Brasil que desperta do sono de séculos. Escola Radiofônica. Escola de camponês. Lugar de encontro, encontro de pessoas que decidiram caminhar, caminhar de cabeça erguida.

Speaker: Escola Radiofônica, lugar onde o camponês conhece a história do Brasil e do mundo. Descobre que é uma pessoa, e como tal deve participar da vida do país. Que conhece e aprende a amar o seu povo e a sua terra.

Locutor: Escola que faz o camponês conhecer o Brasil, sua gente, suas belezas, riquezas. Riquezas de sua natureza que fala amor, riquezas da alma do povo, riqueza humana da alma camponesa. Alma de um povo simples. Alma do Brasil, que canta suas belezas na sua música, na sua poesia. Poesia que nasce da boca do povo, como planta agreste no sertão, de um povo que vive num Brasil simples num Brasil caboclo. [...] (MEB/Natal. Programa “Dia do Monitor”, 1963)

Esse programa prosseguiu com a transmissão do poema “Brasi Cabôco” (ANEXO D), de autoria do poeta popular Zé da Luz, concluindo com a realização de uma cantoria por Chico Traíra, também poeta popular, exaltando a figura do Monitor.

A apresentação dos programas radiofônicos era feita com a colaboração de todos: locutores da Emissora de Educação Rural, integrantes do SAR e equipe do MEB. Havia um clima de confiança, amizade e colaboração entre as equipes. Segundo as necessidades os integrantes dessas equipes desempenhavam os mais diferentes papéis: locutor, narrador, ator, contra-regra etc.

Outros recursos da ação educativa

Aproveitar os diferentes recursos e os múltiplos momentos do dia-a-dia do trabalhador do campo para possibilitar-lhe maior

comunicação, uma troca de conhecimentos e a aquisição de novos saberes foi uma idéia posta em prática pelo MEB/Natal, que muito contribuiu para o êxito da ação educativa por ele desenvolvida. Os acontecimentos, as manifestações folclóricas, culturais, religiosas, tudo era fonte de aprendizagem.

Quem conhece a vida rural do Nordeste brasileiro, sabe da importância que teve e tem ainda hoje, a literatura de cordel, as cantorias de viola e os autos populares. Era através da literatura de cordel, por exemplo, que muitos aprendiam a ler ou *desasnavam*, como comprova o depoimento a seguir:

Quando o rádio chegou lá em casa eu sabia ler e escrever corretamente. Aprendi a ler em cordel. Eu fui alfabetizada em uma escola em Taipú, mas foi só o ABC, aquela cartilha do ABC. Então eu sabia juntar... Mas o que me desasnou, como se diz no popular, foi o cordel que papai gostava muito. Quando sobrava um trocado ele comprava e me mandava ler cantando, pra ele, esses folhetos de cordel... (Anália Pereira, Natal, 2003).

O SAR e o MEB organizaram diversas coleções de folhetos de cordel, que foram utilizadas na ação educativa no meio rural. A Nova Escravidão, folheto nº 1 de uma dessas coleções, marcou o lançamento da Campanha de Politização, em 1962. A seguir transcrevemos alguns versos desse folheto:

Camponês do Rio Grande
Preste bem atenção,
Precisamos conhecer
A nossa situação
Sem isso meu camarada
Ela não melhora não.

E por isso meu amigo
Esta campanha lançamos

Com Politização
Sabemos onde andamos
Com isto meu camarada
Garanto nós melhoramos.

O Serviço de Assistência
Conhecido por Rural
Olha com fé e esperança
Das bandas da Capital
Este povo maltratado
Que sofre um grande mal.

Pois começou com escolas
E depois foi Sindicato
E também Cooperativa
Entrando com muito tato
Venceremos a parada
Rasparemos carrapato.

E depois dos Sindicatos
Com grande satisfação
Nós começaremos a campanha
A da Politização
Fé em Deus e pé na tábua
Com Cristo no coração.

As coleções impressas eram divulgadas através do rádio e jornal e tinham grande aceitação. Representavam um esforço das equipes do MEB e SAR para *politizar* ou *conscientizar*, como era apregoado à época, utilizando-se recursos pedagógicos mais próximos ao cotidiano dos trabalhadores e demais pessoas que participavam das atividades sócio-educativas que eram então desenvolvidas.

Na Mesma Linha De Atuação, No Dia 12 De Setembro De 1963, o jornal *Vida Rural*, órgão oficial do SAR, assim noticiava na página 8:

Já estão impressos para serem lidos os VERSOS DO CAMPONÊS, coleção que a Federação dos Trabalhadores Rurais do RN está organizando. Estão impressos três mil N° 1, A FACHADA DO GIGANTE; N° 2, A VOZ DE UM CAMPONÊS; N° 3, A PRISÃO DO Dr. CRUZEIRO. Escreveram para a coleção, entre outros, Antonio Teixeira, de Pedro Velho, Antonio Julião de Nízia Floresta e Chico Traíra, violeiro da Rural. Os versos estão muito bem escritos e representam um enorme esforço da Federação em esclarecer, politizando.

Da coleção, SABER POPULAR, o folheto n° 4 – A AGRICULTURA, SETOR OPRIMIDO E OS VÁRIOS PROBLEMAS DO CAMPO, de autoria de José Alves Saraiva, mimeografado no Seminário de Prainha – Fortaleza – CE, em 15 de maio de 1963, foi também utilizado pelo MEB/ Natal. Alguns versos desse folheto, a seguir apresentados, comprovam a sua importância como veículo de motivação dos camponeses para a luta em prol de melhores condições de vida.

Agricultores amigos
Temos a grande missão
De levantar nossa voz
Em favor da redenção
Da nossa classe oprimida
Que padece a escravidão.

Pois somos atormentados
Pela amargura da dor
Do desacato e abandono
Pela tristeza e amargor
Do esquecimento em que vive
O pobre do agricultor.

Se temos nossos problemas
Nem sempre são resolvidos
Pois temos a triste sorte
De sermos sempre esquecidos
Mas, vamos juntos, lutemos
E seremos atendidos.

Os folhetos de cordel chegavam às escolas radiofônicas via comitês radiofônicos. Eram vendidos por preços simbólicos e o valor arrecadado era utilizado na impressão de novos folhetos. O dinheiro para compra era conseguido através de cotas, leilões e festas promovidas pelas escolas radiofônicas e as comunidades. Eram lidos e discutidos em reuniões de monitores, alunos e grupos diversos da comunidade.

As cantorias de viola conseguiam reunir dezenas de escolas em uma determinada localidade, participando delas o cantor das Escolas Radiofônicas, Chico Traíra, e cantadores das comunidades. Elas também iam ao ar, pela Emissora de Educação Rural, dentro de vários programas como: *ALVORADA SERTANEJA, RIMAS E VIOLA*.

Em alguns programas, Chico Traíra cantava com Patativa do Assaré, outro conhecido cantor de viola daquela época. Os motes ou temas para as glosas, eram solicitados por monitores e alunos através das cartas endereçadas à Equipe Central como podemos comprovar a seguir:

Professora, desejo ser atendido no programa Rimas e Viola. Ofereço um tema a minha monitora Nazaré Gomes: Nazaré Deus te proteja com a Escola Radiofônica. (José Gomes de Lima, Campos Novos, 1962).

Peço por delicadeza entregar ao responsável por Rimas e Viola, este pedido de tema: Devido as escolas radiofônicas, o meio rural tem melhorado muito. (Maria Dorotéia Ferreira, João Câmara, 1962).

Querida professora, desejo ouvir em Rimas e Viola o seguinte mote: Adonata é uma estrela que brilha no meu caminho (Cândido Herculano, Serra Caiada, 1962).

Outro recurso pedagógico utilizado pelas escolas radiofônicas eram as peças teatrais, que iam desde os Autos de Natal e Encenações da Semana Santa, até os Dramas que retratavam de forma trágica e ao mesmo tempo cômica, as situações vividas na comunidade, como por exemplo: a mortalidade infantil, a seca, as eleições etc. Os textos eram escritos por monitores ou por integrantes de grupos da comunidade. Para representar os personagens, eram escolhidos alunos das Escolas Radiofônicas ou participantes dos diferentes grupos organizados. O importante era a participação de todos: alunos, monitores, trabalhadores, pessoas da comunidade. O importante era torná-los conscientes de sua ação como seres responsáveis por sua história e não somente serem alfabetizados.

A peça, trecho transcrito a seguir, foi encenada por trabalhadores rurais sindicalizados, no município de Ceará Mirim, sob orientação do Setor de Sindicalismo do SAR, no dia 1º de maio de 1962, em concentração que reuniu Sindicatos, Escolas Radiofônicas e outros grupos organizados de várias comunidades do município (*script* de peça, SAR – Setor de Sindicalismo Rural, 1962):

CAMPONÊS: Nós camponeses estamos sem terra,
pois a Reforma agrária não sai!

OPERÁRIO 1: Meus filhos não têm escola!

MULHER: Os meus morrem mais do que moscas!

OPERÁRIO 2: Nós passamos fome!

CORO (várias pessoas): Nossa nação continua no sub-
desenvolvimento, no sofrimento, com os pobres ficando
cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos.

OPERÁRIO 1: O Brasil continua sendo explorado pelos estrangeiros!

CAMPONÊS: O trabalho vai se enterrando num buraco cada vez mais fundo!

MULHER: Em 920 municípios brasileiros não existe um só médico!

CORO: O Brasil vai muito mal, muito mal! E os nossos políticos?

OPERÁRIO 2: De cada 100 pessoas no Brasil 60 não sabem ler!

CAMPONÊS: Só existem 120 hospitais infantis!

MULHERES: Nós não temos filhos! Os meninos não escapam!

CORO: O Brasil está um lamaçal!

CAMPONÊS: E nós queremos justiça!

TODOS: Eis que nos chama a revolução! Nasceu esta peça da injustiça dos homens!

HOMENS: E contra as injustiças levantem-se os justos!

CORO (grita): Eis que surge algo mais forte, mais humano!

E a terra toda treme com o grito dos justos! Treme e clama a terra. Já se escuta o grito: JUSTIÇA!

Os cadernos de politização, produzidos pelo Setor de Politização do SAR com a participação de integrantes do MEB, foram veículos que muito contribuíram para que monitores e alunos aprofundassem seus conhecimentos sobre a realidade brasileira.

AMIGO, este caderno vai tratar de um problema, que é como um câncer a comer as entranhas do Brasil. De um problema que só será resolvido se o encararmos com muita honestidade e coragem. Trata-se da situação atual de nossa Agricultura.

Alguém me perguntará: será importante assim o fato de Agricultura estar deste ou daquele jeito? Não será, isto um problema apenas dos que moram no campo?

Primeiro de tudo, quero lhe responder à última pergunta:

Não, companheiro. O problema do campo, não é só dos que moram lá. Lembre-se antes de tudo ser você um **HOMEM**. E que, como Homem, deve se preocupar com toda a Grande Família Humana. Você não pode estar feliz, amigo, quando mais de 60% dos brasileiros levam uma vida que não é vida de homem. Não pode estar em paz enquanto nos campos uma quantidade imensa de gente recebe um salário de fome. Salário que é fruto de um trabalho que tem única certeza, deixar na miséria os filhos que escaparem à morte. Trabalho que feito de um modo completamente ultrapassado

Caderno de Politização

N. 1 Cr\$ 5,00

A verdade nos fará livre

Em segundo lugar você me pergunta, se importa para um país, a Agricultura caminhar deste ou daquele jeito. Eu lhe respondo: de onde vem, companheiro, o alimento que você, que

Um câncer - A Agricultura

exige dois homens na enxada para alimentar um homem da cidade. E pensar que em outros países, um agricultor alimenta 10, ou 20 compatriotas...

E, por favor, não venha me dizer que isto acontece só porque os nossos trabalhadores são preguiçosos. Seja **IRMAO**. Seja **HOMEM** e observe este camponês sustentado pela rapadura pela farinha — quando há farinha — e me responda: que homem poderia dar mais do que ele dá? ... quem conseguiria lutar mais do que ele luta? ...

Seja **IRMAO** e pense nos bartanões que retiram cruzeiros e mais cruzeiros, de um salário que já era injusto. Seja irmão e pense nas escolas que não há. Nas crianças camponesas cheias de vermes. Nos trabalhadores que cospem seus pulmões rasgados pelo cansaço e pela fome.

Sim, o problema do campo é seu, amigo. E' de cada um de nós. Somos Homens. E o que toca aos homens, nos toca também.

nós comemos? porque este alimento está tão caro? não será porque produzimos pouco? não acha certo que uma Agricultura eficiente oferecendo produtos em quantidade e em qualidade, ajudaria a equilibrar este nosso cruzeiro que se desvaloriza como se fôsse dinheiro de criança?

E depois, de onde as fábricas, tiram em grande parte, as matérias para serem industrializadas? De onde, por exemplo, vem o algodão para ser transformado em tecido? ... Do campo, não é verdade? ... Ora se o campo não produz, a indústria não caminha como deve. Não tem como se diz: lenha para o fogão.

E' sério amigo. O problema da agricultura é nosso porque somos **UM SO**. Porque somos **IRMÃOS**. E' nosso também porque, só pelo que vimos, dele depende em parte o bemestar econômico e social de todos nós, do **BRASIL** enfim.

Examinemos pois com honestidade e vontade de enxergar claro, esta nossa Agricultura. Vamos, passe para o artigo seguinte. Ele lhe mostrará este problema.

Fonte: *Caderno de Politização*

O jornal *Vida Rural*, órgão oficial do SAR como já mencionado, não apenas levava informações ao meio rural, mas, também era um importante veículo de divulgação de tudo que acontecia nas Escolas Radiofônicas e comunidades, possibilitando uma rica troca de experiências e comunicação entre a Equipe Central e as escolas radiofônicas e entre as próprias escolas. (Anexo F).

Inúmeros artigos e poemas, escritos por monitores e alunos, eram publicados no referido jornal, valorizando-se assim a sua produção literária, que era enviada constantemente à equipe central.

O depoimento de Anália Pereira de Araújo, ex-aluna do 3º e 4º ano da Escola Radiofônica Santa Maria Gorete – São Paulo do Potengi em entrevista realizada no dia 17 de outubro de 2003, comprova esta afirmação:

De vez em quando eles estimulavam a gente a fazer uma redação, né? Prá mandar prá sede do MEB. E por duas vezes redações minhas saíram naquele... como era aquele jornal? (...) *Vida Rural*... Eu sei que um belo dia... Papai ia prá feira e passava lá em Monsenhor Expedito ... e ele disse: Leve para aquela cabrita ver o jornal! E tava lá: Anália, da Escola Santa Maria Gorete e tudo mais. Por duas vezes redações minha saíram, sim.

Os poemas e artigos escritos por monitores e alunos e também os poemas de Chico Traíra, tiveram lugar de destaque na programação educativa. Alguns deles foram incluídos como textos, no livro de leitura EDUCAR PARA CONSTRUIR. A seguir, transcrevemos um texto desse livro escrito por Alda Moreira da Silva, monitora das escolas radiofônicas:

A Importância do Rádio



O rádio é um aparelho que transmite a palavra ou qualquer outro som à grande distância por meio da eletricidade. Quem inventou o rádio foi um italiano chamado Guilherme Marconi. O rádio não é somente um poderoso meio de comunicação. O rádio é também veículo de boa formação moral e espiritual de homens que trabalham pela promoção de sua comunidade. Por exemplo, há cinco anos atrás, ninguém pensava na educação do homem campesino do Rio Grande do Norte. O mundo rural não participava da grande comunidade brasileira. Surgiu então a idéia de educar pelo rádio. As escolas radiofônicas foram instaladas. Graças ao rádio, o mundo rural libertou-se do isolamento.

(Monitôra Alda Moreira da Silva.
Escola N. S. de Fátima — Sítio S.
Luiz, município de Lages.
21/9/963)

O MUNDO RURAL LIBERTA-SE DO ISOLAMENTO

3

Fonte: MEB/Natal – Livro de Leitura *Educar para Construir*

O poema *Faces Sem Sorrisos*, da autoria de Chico Traíra, também foi utilizado nas práticas educativas e conscientizadora das escolas radiofônicas. Em versos, o poeta retrata toda a crueza do problema da fome vivido no meio rural nordestino:

FACES SEM SORRISOS

Chico Traíra – 1962

Menino qual o teu nome?
Que tens? Uma angústia louca?
É o cabresto da fome
Que amordaça a minha boca
Pois no meu nome Senhor
Só há desespero e dor
Tristeza e desolação
O meu nome nada importa
Fico a soleira da porta
Pedindo a esmola de um pão

E aquele rapaz quem é?
Que está ao pé do serrote?
É o meu irmão José
Que foi dá água ao garrote.
Chega José paciente
Senta-se no mesmo batente,
Vago olhar amortecido
Na palidez do seu rosto
Tinha a força do desgosto
De um jovem desiludido

O André chegou também
Ambrozia, Antonio e Tereza
Cada rosto uma tristeza,
Só alegria não vem
A pobre mãe numa rede
Embala, o pé na parede,
O filho mais pequenino

Dois ou três meses de idade
Mais é na realidade
Vitima do mesmo destino.

E o pequeno inocente
Sem brilho nos olhos seus
Sofre por culpa de Deus?
Não. Culpa dos homens somente.
Os homens sim são culpados
Que aos filhos dos desgraçados
Lançam os grilhões da miséria.
Não de Deus. A culpa é deles
Como se não fossem eles
Filho da mesma matéria.

Poemas como este eram utilizados na programação educativa e a partir deles eram levantados questionamentos para debates, realizados pelos grupos de audiência organizada das Escolas Radiofônicas.

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

A formação de pessoal, em todos os seus níveis de atuação, era uma das grandes preocupações do MEB, considerando a necessidade de capacitação específica para atividades próprias de um sistema radioeducativo. Acreditava-se que essa capacitação era imprescindível para se obter maior rendimento no trabalho e para acelerar cada vez mais o processo de assumir do povo.

No MEB/Natal, essa formação se fazia através de treinamentos, cursos, encontros, dias de estudo, reuniões e debates, que contribuíram para o aperfeiçoamento contínuo do trabalho e crescimento das pessoas envolvidas na sua ação educativa. Essas atividades integravam o processo de planejamento. (Ver item PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO MEB/NATAL).

Equipes Locais do MEB/Natal

Dentre as atividades de formação de monitores que foram realizadas os treinamentos de monitores tiveram destaque especial. Esses treinamentos começaram a ser realizados no início de 1961, período em que as escolas radiofônicas ainda não integravam o MEB, estavam vinculadas diretamente ao SAR. Visavam a preparação dos monitores para assumir atribuições necessárias ao funcionamento de uma Escola Radiofônica.

Assim acontecia a preparação dos treinamentos: de início, havia um questionamento com os monitores sobre seu cotidiano na comunidade. A partir dessa visão ampliava-se o conhecimento da realidade, para o âmbito do Estado, do País e do Mundo, e sua inserção nessa realidade. A seguir, eram dadas as orientações técnicas e pedagógicas para que o monitor pudesse desempenhar as suas atribuições nas tarefas a que se propunha realizar. O conhecimento era levado através de diálogos, questionamentos e atividades. A observância da vida interiorana, mostrava que o homem do campo, mesmo sem estudo, dominava, de forma prática noções teóricas, como era o caso da aritmética. É bom salientar para as novas gerações, que não havia o recurso das calculadoras. Mas, nas compras e trocas estabelecidas na sua vida diária, como produtores, compradores e feirantes, eles realizavam com surpreendente rapidez seus cálculos “de cabeça”. Diante dessa constatação, cabia ao professor mostrar de forma prática como expressar na escrita, através da representação gráfica dos números, esses procedimentos. E a professora Carmem Pedroza fazia isso com maestria. Seguindo a matemática moderna, traduzia tudo em desenhos, jogos, brincadeiras, para uma assimilação mais concreta e eficiente. Os monitores aprendiam sem maiores dificuldades.

Nessa ocasião, além das orientações didático-pedagógicas que eram ministradas pela professora-locutora eram discutidas questões diversas, pertinentes ao funcionamento operacional

da Escola: manuseio do rádio, calendário escolar, matrícula de alunos, controle de frequência, entre outras.

Em relação à distribuição do tempo entre os diferentes assuntos apresentados, observou-se que esse deveria ser mais restrito e os intervalos maiores, por não estarem os monitores habituados a uma reflexão mais demorada, em decorrência do seu saber eminentemente prático.

Essa comprovação levou a equipe a utilizar nos intervalos tipos de jogos e brincadeiras que propiciassem novos conhecimentos. Por exemplo, o jogo sobre estados e capitais do Brasil, quando o grupo era dividido em duas alas e se estabelecia a disputa. Dessa forma, a fixação do conhecimento se fazia naturalmente, exercitando-se não só a memória, mas a atenção, rapidez de reflexos e, sobretudo, uma aprendizagem prazerosa.

À medida que essas atividades pedagógicas se processavam de maneira dialógica, os monitores iam ficando à vontade para falar e interferir. Vinham as sugestões e solicitações e no final já faziam espontaneamente, músicas, versos ou palavras escritas expressando seu contentamento.

O “aprender fazendo” (Dewey) norteava a realização dos treinamentos que foram gradativamente aperfeiçoados pela equipe do MEB/Sistema Natal. Sua nomenclatura, inclusive sofreu modificação: em vez de treinamentos passou a ser chamado curso de monitores.

A partir de 1962, com a campanha de Politização desencadeada pelo SAR, esses cursos deram maior realce à politização e conscientização. Portanto, a visão da realidade objetivando a formação de uma consciência crítica – que foi alavanca inicial dessa atividade de preparação de monitores, prosseguiu de forma mais aprofundada.

Esse conhecimento por parte da Equipe e dos líderes locais, possibilitava descobrir e enumerar as necessidades prioritárias de cada comunidade, para uma intervenção possível e consciente nas mudanças. Era o se perceber sujeito da

história que aglutinava, dava ânimo e coragem naquele trabalho desbravador.

Vale ressaltar que o aprofundamento e a melhor estruturação dos cursos somente foram possíveis graças a avaliação das experiências realizadas no ano de 1961. A duração de quatro dias permaneceu em 1962 e não houve alterações no seu conteúdo básico. No trecho de Relatório Avaliativo, a seguir, pode-se ter uma idéia de como se realizava essa preparação de monitores, em março de 1963, e qual o seu conteúdo.

Relatório do Curso de Monitores em Touros 1963

Realizou-se nos dias 25 a 28 de março de 1963, no centro social de Touros, um curso de treinamento para vinte monitores de Touros, incluindo as seguintes localidades: Catolé, Arizona, Cruzamento, Bebida velha, Pureza, Reduto, Baixa do Quinquim, Serra Verde, Cana Brava, Boa Cica, Carnaubinha, São José de Touros, Tabua do Reduto, Lagoa do Sal e fazenda Ubaieira.

Dos vinte participantes somente dois haviam participado de cursos de treinamentos de líderes.

As aulas foram ministradas pelos membros da equipe do MEB Antonio Pio Ribeiro e Raimunda de Castro.

Horário do Curso

08h. Início dos trabalhos
09h. Merenda
09h30min. Reinício dos trabalhos
12h30min. Almoço
13h30min. Reinício dos trabalhos
15h30min. Merenda
16h. Reinício dos trabalhos
18h30min. Encerramento dos trabalhos
19h. Jantar
20h. Recreação
21h40min. Silêncio

ASSUNTOS DAS AULAS

1º DIA:

MANHÃ: (OBSERVAÇÃO) Em virtude de não terem chegado os monitores na parte da manhã tivemos que dar o curso na parte da tarde às 13 horas.

TARDE: Estudo em círculo sobre a realidade atual, partindo da vida do campo até a internacional.

NOITE: Recreação e palestra sobre o valor e necessidade da recreação.

2º DIA:

MANHÃ: síntese do que foi visto nos círculos ressaltando os Problemas do Brasil, Nordeste e das Localidades.

Nossa realidade e necessidade de Educação de Base.

TARDE: Educação de Base e Seus Objetivos.

Papel do monitor, o monitor e o sindicato.

O monitor na sua Escola.

NOITE: Recreação, jogos, brincadeiras de salão e danças.

3º DIA:

MANHÃ: Discussão em círculos sobre a preparação da comunidade para receber a Escola.

Assembléia para a apreciação das decisões tomadas em círculo.

TARDE: Como preparar a comunidade para receber a Escola. (história de Maria – experiência negativa e história de Antônio – Experiência vitoriosa).

NOITE: Audição do folheto “Nova Escravidão” (Cantoria)

4º DIA:

MANHÃ: Motivação dos monitores, através da história de Antônio, para a dramatização de uma reunião com a comunidade.

TARDE: cuidados com o receptor, antena, material didático, correspondência etc.

MÉTODO EMPREGADO

Usamos o método globalizado, procurando evitar o diretivismo. Os assuntos foram estudados em círculos de debates, assembléias e exposições. As exposições foram quase todas realizadas com o auxílio de flanelógrafos e cartazes.

Todos os monitores terminaram o curso, conscientes de sua missão e responsabilidade diante dos problemas do Brasil, Nordeste e suas comunidades.

Fomos surpreendidos com o aproveitamento dos círculos, pois verificamos que os monitores tinham consciência de sua realidade analisada sobre os seguintes aspectos: educacional, político, econômico, social, saúde e religião.

ANÁLISE DOS PONTOS NEGATIVOS E POSITIVOS

NEGATIVOS:

- Não foi distribuído a programação do curso.
- Material didático falho.
- Não começamos o curso na hora marcada.

POSITIVOS:

- Disciplina
- União e entusiasmo
- Mística
- Missa de encerramento com a participação dos monitores.
- Participação do pessoal da cidade nas recreações
- Adesão voluntária para a criação do Comitê
- Radiofônico e ajuda da Escola Radiofônica existente na cidade.
- Muita espontaneidade por parte dos monitores durante as aulas.

SUGESTÕES

1. Organizar melhor o material didático.
2. Falar com mais precisão sobre Cooperativa, Sindicato e Migração
3. Organizar a missa do monitor.
4. Chegada com maior antecedência da Equipe do MEB.

Além dos treinamentos realizados para os novos monitores, quando da implantação das escolas, numa segunda etapa tiveram lugar treinamentos de atualização ou reciclagem para os antigos monitores, a fim de rever e aprofundar o trabalho no que necessitava ser adaptado, modificado ou complementado.

Além disso, com objetivos específicos e em ação conjunta com setores do SAR, ou com órgãos diversos atuantes no meio rural, eram realizados, por exemplo:

a) cursos sobre cultivo de hortas, construção de fossas, sindicalismo, cooperativismo, politização etc. Esses cursos, realizados diretamente nas comunidades e, também pelo rádio eram destinados não apenas aos monitores, mas aos alunos das escolas radiofônicas e grupos diversos da comunidade.

b) encontros, com menor duração, visando uma maior capacitação dos monitores e avaliação do trabalho desenvolvido pelas Escolas Radiofônicas. Em anexo apresentaremos quadro demonstrativo dos Cursos de Monitores e de Encontros realizados durante o ano de 1963 (Anexo G).

c) dias de estudo, com duração de no máximo 2 dias, objetivando o aprofundamento de temas pedagógicos, destinados aos monitores e freqüentemente com a participação de outros líderes comunitários.

A supervisão organizada e sistematizada, sobre a qual falaremos no capítulo a seguir, também, possibilitava um contínuo aperfeiçoamento dos envolvidos no processo educativo do MEB/Natal.

Essas atividades de formação de pessoal, embora sendo a partir de 1962 da responsabilidade direta dos supervisores, contavam com a participação dos coordenadores, das professoras-locutoras e demais integrantes da Equipe Central em todas as suas fases: planejamento, execução e avaliação. O “aprender fazendo” também se aplicava à mencionada equipe que aprendia e crescia com as trocas estabelecidas, nas quais os conhecimentos acadêmicos eram confrontados com a realidade. Os trechos de cartas a seguir ilustram essa afirmação.

[...] Neste início de peregrinação interiorana estou adquirindo vivência. (Zélia Faria, 1961)

[...] O contato pessoal nos enriqueceu. Adquirimos conhecimentos da realidade e confiança. Fatores muito importantes, para qualquer realização, principalmente educacional. (*idem, ibidem*)

O processo de formação de pessoal muitas vezes necessitava ser flexibilizado, diante das solicitações que surgiam das comunidades; extrapolando-se o planejamento inicial, como comprova carta da coordenadora do MEB/Natal.

[...] Eu reassumi hoje meu posto, mas, já havia dois telegramas chamando a Equipe de Escolas para São Tome, fundar 20 escolas. E, assim teremos que fazer uma “viagenzinha” que não estava no programa...[...] (*idem, ibidem*).

Equipe Central do MEB/Natal

Além do “aprender fazendo”, os componentes da Equipe Central organizavam e participavam de dias de estudo semanais, seminários e encontros da própria equipe, bem como

de encontros coordenados pela Equipe Estadual do Rio Grande do Norte, dos quais participavam também os componentes do MEB/Caicó e do MEB/Mossoró. Por outro lado, integrantes da referida equipe participaram de treinamentos, cursos e de vários encontros regionais e nacionais, realizados em outros Estados e coordenados pela Equipe Nacional do MEB. Em Natal, especificamente, o primeiro encontro coordenado pela Equipe Nacional, somente foi realizado em 1963, envolvendo as Equipes Centrais dos Sistemas de Natal, Caicó e Mossoró e com participação de integrantes de sistemas de outros estados.

Outrossim, o assessoramento realizado pela Equipe Nacional dava-se de forma sistemática, contribuindo para ampliação da visão crítica da realidade e para a revitalização do processo educativo desenvolvido pelo MEB/Natal, como comprova o depoimento de Nazira Vargas:

Para nós do Rio Grande do Norte, uma coisa que aqui contou muito foram as supervisões realizadas pela Equipe Nacional. Era uma atuação junto com as equipes locais, no dia-a-dia, participando de supervisões, treinamentos de monitores, etc. Sobretudo algumas pessoas tinham uma força imensa na revitalização do nosso trabalho. (Vargas, 1986, p. 92).

Dessa forma, o caminho ia sendo coletivamente construído. As dúvidas e inseguranças suscitavam a necessidade de aprofundamento. O caminho construído ia sendo melhorado, aperfeiçoado. O processo era contínuo.

Capítulo IV

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO MEB/NATAL

O planejamento da ação educativa do MEB/Natal era realizado em vários momentos. No final de cada ano, após uma revisão do trabalho realizado, efetivava-se o planejamento para o ano subsequente, quando eram definidas as linhas e os meios de ação, a programação técnico-administrativa a ser realizada, os assuntos a serem estudados ou aprofundados, o relacionamento com setores do SAR e outras instituições atuantes no meio rural. Esse momento acontecia dentro do encontro de Planejamento do SAR, com a participação de todos os setores. A partir daí, a Equipe Central realizava mensalmente o planejamento de suas atividades, após uma revisão que tinha como roteiro a chamada “Fórmula para Revisão Mensal”. (Anexo H). Naquele momento era escolhida a Unidade Temática que embasaria as aulas, programas e demais atividades educativas durante o mês seguinte e elaborados os “calendários de atividades” das equipes: de professores, supervisão, estudos. Além disso, semanalmente era realizada uma reunião de planejamento com a participação de todos os integrantes da Equipe Central, na qual eram analisadas as dificuldades surgidas e tomadas as decisões

necessárias para o prosseguimento das atividades. Após esse momento, cada equipe detalhava e desenvolvia suas ações específicas que eram devidamente documentadas, permitindo assim uma avaliação no próprio processo.

A avaliação para o MEB significava um processo de acompanhamento permanente e contínuo das atividades, por meio da supervisão, dos comitês-radiofônicos, visitas, reuniões, correspondência de monitores e alunos, mapas de matrícula, ficha de frequência, testes de aproveitamento escolar e revisão constante do trabalho desenvolvido.

Eram elaborados relatórios avaliativos mensais, trimestrais, semestrais e anual dos quais constavam o que tinha sido realizado, pontos positivos, dificuldades (financeira, material, técnica, de pessoal) e dados estatísticos do período. Esses relatórios, além de subsidiarem o planejamento, eram enviados à Equipe Nacional, para acompanhamento da ação educativa desenvolvida pelo MEB/Natal. Apresentamos trechos de alguns relatórios avaliativos:

Diante da urgência de ser resolvido o problema da interferência da Rádio Tupinambá, as Escolas Radiofônicas, representadas pelos Comitês, realizaram uma campanha de telegramas ao Presidente da República. Os telegramas tinham a finalidade de protestar ante a irregularidade da Rádio Tupinambá e exigir uma solução urgente do problema. Para a organização desta campanha a Equipe Central se deslocou a 34 municípios. Os telegramas passados representam o nº de pessoas prejudicadas. (MEB/Natal Relatório de Revisão trimestral, 1963, p. 1, 1963)

O movimento, por força das necessidades locais, cresceu assustadoramente. O resultado deste crescimento precoce trouxe o grave perigo de superficialidade. Vendo isto, a Equipe organizou uma supervisão

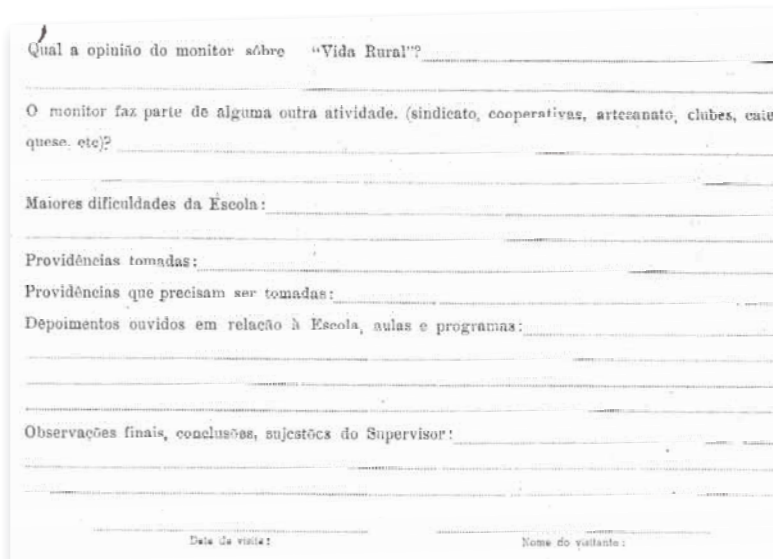
sistemática das escolas, através de cursos, reuniões, concentrações e visitas, tendo realizado um intenso programa de atualização dos monitores. (Relatório do MEB/Natal, 1963, p.7).

Obtivemos, através do depoimento dos grupos, uma visão do trabalho desenvolvido no 2º semestre, concluímos que nos municípios onde há comitês organizados houve um melhor atendimento às escolas, tanto no que se refere a material, como na supervisão pelos supervisores responsáveis de comitês (supervisores locais). Foram realizadas reuniões de monitores e algumas reuniões de comunidade com a coordenação dos supervisores locais. (MEB/Natal, Relatório de atividades do 2º semestre de 1966, p.5).

A supervisão era entendida como “um serviço técnico especializado, pelo qual se conhece melhor um trabalho, criando possibilidades de melhor desenvolvê-lo e aprofundá-lo”. Significava “uma presença no local de trabalho, motivando uma troca de experiências entre, líderes e povo, a partir da vivência dos problemas da comunidade”. (MEB, Supervisão, s/d, p.1).

A supervisão era realizada de forma direta por visitas às escolas radiofônicas, centros sociais, clubes e comunidades e por reuniões com Comitês Radiofônicos, monitores, alunos, líderes em geral, comunidades etc. Existiam fichas de visitas às escolas radiofônicas e de reuniões com Comitês; eram preenchidas pelos supervisores, que também elaboravam relatórios de cada atividade realizada. Também eram utilizados meios de supervisão indireta, por exemplo: um encontro de líderes de um município. Os meios auxiliares utilizados pela supervisão eram: circulares aos monitores, visitas de monitores e alunos à sede do MEB, cartas de monitores e alunos, informações de pessoas da comunidade, participação em festas nas comunidades, contatos com outras entidades atuantes no meio rural.

Apresentamos dois documentos utilizados pelo MEB em suas atividades de supervisão: modelo de ficha de supervisão e Relatório de Visita a uma escola.



Qual a opinião do monitor sobre "Vida Rural"?

O monitor faz parte de alguma outra atividade. (sindicato, cooperativas, artesanato, clubes, caiquese, etc)?

Maiores dificuldades da Escola:

Providências tomadas:

Providências que precisam ser tomadas:

Depoimentos ouvidos em relação à Escola, aulas e programas:

Observações finais, conclusões, sugestões do Supervisor:

Data da visita: Nome do visitante:

Frente e verso da Ficha de Visita às Escolas

RELATÓRIO DA VISITA A SERROTE

Tivemos oportunidade de visitar no dia 9 de junho de 1962 a comunidade de Serrote. A Escola Radiofônica de Serrote foi fundada em 1958. Denomina-se Escola São José. Trata-se de fato de uma Escola que é o Centro da Comunidade. Ao redor da mesma criou-se: Clube Agrícola, Clube de Jovem e Clube de Mães.

O Clube Agrícola possui um trabalho em horta realmente excelente. Interessante é notar que além da horta comum, as crianças já treinadas plantaram suas hortas particulares. Vimos estas crianças. Sentimos sua alegria em nos mostrar suas plantações.

Crianças educadas. Crianças desenvolvidas a todos cumprimentavam. Note-se, por exemplo, o orgulho de um menino de seis anos mais ou menos, ao dizer que só bebia água fervida.

O Centro Social por ora funciona na casa da monitora. Esta monitora Dalvina Pereira e Maria Pereira Bezerra são fermento de todo este desenvolvimento comunitário.

Excelente também, o fato de ser o irmão destas monitoras, líder sindical. Aí se reúnem, por isso, também, os sindicalizados locais. Aí fazem suas reuniões, seus debates.

Ponto a aprofundar, foi a declaração das líderes locais: “o primeiro movimento que surgiu aqui, foi a JAC. A JAC foi formidável. Fez a fermentação. Depois veio a Escola Radiofônica. Daí foi se alastrando”.

Na Escola Radiofônica de Serrote cartazes os mais diversos, espalham-se pelas paredes. Na entrada da casa há um que diz: APRENDA A LER PELO RÁDIO. Na sala onde funciona a Escola há um jornal noticioso. Nele a monitora coloca recortes de jornais, artigos, manchetes etc.

Toda uma motivação espalha-se pela casa. Assim, em cima do pote lê-se: BEBA ÁGUA FERVIDA.

Na copa, um bonito cartaz ilustrado faz alusão à alimentação de verduras e frutas.

Quando lá chegamos, encontramos a turma empenhada em confeccionar cartazes de politização. Frases como: VOTO NÃO SE VENDE, CONSCIÊNCIA NÃO SE COMPRA. NA DEMOCRACIA O VOTO É A ARMA DO POVO etc. espalhavam-se nas diversas mesas. Estes cartazes serão colocados nas paredes das casas, nas feiras, nas bodegas e na sala de aula.

Enfim, nesta Escola Radiofônica reúne-se toda a comunidade (chegados de imprevisto, lá encontramos umas 20 mocinhas planejando festas juninas.)

Desta Escola parte, além da instrução, toda uma intensa campanha de politização. Dela sai também com uma vibração de despertar vivências, todo um cristianismo amor. Cristianismo que é constante. Dar-se a Deus e a comunidade. (VARGAS, Relatório de visita,1962.)

Por este relatório podemos perceber a ligação que havia entre todos os trabalhos existentes na comunidade, independentemente de serem assessorados pelo MEB ou pelo SAR. O mesmo acontecia com trabalhos realizados por outras instituições como ANCAR e DNERu. Dentro da comunidade tudo se somava para multiplicar benefícios em prol da melhoria de vida dos seus habitantes.

A Equipe Central do MEB/Natal e as diversas equipes do SAR motivavam e incentivavam essa interação, quer em contato direto, quer pelos programas radiofônicos, como comprova o depoimento de Anália Pereira, ex-aluna de uma Escola Radiofônica de São Paulo do Potengi:

Acho de modo geral, os programas... o de Centros Sociais, então, era assim: o que era Centros Sociais e tudo, como era que se trabalhava como era que se conduzia os trabalhos de comunidade e davam dicas muito boas... naquela época o MEB e a JAC eram o carro chefe, como se diz, na questão da juventude lá e, trabalho de sindicatos... Eu sei que era assim, um ajudava o outro a gente sentia essa questão... na questão da economia... o incentivo olhe, o incentivo... porque nós também, a gente despertou por conta do MEB, da JAC para usufruir de todos os serviços possíveis e imagináveis que tivesse ao nosso alcance. Era a ANCAR que hoje é EMATER... a ANCAR fazia um trabalho muito bonito da área de economia doméstica... o cultivo de hortas... a gente nunca tinha ouvido falar em cenoura, ervilha, imagina! Foi quando vim conhecer ervilha, beterraba,

tudo! Por exemplo, em Serro Azul ninguém tinha uma privada em casa, a questão sanitária né? E então, foi por causa dos movimentos todos que estimulavam a gente, por exemplo, a questão da saúde, o problema da verminose...então, uma forma de combater era você ter privada.

A JAC também estimulava a gente, despertava a gente para que a gente se juntasse. Quanto mais a gente se juntasse, uns com os outros, com as instituições que visavam melhoria, promoção humana... então a gente fosse atrás. (Anália Pereira, Natal, 2003)

O trabalho da supervisão foi de grande importância na criação, estruturação e funcionamento dos Comitês Radiofônicos que desempenharam papel fundamental na descentralização, sistematização e aprofundamento da ação do MEB/Natal. Com o surgimento e funcionamento dos Comitês Radiofônicos, o MEB foi aos poucos passando a coordenação às lideranças locais que determinavam, junto com sua comunidade, os trabalhos mais necessários a serem desenvolvidos.

Começaram a surgir em 62, comitês de liderança local, constituídos e escolhidos pelos próprios monitores. Descobria-se assim, como se vê, o meio do povo realmente assumir o movimento. Cada comitê era responsável direto pelas Escolas Radiofônicas do seu município. (MEB, 1963).

O Comitê Radiofônico era constituído por um mínimo de três monitores, com plantão na sede municipal nos dias de feira, ocupando a função de coordenação, secretaria, tesouraria e um monitor para cada núcleo de cinco a dez escolas. Esses monitores visitavam as escolas do seu núcleo, preenchendo fichas de visitas que eram por ele apresentadas nas reuniões do

seu Comitê. O trecho do relatório, a seguir, fala da estruturação de um Comitê:

Um dos objetivos do nosso encontro foi a construção do Comitê Radiofônico, para tanto, dividimos o município em sete núcleos, tendo em vista a proximidade das escolas. Cada um desses núcleos agrupou no máximo dez escolas, ficando um monitor eleito pelos demais monitores do seu núcleo, encarregado de supervisionar as escolas ali existentes. Os monitores responsáveis pelos núcleos pertencem ao Comitê e se reunirão uma vez por mês na sede do Comitê na cidade, a fim de informar a situação de seu núcleo. O dia da reunião foi escolhido o último sábado de cada mês. A essa reunião deve comparecer um elemento da Equipe Central. (MEB, 1963, p. 4).

Eram muitas as atribuições dos referidos Comitês, entre elas: distribuição do material didático às escolas; visitas para orientação e ajuda aos monitores na solução de dificuldades; substituição de rádio e envio para conserto daqueles que não funcionavam; envio de correspondência dos monitores e alunos e de documentação das escolas à Equipe Central (mapas de matrículas, fichas de frequência de reuniões, de visitas); entrega de boletins informativos, circulares e outros documentos aos monitores e venda de folhetos de cordel, Caderno de Politização, jornal *Vida Rural* e outros; envio de relatórios ou cartas à equipe de supervisão sobre o funcionamento do Comitê no seu município e das dificuldades encontradas. Os dados registrados na ficha de reunião do Comitê, modelo a seguir, subsidiavam a elaboração desses relatórios ou cartas:

Depoimentos mais importantes: _____	

Problemas encontrados _____	

Providências tomadas _____	

Providências a tomar _____	

Atividades do Comitê no último mês: número de Vida Rural entregues _____	
Número de fichas de chamadas enviadas _____	n. de visitas realizadas _____
m ^o de reuniões _____	

Verso da Ficha de Reunião de Comitê

Fonte: MEB/Natal

Mais tarde a Equipe Central sentiu a necessidade de dividir a área atingida pelo Sistema em nove subáreas de supervisão, visando maior rendimento e unidade de ação. A idéia era entregar cada subárea a um Supervisor Zonal, monitor capacitado para essa função, que passaria a integrar a Equipe Central, com remuneração do MEB. Além das atividades no interior, ele participaria do planejamento anual e revisões trimestrais junto com a Equipe Central. Como experiência, o MEB/Natal teve apenas alguns Supervisores Zonais.

Cada subárea tinha um supervisor responsável (da Equipe Central ou Zonal), com datas definidas para realização do seu trabalho no calendário mensal da supervisão, segundo modelo a seguir:

CALENDÁRIO MENSAL

SUPERVISÃO

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX
2	3	4	5	6	7
9	10	11	12	13	14
16	17	18	19	20	21

Fonte: MEB/Natal

As subáreas, identificadas por letras do alfabeto, compreendiam em média cinco a seis municípios, que eram agrupados levando-se em consideração: a proximidade entre eles, o número de escolas radiofônicas existentes e os Comitês Radiofônicos em funcionamento. A ação supervisora realizada dessa forma possibilitou não apenas um melhor acompanhamento das atividades, mas também uma maior organização e autonomia dos Comitês Radiofônicos.

Não há dúvida de que as atividades pedagógicas desenvolvidas pela supervisão do MEB/Natal foram essenciais para que sua ação educativa transcorresse de forma satisfatória, apesar das grandes dificuldades encontradas.

Capítulo V

O GOLPE CIVIL-MILITAR: CONSEQUÊNCIAS SOBRE O MEB/NATAL

As equipes do MEB ficaram sob a mira dos órgãos de repressão em todo o país a partir de fevereiro de 1964, quando a Polícia do Rio de Janeiro apreendeu o livro de leitura *Viver é Lutar*. Deflagrado o golpe militar em 31 de março desse mesmo ano, os movimentos de educação popular em todo o território brasileiro foram duramente atingidos e o MEB não ficou imune. O depoimento a seguir evidencia esse momento vivido pelo MEB/Natal.

Aqui em Natal, poucos dias após o golpe, eu estava emitindo minha aula quando o Exército chegou à Emissora de Educação Rural e à sede do MEB que ficavam em prédios vizinhos. Caminhões com soldados armados de metralhadoras, fuzis e baionetas pararam no quarteirão. Alguns militares entraram e a ordem era tirar do ar a emissora e levar quem estivesse emitindo a aula, quem se encontrasse na sede. Nesse momento, D. Eugênio que se encontrava no seu gabinete localizado

no mesmo prédio onde funcionava a Emissora Rural, entrou em contato com o comando do Exército e impediu que nos levassem. (Carvalho, 1985, p.58).

A partir daí foi instalada a censura. A emissão das aulas e programas não podia mais ser ao vivo. Essa censura, no entanto, que começou a ser efetivada por militares, passou a ser executada dentro do próprio SAR, em decorrência de negociação feita por D. Eugênio Sales que, para evitar maiores alterações nos conteúdos transmitidos nas aulas, assumiu total responsabilidade pela emissão da programação educativa na Emissora de Educação Rural, indicando pessoa de sua confiança para realização da censura exigida. Como a emissão das aulas e programas era gravada com antecedência, devido à censura, a Equipe Central ficou com mais tempo livre para as viagens, podendo concentrar suas atividades diretamente no campo dinamizando-a, conseguindo *minar* o bloqueio da censura prévia.

Esse período foi chamado de momento de aprofundamento. De 1964 a 1966, realizaram-se inúmeros *encontros e dias de estudo* com os Comitês Radiofônicos e monitores, bem como cursos de atualização e aprofundamento para monitores e líderes rurais. Intensificaram-se as visitas aos Comitês e reuniões com as comunidades. As dificuldades, porém, foram aumentando progressivamente. O círculo imposto pelo governo ditatorial aos poucos foi se fechando. Em julho de 1966 a CNBB modificou os objetivos do MEB, cedendo às pressões que vinha recebendo de significativa parcela do Episcopado e do Governo. Com essa modificação, a orientação filosófica passou a ser de responsabilidade do bispo de cada Diocese ou Arquidiocese onde o trabalho era desenvolvido, perdendo assim o MEB a sua autonomia e unidade nacional, embora continuasse com a mesma nomenclatura. Como disse Vera Jaccoud, ex-integrante da Equipe Nacional:

Daí por diante, o fechamento passou a ser só uma questão administrativa. Não havia mais expectativa de sobrevivência do movimento. Os controles estavam nas mãos do episcopado e do governo. (Jaccoud, 1986, p. 116).

Nos meses que antecederam a julho de 1966, quando as referidas modificações estavam sendo discutidas pelo Conselho Diretor Nacional (CDN), órgão do MEB que fazia a vinculação com a CNBB, houve mobilização e tomada de posição por parte das equipes de diversos sistemas, dentre eles o MEB/Natal, contrárias ao esfacelamento do MEB, conforme evidencia carta da então coordenadora Marlíria Ferreira Melo,²² datada de 27 de maio de 1966, encaminhada à Secretaria Geral do MEB.

[...] experiências isoladas levam a interpretações diversas de educação, podendo limitar-se à simples alfabetização, mutilando a própria essência do MEB (...) deixando de atender à própria razão de ser do Movimento que foi criado para enfrentar um problema que se coloca em termos nacionais: promoção do homem brasileiro principalmente daquela maioria que vive nas áreas subdesenvolvidas. (Melo, 1966, p. 1-2.)

A referida coordenadora finaliza a carta evidenciando o clima de apreensão e de decepção da Equipe:

Entretanto diante das perspectivas demonstradas nesta carta, consideramos a impossibilidade de continuação do Movimento como tal e que, esfacelado e mutilado dificilmente atingirá os objetivos reais da educação, própria essência do Movimento de Educação de Base. (Melo, 1966, p. 4).

22 Marlíria Ferreira de Melo Nóbrega, professora da UFRN, falecida no ano 2000, integrou a Equipe de Supervisão e coordenou o MEB/Natal, de julho de 1964 a setembro de 1966.

Respalhada nas cartas recebidas dos diversos sistemas, a Equipe Nacional, também explicita sua posição perante o CDN.

No momento em que o povo no Brasil, sofre pressões e perseguições, declaradas ou encobertas, e o MEB sofre semelhantes pressões e perseguições, no momento em que vemos chegar de parte significativa do pessoal comprometido como nós com o Movimento, cartas que são a explicitação clara de sua responsabilidade diante da situação, por ocasião do encontro do Conselho Diretor Nacional, julgamos oportuno como membros da Equipe Técnica Nacional, expressar também o nosso pensamento. Solicitamos que este documento seja apresentado aos senhores membros do CDN, bem como autorizamos fazer dele o uso que lhes parecer mais indicado. (CDN, 1966)

Nesse mesmo documento, diante das perspectivas de esfacelamento do MEB, a Equipe Nacional realiza uma análise do momento político vivido, ressaltando a missão da Igreja, o amadurecimento do laicato, a tomada de consciência do povo e a importância e originalidade da experiência de educação desenvolvida pelo MEB, enfatizando a necessidade de manutenção da unidade nacional do Movimento e reafirmando o compromisso com as camadas pobres e oprimidas da população:

Qualquer tentativa de divisão do Movimento está contra a decisão clara das equipes, tantas vezes demonstrada, e contra o nosso pensamento mais explícito. Dividi-lo opõe-se à sua própria essência, pois ele foi criado, estruturado e se desenvolveu como exigência de uma problemática de âmbito nacional. Reparti-lo representa um retrocesso no próprio sentido do Concílio, não

só porque é a negação do chamado à unidade, mais também porque é uma deliberação a ser tomada contra a vontade e a decisão explícita dos leigos que construíram com o povo o que é hoje o Movimento, e são também responsáveis por ele.

Queremos reafirmar o nosso compromisso com os camponeses, com os pobres, com aqueles que sofrem perseguições por amor à Justiça. Consideramos a importância, maior agora, de um trabalho com o povo, um movimento educativo de âmbito nacional. Vemos a importância de assumirmos hoje, leigos e hierarquia, a co-responsabilidade deste trabalho. Declaramos nossa disposição de continuar nosso compromisso no Movimento de Educação de Base, dentro do espírito desta carta, que julgamos ser o único coerente com a própria história do Movimento. (CDN, 1966)

Com a perda da unidade nacional, em julho de 1966, apesar dos protestos, intensificou-se o clima de tensão e incerteza vivido pelo MEB, em particular, pela Equipe do MEB/Natal. A orientação expressa pelo então arcebispo de Natal, D. Nivaldo Monte, era que a programação educativa do Sistema fosse mantida nos limites que a situação vigente permitia. Por outro lado, as dificuldades financeiras aumentavam dia-a-dia, emperrando o desenvolvimento das ações planejadas.

Os recursos destinados ao MEB, que desde 1964 vinham sendo cortados, foram drasticamente reduzidos no segundo semestre de 1966, obrigando a redução de pessoal, equipamentos, material. Em Natal, por exemplo, os dois veículos do sistema não podiam mais fazer viagens porque não existiam recursos para combustível, nem para manutenção. As áreas de atuação foram redimensionadas levando-se em consideração, prioritariamente a proximidade de Natal. Em setembro, a Equipe Central foi reduzida à metade. Os municípios atingidos, escolas e alunos também sofreram redução. O quadro demonstrativo

das Escolas Radiofônicas do MEB/Natal, no período 1961 a 1963, em anexo, retratam aquele momento histórico, de transição, num constante caminhar para o cerceamento total das atividades educacionais do MEB. (Anexo I)

Merece destaque o processo democrático encontrado pela Equipe Nacional para atenuar o problema da demissão de pessoal: delegou poderes aos diversos sistemas para estabelecimento de critérios de acordo com as realidades locais. Em Natal, foi realizada reunião para discussão do problema e escolha dos nomes. De forma solidária desligaram-se da Equipe Central os integrantes que tinham perspectivas concretas e imediatas de novo trabalho. Assim, uma a uma as pessoas foram se colocando até completar o número exigido, ou seja, 50% da Equipe. Conforme a legislação trabalhista vigente, todos os que se desligaram receberam a indenização devida. A seguir, trechos de relatórios que ilustram aquele momento vivido:

Diante da situação em que se encontrava o MEB, de dificuldades financeiras e redução de pessoal, tivemos que enfrentar o 2º semestre numa perspectiva de revitalizar o trabalho com o esforço conjunto de reorganização do sistema. Para isso tivemos inicialmente que reduzir a área de atuação a dez (10) municípios compreendidos nas zonas do litoral agreste. (MEB/Natal. Relatório das atividades do 2º semestre de 1966, p.1).

Tivemos a preocupação de informar os monitores de todas as crises que vem passando o Movimento. Dentro do esquema: Causas; Conseqüências; Perspectiva do MEB em plano nacional e do Sistema Natal; Líderes vivendo e assumindo este trabalho (MEB/Natal – Relatório dos Encontros de monitores, 65/66-p. 3).

Após setembro de 1966, o MEB que continuou existindo em Natal foi um MEB diferente, modificado, reduzido e

submetido a situações constrangedoras, como por exemplo, a falta de recursos para pagamento de pessoal, problema esse que somente foi sanado com a chegada dos minguados recursos oriundos do MEC, conforme o novo convênio firmado durante o Governo Militar.

A metade da equipe que ficou foi aos poucos encontrando novos caminhos e dando lugar a outras pessoas.

O MEB nesse período desenvolveu uma ação educativa na dependência imediata da Arquidiocese de Natal, sob a orientação do seu Arcebispo D. Nivaldo Monte. Essa ação educativa se prolongou até final dos anos de 1990, permanecendo, entretanto, com a mesma denominação: Movimento de Educação de Base (MEB).

Apesar de todas as restrições impostas ao Movimento, o Governo Militar apresentou em 1968 a candidatura do MEB ao Prêmio Reza Pahlevi, conforme noticiou a revista *Educação Hoje*:

Em 1968, o Governo Brasileiro apresentou a candidatura do MEB – Movimento de Educação de Base, tendo sido laureada essa Instituição com o Prêmio Reza Pahlevi de 1968, que foi entregue em cerimônia na sede da UNESCO, em Paris, durante as comemorações do Dia da alfabetização, 8 de setembro. O Prêmio MOHAMED REZA PAHLEVI foi criado por sua Majestade SHAHINSHAH do Irã, durante o congresso de Teerã.

Visa o prêmio a contribuir para suscitar e manter no público uma corrente de opinião ativamente favorável aos programas de alfabetização em curso e recompensar os serviços de uma Instituição, de uma Associação ou de uma pessoa que se distinga por uma atividade particularmente meritória e eficaz na luta contra o analfabetismo. (Revista *Educação Hoje*, abril/março de 1969, p. 113).

Ter o Governo apresentado o MEB para concorrer a tal prêmio causa estranheza, considerando-se que a imobilização e o fechamento posterior desse Movimento foram conseqüências das medidas tomadas por esse mesmo Governo, que resolveu criar, em 1968, outro programa de alfabetização, sem levar em conta as experiências educacionais do MEB, mesmo tendo, nesse mesmo ano, apresentado a sua candidatura ao Prêmio Mohamed Reza Pahlevi. Preferiu favorecer ao programa recém criado: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), carreando recursos para esse Programa, que apresentava, segundo Vanilda Paiva, “[...] objetivos políticos e ideológicos bastante nítidos” (1973, p. 297) de interesse dos governos de exceção que se instalaram no país, a partir de 1964.

Capítulo VI

TESTEMUNHOS: “O QUE O MEB SIGNIFICOU PARA MIM”

Concluindo esta reconstituição histórica, ouçamos alguns depoimentos de integrantes do Movimento, que viveram aquele momento histórico, e que construíram essa experiência educacional, e se construíram, erguendo pedra sobre pedra a catedral do conhecimento, do saber popular, numa construção quase única na história da educação brasileira:

Quando em 1952 foram criadas as escolas radiofônicas, eu já trabalhava no SAR. Era movida por uma grande sede de justiça social desde os tempos de vida estudantil, quando militava na JEC e na JUC. Entretanto, àquela época, eu apresentava ainda tendências de raciocínios lineares e de consciência ingênua, aceitando, por exemplo, sem questionar, as ordens que me eram dadas pelos escalões superiores.

Ao conviver com a Equipe do MEB/Natal e participar de suas reflexões, discussões e lutas, aprendi a ser dialética e contestadora, adquiri uma consciência crítica face as relações sociais e me senti mais engajada na

construção da História. Agradeço tudo isto à brava Equipe do MEB/Natal.

Safira Bezerra Ammann – Ex-Coordenadora do SAR.

O MEB significou para mim uma escola e uma aprendizagem que ultrapassou os bancos universitários. Anos 60, em Natal, éramos jovens recém formados movidos pelo idealismo de construir uma sociedade mais justa e fraterna e a Igreja comprometida, na época, com o social nos proporcionava as ferramentas: as Escolas Radiofônicas.

Nos cursos, visitas e contatos com monitores, alunos das Escolas Radiofônicas e comunitários saíamos enriquecidos nas trocas estabelecidas, quando somávamos experiências e saberes e nos descobríamos como cidadãos do mundo.

A participação em um Movimento desse porte foi tão marcante e significativa que gerou e selou compromissos permanentes em toda minha vida profissional e pessoal. E as amizades construídas em alicerces tão consistentes ultrapassaram fronteiras, venceram o tempo. E aqui estamos com alegria e entusiasmo após 40, 50 anos... contando essa história de muitos.

Zélia Faria Corrêa. Ex-Coordenadora das Escolas Radiofônicas do SAR e do MEB/Natal.

O MEB significou para mim a possibilidade de uma prática libertadora marcada pela troca de experiências e saberes, pelo respeito ao outro, pela solidariedade, pela disponibilidade, pela criatividade e, acima de tudo, pela alegria de participar da construção coletiva de um caminho novo na busca de uma sociedade mais justa e mais humana.

Posso afirmar que, a essência dessa importante e original experiência vivida há mais de 40 anos, sem nenhuma

dúvida, sempre se fez, se faz e se fará presente na minha prática profissional e em toda minha vida.

Natal, outubro de 2007.

Maria Araújo Duarte de Carvalho. Professora-locutora das Escolas Radiofônicas do SAR e do MEB/Natal. (1961 a 1966).

Considero uma das experiências mais ricas da minha vida, tanto no campo profissional, como pessoal. O MEB me ajudou a desvendar uma visão de mundo, de realidade, de pessoa humana, direcionando um sentido de vida para o engajamento e compromisso profissional com o homem do campo, aquele que externava no seu semblante a injustiça social.

Imbuída pelo ideal de mudança social, quando ainda estudante universitária vivenciei um trabalho apaixonante – a educação do camponês, ora através do rádio, ora nos contatos diretos com a base. Os encontros, treinamentos, dia de estudo, no dia a dia do trabalho, o relacionamento com monitores e alunos, oportunizavam-nos uma aprendizagem em equipe enriquecedora, não só de conteúdo, como de crescimento humano.

Maria José Teixeira Peixoto – Professora-locutora das Escolas Radiofônicas e Coordenadora do MEB/Natal.

O Movimento de Educação de Base, parafraseando o Evangelho, é a pedra angular da minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Afirmo isto, porque a vivência da experiência me ensinou uma nova forma de olhar e pensar a realidade, a entender o pensamento do poeta quando canta em um dos seus versos: *da minha aldeia eu vejo o mundo*.

No contato com as comunidades e no diálogo com os monitores, aprendi que a singularidade do conhecimento tem uma dimensão universal. No estudo coletivo da

realidade realizado pela equipe, eram estabelecidos nexos e relações, demonstrando que nenhum fato tem a explicação em si mesmo. E quão enriquecedor era participar dessa (re)construção permanente do real!

Foi também, de fundamental importância para minha formação profissional e pessoal, a certeza de que a leitura do mundo é um direito do cidadão. Portanto, é dever meu, como profissional e cidadã, exercer a mediação, proporcionando às pessoas as ferramentas para romper com a visão imediata, que, baseada em uma ontologia fatalista, impede a percepção estrutural da realidade.

Como lição de vida, aprendi, no convívio com os monitores e lideranças rurais, que a libertação e a construção de uma nova sociedade são tarefas intermináveis. É recomeçar sempre, porque como diz Fernando Pessoa: *nascemos a cada momento para a eterna novidade do mundo.*

Maria Lúcia dos Santos Silva. Ex-Vice-Coordenadora das Escolas Radiofônicas do SAR e do MEB/Natal.

Eu diria que o MEB foi o canal para a concretização da determinação que trazia dos tempos da Ação Católica, ou seja, a de me inserir numa ação em busca da construção de uma sociedade humanizada. O MEB foi um espaço onde este sonho/ação pode se realizar. Por outro lado, o MEB foi também a escola que me deu rumos, diretrizes para a inserção em todos os outros campos onde exerci minhas atividades profissionais. [...] Em resumo: o MEB me acolheu e acolheu os sonhos que eu trazia da Universidade, e mesmo antes da Universidade, e é inspirador para todas as outras inserções que eu fiz na vida. Além disso, o MEB foi ...é ... o espaço onde construí a maioria dos grandes laços de amizade que possuo.

[...] Mesmo décadas pós-MEB, em tudo que somos e fazemos, a vivência do MEB é régua e compasso, enquanto ação e enquanto construção de nossas individualidades, por quê? Para mim, esta resposta está na oportunidade, na capacidade que teve esse Movimento de aprender com o camponês. O segredo do MEB, o segredo da construção de cada um de nós, equipes de técnicos e profissionais que vivíamos MEB, esse segredo foi à qualidade da comunicação estabelecida com os trabalhadores, com os camponeses e as camponesas. Nós aprendemos uma coisa rudimentar e fundamental: aprender com o oprimido. Ver o oprimido não como alguém a quem a gente vai ensinar, mas cuja realidade ele vive, ele conhece e o nosso papel é ajudá-lo a pensar em cima dessa realidade, descobrir o seu papel transformador diante dela. Essa atitude de aprendizagem com o trabalhador, com a trabalhadora rural, com a criança rural, com a paisagem rural, aliada à consciência de que era necessário da nossa parte termos um aprofundamento teórico, uma visão política, sociológica, antropológica que os ajudasse a pensar as causas estruturais de sua situação de vida, esse foi a meu ver o segredo fundamental da atuação do MEB, e o segredo fundamental do por quê até hoje o MEB nos orienta enquanto visão de mundo, enquanto inserção, enquanto ação.

Rio de Janeiro, março de 2008.

Nazira Abib Vargas. Ex-Supervisora do MEB/Natal e Ex-Coordenadora Estadual do MEB/RN.

Referências

- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARVALHO, Maria Araújo Duarte. *MEB: resgate de uma experiência vivida*, 1985. Mimeografado.
- COLLARD, Padre Alberto Eugênio. *NEBRA; o nordeste na encruzilhada dos caminhos*. Bélgica/França: Edições Dimanche, 1964.
- COSTA, Maria Aída B., JACCOUD, Vera & COSTA, Beatriz. *MEB: uma história de muitos*. Petrópolis: Vozes, 1986. (Caderno de Educação Popular, 10).
- FERRARI, Alceu. *Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- FURTADO, João Maria. *Vertentes (Memórias)*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1976.
- GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: A Campanha de Pé no Chão*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

- LANDIM FILHO, Raul. Educação e Conscientização. *In*: FÁVERO, Osmar. *Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- MURPHY, Michael. The Natal Movement. Interviews with Dom Eugenio Sales, 1964.
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1973.
- REVISTA *Educação Hoje*, São Paulo, v. x, p. x, mês. 1969.
- VARGAS, Nazira. Revista *Contexto & Educação*, n. 44, out/dez 1966, Editora UNIJUI.
- WANDERLEY Luiz Eduardo W. *Educar para transformar, Educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARTAS

- BARBOSA, Dalva. [Carta] 2 ago. 1962, Fazenda Paraibona – RN.
- BRITO, Francisca. [Carta da Monitoria] [ca. 1962], Cana Brava – RN.
- COLETÂNEA DE CARTAS DE ALUNOS E MONITORES Das Escolas Radiofônicas de Natal – Material Informativo. Publicação n. 8. Natal: Oficinas Gráficas do SAR, julho de 1963.
- CABRAL, Marinete, RN, s/d.
- CANINDÉ, Francisco. [Carta do aluno] [196-], Fazenda São Pedro – Lajes, RN.
- CDN. [Carta] 13 jun. 1966, [s.l.].
- CRUZ, Pedro Antonio da. [Carta] 10 maio 1962, [s.l.].
- FARIA, Zélia de Araújo. [Carta] 18 jul. 1961, [s.l.].
- FARIA, Zélia. [Carta] 11 jul. 1961, [s.l.].
- FARIA, Zélia. [Carta] 23 jul. 1961, [s.l.].
- FARIA, Zélia. [Carta] 24 jul. 1961, [s.l.].

FERREIRA, Maria Dorotéia. [Carta da aluna] 02 jun. 1962, João Câmara, RN.
GÓIS, Maria. [Carta da aluna] 12 maio 1962, São Miguel, RN.
HERCULANO, Cândido. [Carta do aluno] 25 maio 1962, Serra Caiada/RN.
LIMA, Edileuza. [Carta] 7 jul. 1962, Lagoa de Lima, RN.
LIMA, Francisca. [Carta] 2 ago. 1962, Fazenda Ubáia, RN.
LIMA, José Gomes de. [Carta do aluno] 26 maio 1962, Campos Novos, RN.
LIMA, Maria José de. [Carta] 28 mar. 1962, Cajazeiras, RN.
MELO, Marlúcia Ferreira de. [Carta] 27 maio 1966, [s.l.]. 2p.
NINA, Maria. [Carta da Monitoria] 14 maio 1962, Fazenda Jenipapo, RN.
NONATO. [Carta] 4 ago. 1962, Serrote/RN.
Ó, Maria do. [Carta] 31 maio 1962, Caruaíba, RN.
OLIVEIRA, Rita Zélia de. [Carta] 15 maio 1962, Porto Carão, RN.
RAMOS, Maximina. [Carta da Monitoria] 21 ago. 1962, Nova Cruz, RN.
RIBEIRO, Maria da Conceição. [Carta da Monitoria] [196-], Surubaiá, RN.
SILVA, Edite. [Carta] 12 ago. 1962, Serra de Lombo, RN.
SILVA, Maria. [Carta] 19 maio 1962, Porto Carão/RN.
VASCONCELOS, Eunice. [Carta da Monitoria] [196-], São Gonçalo, RN.

FONTES ORAIS

LUCENA, Jardelino. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Teixeira Peixoto, José Mateus do Nascimento, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Zélia Faria Corrêa. Natal. 2004. 1 cassete sonoro (60 minutos)
FARIAS, Sofia Lima. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Teixeira Peixoto, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Safira Bezerra Ammann, Zélia Faria Corrêa. Natal, 2003. 1 cassete sonoro (60 minutos)

- AMMANN, Safira Bezerra. Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Teixeira Peixoto, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Márcia Maria de Sá Rocha, Zélia Faria Corrêa. Natal, 2003. 1 cassete sonoro (60 minutos)
- CARVALHO, Maria Araújo Duarte de .Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Safira Bezerra Ammann, Zélia Faria Corrêa. Natal, 2004. 1 cassete sonoro (60 minutos).
- ARAÚJO, Anália Pereira; FLOR, Lindalva; URBANO, Rosa; PEREIRA, Amaro; Entrevistadores:Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Peixoto, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Zélia Faria Corrêa. Entrevista com ex-alunos e ex-monitores das Escolas Radiofônicas. Natal, 2003. 1 cassete sonoro (60 minutos).
- RODRIGUES, José. Entrevistadora: Marlúcia Menezes de Paiva. Natal, 1992. 1 cassete sonoro. (60 minutos)
- BEZERRA, Maria do Nascimento. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Teixeira Peixoto, José Mateus do Nascimento, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Zélia Faria Corrêa. Natal. 2003. 1 cassete sonoro (60 minutos)
- ARAÚJO, Maria Celeste de. (ex-aluna). Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Teixeira Peixoto, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Safira Bezerra Ammann, Zélia Faria Corrêa. Natal, 2005. 1 cassete sonoro (60 minutos).
- SALES, D. Eugênio de Araújo. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Teixeira Peixoto, Márcia Maria de Sá Rocha. Natal, 2003. 1 cassete sonoro. (60 minutos).
- SANTOS, Maria de Lourdes. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Teixeira Peixoto, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Safira Bezerra Ammann, Zélia Faria Corrêa. Natal, 2004. 1 cassete sonoro (60 minutos).
- PEIXÔTO, Maria José. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Safira Bezerra Ammann, Zélia Faria Corrêa. Natal, 2004. 1 cassete sonoro (60 minutos).

- BEZERRA, Maria Pereira (Pereirinha), supervisora zonal do MEB. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria José Teixeira Peixoto, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Safira Bezerra Ammann, Zélia Faria Corrêa. Parnamirim, 2004. 1 cassete sonoro (60 minutos).
- CORRÊA, Zélia Faria. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Safira Bezerra Ammann. Natal, 2004. 1 cassete sonoro (60 minutos).
- GONÇALVES, Luiza. Entrevistadores: Marlúcia Menezes de Paiva, Maria Araújo Duarte de Carvalho, Safira Bezerra Ammann. Natal, 2007. 1 cassete sonoro (60 minutos).

DOCUMENTOS

- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Atos Institucionais – 230. Rio de Janeiro, 1946.
- MEB/Natal. Relatório de Revisão trimestral, abril, maio, junho, 1963.
- _____. Relatório do MEB, 11 de julho de 1963.
- _____. Relatório de atividades do 2º semestre de 1966.
- _____. Relatório de visita, 09.06.1962.
- _____. Relatório síntese da supervisão. Revista Julho/Agosto/Setembro – 1963.
- _____. Relatório de Encontro de Monitores de Santana do Mato. Jul. 1963.
- _____. Relatório do Curso de Monitores em Touros, 1963.
- _____. Projeto de Objetivos e Programas – MEB-1962. Natal, 1962.
- _____. Relatório de avaliação de treinamentos de monitores, de 21.05.1962.
- _____. Programa Conversa com Monitores e Aluno 01.12.1962.
- _____. Alma Brasileira. Programa “Dia do Monitor” 1963.
- _____. Relatório das atividades do 2º semestre de 1966.
- _____. Caderno de Politização N. 1, 1962.

- _____. Boletim Dia do Migrante. Natal: SAR, 1960.
- _____. Relatório dos Encontros de monitores durante o período de 65/66.
MEB/Nacional. *Justificação*, 1964. Rio de Janeiro: MEB/Nacional, 1963.
- _____. Sua origem, Sua ação e Seu conteúdo. Natal: SAR 1965, p. 4.
- _____. *Educar para Construir*. Natal: SAR, 1964.
MEB/SAR. Setor de Politização. Programa “Um Povo Politizado é Um Povo Livre”, 1962.

ANEXOS

- ANEXO A – Unidade Mensal de Trabalho.
- ANEXO B – Testes de avaliação dos alunos.
- ANEXO C – Ficha de Frequência.
- ANEXO D – Poema “Brasi Cabôco.”
- ANEXO E – Caderno de Politização nº 1.
- ANEXO F – Exemplar do “Jornal Vida Rural.”
- ANEXO G – Quadro Demonstrativo dos Cursos de monitores e Encontros, 1963.
- ANEXO H – Fórmula para revisão mensal.
- ANEXO I – Quadro Demonstrativo das Escolas Radiofônicas do MEB/Sistema Natal, 1961 a 1966.

Sobre as Autoras

MARIA ARAÚJO DUARTE DE CARVALHO, natural de Acari (RN). Professora formada pela Escola Normal de Natal (1960), com experiência de alfabetização em escolas públicas e privadas. Graduada em Serviço Social pela UFRN (1966), com atuação no CEFET/RN (1968 a 1991). Professora das Escolas Radiofônicas do SAR e do MEB (1961 a 1966).

MARIA JOSÉ TEIXEIRA PEIXOTO, graduada em Serviço Social pela UFRN (1967). Especialização em Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (1974). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1985). Professora do Departamento de Serviço Social da UFRN (1968 a 1990). Professora das Escolas Radiofônicas do SAR e do MEB (1961 a 1968).

MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA, graduada em Pedagogia pela UFRN (1969), Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e Pós-Doutorado na Ècole des Hautes Études en Sciences Sociales e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000-2001). Professora da UFRN desenvolve estudos e pesquisas em História da Educação. Possui livros e artigos publicados nesse campo de estudo.

SAFIRA BEZERRA AMMANN, graduada em Serviço Social pela UFRN, Mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília — UnB, Doutorado pela UFF e pós-Doutorado pela Boston University. Durante 35 anos foi professora da UFRN e da UnB. Cinco livros e vários artigos publicados na área de Ciências Sociais.

ZÉLIA FARIA CORRÊA, natural de Monte Alegre, RN, graduada em Letras Neolatinas Faculdade de Filosofia — FAFIRE/PE (1960). Especialização em Língua Portuguesa, Literatura Brasileira e Lingüística — Semântica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Oswaldo Cruz” — São Paulo/ (1975). Professora na Secretaria Municipal de Educação em Natal. Livros e trabalhos publicados na área de Educação. Coordenadora das Escolas Radiofônicas do MEB/Natal. (1960 a 1964).

Zélia querida,

na década de 60 estávamos juntas, num trabalho pioneiro no Brasil, movidas pelo ideal de alfabetizar nossa população rural e conscientizá-la para seu papel de sujeito histórico. Neste novo Milênio, nos reencontramos durante mais de cinco anos e resgatamos a memória daquilo que fora construído com tanto amor naqueles idos de nossa juventude. Foram momentos muito ricos, não só pela produção do conhecimento, mas pela partilha de afeto, sorrisos e abraços, acrescidos do sabor de pequenos lanches preparados com tanto carinho... Sua presença era fundamental, bela como sempre foi você, Zélia, a grande poeta de nosso grupo.

Agora o livro que escrevemos sobre as Escolas Radiofônicas está concluído. Se como cristãos acreditamos na imortalidade da alma, estamos seguras de que você continua a acompanhar com alegria a trajetória da obra que juntas construímos.

Você continua conosco, Zélia.

Maria Duarte, Zezé, Safira e Marlúcia